BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

Do Latifúndio à Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo

Juarez Rubens Brandão Lopes

Sumário

INTRODUÇÃO

Este estudo se inscreve num conjunto mais amplo que visa a esclarecer as formas diversas assumidas pela reprodução do capital no campo brasileiro[*]. É apenas o primeiro de uma série que eu e colegas do setor de Estudos Rurais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento estamos elaborando. O período que essa série de trabalhos tematiza é bem extenso; abarca desde o momento em que o escravo é substituído pelo trabalhador assalariado até o presente; em resumo, vai desde a época em que o setor agrário constitui o principal lócus da acumulação de capital no país, com a produção de mercadorias para o mercado externo, até o momento em que o capitalismo no agro se transforma em modo dependente do centro da acumulação, configurado agora pelas atividades industriais. Em suas várias fases, a reprodução do capital sempre implicou formas diversas da produção agrária, bem como uma cambiante divisão social do trabalho, na qual as múltiplas regiões agrárias brasileiras assumem posições distintas.

Não visa este trabalho mais do que oferecer uma primeira contribuição para o entendimento dessa problemática, a unidade e diversidade da estrutura agrária brasileira e o seu movimento no presente, procurando relacioná-lo com as condições específicas sob as quais se dá a reprodução capitalista. Com este fito, como meros instrumentos heurísticos, procuramos caracterizar tipos de áreas rurais no Brasil e, num segundo passo, evidenciar a sua dinâmica.

---

[*] Agradeço ao Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población relevantes para Políticas de Población en América Latina (PISPAL) e ao Internacional Development Research Centre (IDRC). pelo apoio financeiro para a *realização* deste estudo. Agradeço também ao Institute of Development Studies, University of Sussex, Inglaterra, onde minha permanência como *visiting-fellow* possibilitou a redação do presente trabalho. Agradeço ainda a Geraldo Müller. Ana Vara Paulino Lopes, João Carlos Duarte, Mirna Ayres Issa Gonçalves, Ana Lucia B. Lucena, Carlos E. F. da Silveira, Carlos Roberto Moreira de Andrade, Clara Levin Ant, Francisco Paulo Cipolla, Lenir José e Marcia Stricagnolo pela colaboração, num momento ou noutro do preparo deste trabalho, nas discussões, coleta de material e organização de tabelas. Aproveito também para agradecer tabelas do Censo de 1960 amavelmente fornecidas por Gabriela Toscano. Sou especialmente grato pelas observações criticas feitas por pesquisadores do *CEBRAP* nas discussões da versão preliminar deste trabalho – o qual portava o titulo Tipos de Áreas Rurais no Brasil –, as quais foram valiosas para a sua revisão. Esta introdução foi escrita em 1975; muitos dos trabalhos mencionados foram publicados depois.

Nesta introdução apresentaremos as duas tipologias utilizadas. O capítulo seguinte, de modo quase esquemático, trata das transformações da estrutura agrária com o desenvolvimento capitalista no Brasil. É, na verdade, um esboço de um tema que merecerá outro estudo mais alentado. O terceiro capítulo – o mais extenso – consta de exercícios, a partir das concepções expostas e com dados quase exclusivamente secundários, de caracterização da estrutura agrária e de seus movimentos em áreas contrastantes do Brasil: o Piauí – periferia da periferia nacional; São Paulo – foco central da acumulação do capital no país, tanto na sua etapa agrária como na presente; e, de maneira mais sucinta, Goiás, parte da atual fronteira agrícola, e Pernambuco, onde a persistência de elementos arcaicos em sua estrutura agrária levanta o problema do seu papel no período de transição para a economia industrial de hoje. Finalmente, em anexo, apresentamos a classificação de microrregiões, segundo os modos pelos quais se inserem na divisão social de trabalho (uma das tipologias usadas), bem como o inter-relacionamento das duas tipologias. Parece-nos que podem ser úteis para outros estudiosos.

Passamos agora, pois, à caracterização das duas tipologias usadas para caracterizar áreas rurais no Brasil; para chegarmos a elas, valemo-nos de um procedimento que envolveu um percurso reiterado, a partir de ideias teóricas que forçosamente implicavam classificações ou tipologias *a priori,* para um exame de dados estatísticos, monografias e outros materiais empíricos, que por sua vez levavam a revisões das teorias e hipóteses, e portanto da classificação a usar. Tal caminho foi repetido mais de uma vez, resultando nos sistemas de tipos que expomos nesta introdução. Na verdade, esclareçamos desde já, o objetivo, como nós o definimos, não consiste em testar a validade de tipologias de estruturas agrárias que expressam dadas teorias; certamente não no sentido de verificar se determinadas estatísticas, *consideradas isoladamente,* discriminam como se esperaria, por exemplo, uma área específica de São Paulo, de agricultura capitalista, de outra, do Maranhão, de predominância de economia camponesa. Trata-se, pelo contrário, de, com as tipologias construídas com o procedimento já indicado, delinear e caracterizar áreas de dados tipos ou suas combinações, com o *conjunto* de informações disponíveis, do mais variado caráter, procurando ainda apreender alguma coisa de suas tendências de mudança.

Usamos, portanto, como instrumentos heurísticos, duas tipologias ou classificações. Passamos a descrevê-las.

Tipologia de modos de inserção na divisão social do trabalho do país [1]

Na forma final com que passamos a trabalhar com esta tipologia, ela conta com sete formas típicas de inserção na divisão social do trabalho, relevantes para a análise da estrutura agrária brasileira. São as seguintes: três de áreas nitidamente comerciais (áreas hortigranjeiras, áreas comerciais antigas e áreas comerciais pioneiras) e quatro de áreas pouco mercantis, incluindo duas onde produções comerciais acham-se consorciadas com atividades de subsistência (áreas antigas consorciadas e áreas recentes consorciadas) e duas de subsistência, sem produção propriamente comercial (áreas antigas de subsistência e áreas recentes de subsistência). Embora tal classificação reflita, antes de mais nada, até que ponto se acham voltadas para a produção de mercadorias as atividades econômicas da área em questão, no seu conjunto, tal grau decorre da forma de organização da sua produção. Este ponto ficará claro quando relacionarmos esta tipologia com a seguinte, que justamente considera as formas de organização da produção (ver anexos). Por ora, teçamos alguns comentários sobre os vários tipos. Nos primeiros casos atingiu-se, como já foi dito, divisão de trabalho entre o campo e a cidade maior ou menor, porém, sempre já bem demarcada. Distinguiram-se três tipos, que se relacionam com o curso seguido pelo processo de desenvolvimento. O primeiro inclui aquelas áreas, onde a proximidade de grandes mercados urbanos resultou em alta especialização em produção hortigranjeira intensiva (produção perecível de alta rentabilidade, levando à elevada diferenciação de atividades entre o campo e a cidade). A distinção entre os dois tipos seguintes baseia-se na recência da instalação das atividades mercantis em dada região, sendo de supor que nas áreas pioneiras, mesmo quando unidades agropecuárias de caráter nitidamente mercantil se implantem, importantes diferenças decorram do

---

[1] Essa tipologia derivou de outra, originalmente proposta por Paul Singer. Mesmo após as modificações que introduzimos, ela reflete bastante os trabalhos de Singer, principalmente a sua análise do desenvolvimento brasileiro em termos de três setores e das modificações neles ocorridas e nas suas inter-relações, durante o processo. Ver, entre outros, Paul Singer; *Desenvolvimento Econômico* e *Evolução Urbana.* Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1968, especialmente a introdução e as conclusões.

desenvolvimento incipiente de um mercado de trabalho e da existência ou proximidade de terras livres. Donde a separação de áreas comerciais antigas de pioneiras[2]. Umas e outras áreas incluem, também, em maior ou menor quantidade, atividades destinadas ao autoconsumo; em todos os casos, porém, as produções para mercado em termos da massa total de trabalho dispendido, são preponderantes.

Para os quatro tipos de áreas pouco mercantis não ocorre tal fato, mesmo quando é o caso das áreas denominadas consorciadas, a própria ocupação da região está na dependência de uma produção comercial (caso da pecuária ou do algodão em amplas partes do Sertão nordestino ou ainda, em partes do Maranhão e do Piauí, o caso da coleta do babaçu e da carnaúba). Aqui também se distinguem áreas segundo o processo mais ou menos recente de sua ocupação[3], na suposição de que tal fato tenha importantes implicações para a dinâmica da organização econômica da produção. No caso das áreas consorciadas antigas temos, frequentemente, estabilidade da organização da produção, mantida pela posição mesma que ocupam no processo de desenvolvimento global[4]; por seu lado, no caso das áreas consorciadas recentes há, muitas vezes, um dinamismo mais acentuado, dando-se rápida substituição das formas de organização da produção, transformando-se as áreas em comerciais pioneiras (processo que parece ter se dado, com certa rapidez, em partes do Maranhão). A mesma distinção tem também a sua razão de ser para as áreas de subsistência mais desligadas do mercado. As recentes são umas poucas áreas (como a coleta de informações e estatísticas veio a demonstrar), atingidas há muito pouco tempo pelo avanço de pequenos produtores, geralmente posseiros. As de subsistência antigas resultaram da ocupação, de há muito, de áreas que sempre permaneceram à margem das principais atividades agrárias para

[2] De inicio, distinguiram-se áreas comerciais de mercado interno e áreas de mercado externo. Os dados mostraram ser cada vez mais difícil distinguir áreas no Brasil segundo este critério. Tudo indica, também, não estar mais esta diferença relacionada com formas de organização da produção ou com desenvolvimentos tecnológicos distintos.
[3] Quanto às áreas comerciais a “antiguidade” ou recência diz respeito ao momento da mercantilização da economia agrária; no caso das áreas pouco mercantis trata-se, é claro, do momento de ocupação da área.
[4] Veja-se a análise de Francisco Sá Jr. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. *Estudos CEBRAP/3,* Janeiro 1973, p. 87-148. Voltaremos ao assunto adiante.

mercado (nos interstícios, por assim dizer, das áreas de produção para mercado externo) ou são resultados de processo de regressão econômica de tais regiões. As áreas de subsistência, sejam antigas ou recentes, apresentam débeis relações com o mercado; não se negociam mais que os excedentes de uma produção que basicamente se destina ao autoconsumo. Não havendo produtos comerciais aos quais estejam associadas as atividades de subsistência, não podem deixar de ser áreas em que, ao lado do minifúndio e do pequeno posseiro, fragmentou-se a exploração das grandes propriedades existentes que passaram a ser trabalhadas por pequenos arrendatários e parceiros[5]. Em anexo apresentamos as microrregiões brasileiras classificadas segundo os vários tipos de inserção na divisão social do trabalho.

Tipologia de formas de organização da produção agrária

Concomitantemente com a dos modos de inserção na divisão social do trabalho, utilizamo-nos de, outra tipologia, baseada em última instância nas relações de produção. Ao contrário da primeira, esta é uma classificação de unidades econômicas e não de áreas. Partimos de quatro tipos: a empresa agropecuária capitalista, o latifúndio, a unidade familiar produtora de mercadorias e a unidade camponesa. Definamos e comentemos cada um.

O *latifúndio* (ou *plantation*)[6]. Trata-se de grandes propriedades dedicadas a uma produção mercantil, exploradas com força de trabalho não

[5] Estudo já clássico de uma área que sofreu tal processo é o de Antônio Cândido. no qual se analisam os meios de vida de parceiros numa antiga zona de café, onde a decadência desse produto resultou na substituição do seu cultivo pela pequena exploração camponesa de subsistência. Ver daquele autor. *Os Parceiros do Rio Bonito,* São Paulo. Livraria Duas Cidades Ltda., 1964. Para classificar-se tal área como de subsistência seria necessário, em todo o caso, mostrar que a parcela da produção comercializada (resulte ela da parte que, paga como renda-produto, chega às mãos do proprietário ou da venda de sobras da parte que fica com os camponeses) é, relativamente, pouco significativa.
[6] O conceito tal como nós usamos se aproxima ao de J. R. Mantle quando afirma que “A plantation economy ... not on/y is delined by the nature of its production function and typical participation in international/ markets, but also by the distinctive mechanisms of labor control which emerge from it”. (The plantation Economy: An Essay in Definition, Science and Society 36(1): 49-62. 1972 a citação é da p. 58). Mais adiante o autor assinala que as economias de plantation são caracterizadas by the absence of viable labor markets (p. 62). Para nós, portanto, são plantations (ou latifúndios) unidades agrárias com empreendimentos

assalariada pura, para o mercado externo ou interno. No caso polar, a mão de obra é constituída pelo *morador* ou pelo agregado, para o qual o dono da terra cede terras para plantar a sua roça de subsistência, com a condição de fornecer certo número de dias de serviço nas grandes lavouras do proprietário (esta e outras formas de pagamento de renda-trabalho, como o *cambão,* constituem verdadeiras variantes da corvéia, encontradas no Nordeste). Hoje, frequentemente, o morador recebe, pelo seu trabalho na exploração comercial do senhor da terra, diária, em dinheiro, inferior em geral à do trabalhador eventual de fora da propriedade[7]. O pagamento de renda-trabalho (para a existência da qual é essencial a alta concentração da

---

mercantis explorados com formas não assalariadas puras de mão de obra, quaisquer que sejam os fatores extraeconômicos de compulsão. Incluem, por exemplo, tanto os casos de servidão de dívida como os de utilização de cessão de terra como meio de obtenção da força de trabalho. Pressupõe-se, em qualquer caso, certa unidade mínima no empreendimento comercial. Assim, por exemplo, o uso de parceria seria sempre nas produções agrícolas secundárias, subordinando-se o seu interesse para o proprietário ao de, por esse meio, prender-se mão de obra no estabelecimento para a sua utilização na cultura comercial. A parceria equivale neste caso à cessão de terra a agregados ou moradores, quando, porém, desaparece praticamente a unidade dada pela produção comercial, e a produção parcelar, de parceiros ou pequenos arrendatários torna-se a forma básica, o latifúndio cede lugar à economia camponesa. Deste modo, para a caracterização da forma de organização da produção como latifundiária ou camponesa não basta constatar a prevalência ou não de parceria ou de arrendamentos; é preciso descer mais a fundo e verificar o sentido básico das relações. Por outro lado, note-se, não enfrentamos aqui o problema de caracterizar a plantação escravista como forma de organização da produção distinta, uma vez que o nosso interesse focaliza-se em estudar a estrutura e dinâmica das áreas rurais brasileiras a partir da instituição do trabalho livre e, principalmente, no período da industrialização.

[7] Ver, sobre essas formas de pagamento de renda-trabalho no Nordeste, o estudo de Manoel Correia de Andrade. *Terra e Homem no Nordeste.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1963. Um recente estudo de A. Johnson, de uma fazenda agropecuária no Sertão cearense, assinala a prevalência da *sujeição* e da parceria (renda-trabalho e renda-produto), freqüentemente associadas, como formas de obter e prender na fazenda a força de trabalho. Com o objetivo de receber pequenos pedaços de terra para o plantio de roças, mas também a casa, o poço, lenha e sementes de algodão, o trabalhador assume, com o dono da terra, duas formas de "contrato", a prestação de dois dias de serviço por semana para a fazenda e/ou a parceria na colheita de produtos especializados. O salário pago pelo dia de sujeição é urna fração da do diarista. Apenas um terço dos *moradores* estão sob sujeição, os restantes estão apenas sob sistema de parceria. A fazenda, além de obter trabalhadores para as suas plantações e as parcelas das colheitas que lhe cabem, usa a palha das roças dos moradores, após a colheita, como pasto para o gado. Ver A. W. Johnson. *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation.* Stanford, Stanford University Press, 1971, p. 83 e 128-29.

propriedade da terra) é, no entanto, apenas um protótipo das relações do latifúndio. Existe grande variedade de situações, como por exemplo a sorte, partilha das reses com o vaqueiro, que recebe grátis a sua roça, na pecuária extensiva ainda existente nas partes mais isoladas do Nordeste; os pastos não cercados, em certa medida comuns, em tais casos, constituem verdadeiras situações de incompleta apropriação da terra. Frequentemente a parceria é na realidade uma forma de obtenção de mão de obra[8]. Existe sempre grande dependência em relação ao dono da terra e seu preposto *(barracão,* dívidas). As obrigações e direitos assumem formas institucionais (por exemplo, a condição, direitos precários relativos a roças)[9], difusas (patrimonialistas). A exploração da terra e a criação são extensivas. O mercado de terras é pouco desenvolvido. As reservas de terras dos grandes latifúndios são empregadas tanto para o uso extensivo da produção comercial (gado, lavoura ou coleta), como para a obtenção de força de trabalho pela cessão de terras para roças dos moradores ou agregados[10]. A

---

[8] É o que afirma, por exemplo, Oracy Nogueira em estudo de comunidade da Zona da Mata mineira; esclarece que o parceiro além de pagar a terra com a quota da produção "se compromete a trabalhar alguns dias por semana ou diariamente em outras atividades ... em geral, porém, o preço do dia-trabalho do parceiro é menor que o do trabalhador assalariado". Oracy Nogueira. *Caracterização Sócio-Econômica e Cultural de Leopoldina.* Manuscrito, *apud* J. R. B. Lopes. *Crise do Brasil Arcaico.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p. 23-29.

[9] Ver, sobre este tema, o estudo já mencionado de Johnson, especialmente a seção sobre a tenência da terra dos moradores, quanto à natureza dos direitos costumeiros dos moradores, relativos à terra, a seguinte citação nos dá as ideias básicas: *"There is never any doubt that the landlord has the ultimate right to dispose of the land. Nonetheles, certain conventions recognize the morador's temporary possession of the land he is working on. In all cases, these temporary rights are originally established and maintained through labor..."* quando a fazenda precisa pôr para fora um morador há pagamento compensatório pela sua roça: "*the compensation that must be paid for a producing field taken over by the larm is not determined simply by the size of the field, nor by the expected value of its field in the future, but also by the actual labor that a worker has invested in it*" (p. 48-49). Toda a parte sobre a tenência da terra é pertinente. *Op. cit.,* p. 45-53. Deve-se frisar em todo este assunto, bem como na distribuição das casas pelos moradores, a onipresente noção de que o trabalho dispendido precisa ser sempre recompensado, sem prejuízo do direito último do dono da terra sobre a sua propriedade.

[10] Poder-se-iam tratar estes moradores, parceiros, agregados e foreiros como um campesinato-dependente. Na medida, porém, em que a fazenda mantém a sua unidade de exploração em torno do produto comercial, preferimos considerar tais trabalhadores como formas de mão de obra não capitalista (não assalariados puros). Não há entretanto dúvida que geralmente esse estrato quase não se diferencia sob outros aspectos (culturais, ideológicos), a não ser no que é

estrutura fundiária resulta também no monopólio da terra, relegando grande parte do resto da população rural às áreas menos férteis dos minifúndios, onde se congrega uma reserva de mão de obra (numa espécie de exército rural de reserva primitivo), da qual os latifúndios lançam mão nas épocas de pico de trabalhos agrários. Estabelece-se assim uma relação simbiótica entre o latifúndio e a economia camponesa[11]. O latifúndio implica em diversificação das atividades produtivas, se considerarmos além das produções comerciais as de subsistência, e portanto baixa divisão de trabalho inter-rural e campo-cidade.

As *unidades camponesas* são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários (via de regra minifundiários), arrendatários, parceiros ou posseiros, voltados basicamente, com o trabalho familiar, para a sua reprodução como camponeses. As atividades são, portanto, na essência, de subsistência, vendendo-se no mercado (em feiras locais ou a caminhões) os pequenos excedentes de produção de autoconsumo[12]. O declínio da produção

---

para nós básico, isto é, na posição estrutural do campesinato nos interstícios dos latifúndios (minifundiários, posseiros etc.). Constitui situação diferente da tratada aqui, quando a exploração dos latifúndios se fragmenta. com o declínio da produção comercial.

[11] Deve-se notar que quanto mais abundante o campesinato, menor a necessidade de os latifúndios reterem em seu interior ampla mão de obra constituída por moradores, agregados etc. Na zona do açúcar do Nordeste, o declínio relativo dessa mão de obra residente está associado, mesmo antes do aparecimento de um proletariado rural, ao estabelecimento das migrações sazonais de *corumbas* agrestinos. Ver M. C. Andrade, *op. cit.*

[12] Castro salienta o papel do caminhão para quebrar o isolamento das feiras locais no Nordeste e aumentar a vinculação com o mercado da economia camponesa nordestina. Aquele, com a sua mobilidade, "iria drenar para as cidades e metrópoles regionais os saldos microrregionais de alimentos... ampliando o raio de circulação dos excedentes gerados pelos pequenos produtores". Ademais, sob a sua crescente ação "o trabalho (do agricultor nordestino) anteriormente dedicado ao transporte e venda de mercadorias (em mercados distantes e duvidosos) e, bem assim, o esforço orientado para a obtenção doméstica de certos alimentos e manufaturas simples vai sendo reorientado em favor de culturas comerciais" (Antonio Barros de Castro. O Desenvolvimento Recente do Nordeste. n. 7 *Ensaios sobre a Economia Brasileira.* São Paulo, Forense, 1971, Vol. II, p. 206-207). Deixando de lado a questão do momento em que tal processo se teria dado (Castro talvez exagere a sua recência), este trecho torna claro até que ponto está vinculada ao mercado, através de *sobras* de produção. e até que ponto especializada em produção agrícola já é a economia camponesa nordestina de hoje. Longe estamos tanto da economia fechada do passado, como também da produção agrária especializada e diretamente voltada para o mercado (caso da unidade familiar produtora de mercadorias, tratada abaixo no corpo do texto). Poder-se-ia pensar que, em última análise, o desenvolvimento destas tendências para vinculação mercantil

comercial em certas regiões levou à fragmentação da exploração dos latifúndios, reconstituindo-se sobre os mesmos a camada camponesa, parceiros e arrendatários, com a sua economia de subsistência[13]. A parte recebida pelos donos das terras, como renda-produto, é a principal porção que atinge o mercado. Seja proveniente de áreas de minifundistas e pequenos proprietários, seja de parceiros e arrendatários de antigas zonas agroexportadoras decadentes, o excedente da subsistência camponesa, pago como renda ou não, constitui-se em importante componente do abastecimento urbano. A necessidade de trabalho adicional pelas unidades camponesas, em certas épocas (limpa, colheita) é satisfeita por formas de ajuda mútua (mutirão, troca de dias) prevalecentes entre elas, e só raramente pelo emprego do trabalhador eventual, qualquer que seja a situação, a de proprietários ou rendeiros, a economia camponesa significa a produção de grande parte dos bens agrícolas (e muitos dos artesanais) consumidos por seus membros. Mesmo boa parte dos serviços necessários (comercialização, consertos) é executada pelos membros da própria camada. Entretanto, como já foi notado, cada vez mais o seu modo de vida (a sua subsistência) é tal que não podem existir desvinculados do mercado (a roupa, por exemplo, é frequentemente comprada). Assim a economia camponesa hoje no Brasil apresenta sempre, embora secundariamente, vínculos mercantis constituídos seja (a) pela comercialização dos excedentes, que passa a ser fundamental para o seu modo de vida, seja (b) pela frequente associação de culturas de subsistências com produtos para mercado (como o algodão, por exemplo, no sertão do Nordeste), seja ainda (c) pelo aluguel de parte do tempo de sua força de trabalho para o latifúndio. Os rendimentos monetários obtidos de uma dessas maneiras pelos camponeses permitem então suplementar a sua produção para autoconsumo[14].

---

transformaria esta categoria em pequenos produtores de mercadoria. A transformação pressuposta, entretanto, não é tão-somente de *grau,* pois deve-se lembrar que as famílias camponesas vendem excedentes de sua cesta de consumo. Haveria, portanto, de dar-se antes uma mudança *qualitativa* na sua orientação produtiva, ocorrendo uma especialização na produção para mercado. Doutro lado, há no processo global de desenvolvimento mecanismos mantenedores da camada camponesa como tal. Ver Francisco Sá Jr., *op. cit.*

[13] Ver Antônio Candido, *op. cit.* Note-se a distinção entre estes parceiros autônomos e os parceiros como mão de obra de latifúndios, com uma exploração comercial ainda unificada. Sobre este ponto, rever as notas de rodapé 6, 7, 8 e 11.

[14] De novo é mister caracterizar a relação fundamental, para se verificar se o salário suplementa a produção para o autoconsumo ou, inversamente, se esta produção, devido à

As *unidades familiares produtoras de mercadorias.* Trata-se de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros[15], com uma exploração agrária mercantil baseada, fundamentalmente, em força de trabalho familiar, que recorrem apenas em caráter suplementar, a trabalho assalariado eventual. Como para a empresa agropecuária capitalista (ver abaixo), há aqui, também, a tendência para a especialização da produção, estreitando-se os vínculos com o mercado, tanto para a venda como para a compra. Como para os camponeses, os pequenos produtores de mercadoria reproduzem-se, simplesmente, como categoria social; a sua reprodução, porém, ao contrário da daqueles, *passa primordialmente pelo circuito mercantil.* Em tal caso, estando esses pequenos produtores mercantis inseridos na economia capitalista, haveria tendência para serem desalojados pela concorrência das unidades maiores ou para desenvolverem-se em pequenas empresas capitalistas. Na realidade, a concorrência capitalista impõe aos pequenos produtores o sobre-trabalho familiar e o subconsumo. Outras vezes o mesmo resultado é alcançado pela sua subordinação direta ao capital comercial ou industrial (caso de cooperativas ou do fornecimento de matérias-primas agrícolas a indústrias de processamento). Assim, em certos campos de atividade como a hortigranjeira – exigindo o cultivo intenso da terra – o excesso de trabalho da família do pequeno produtor, incluindo o trabalho infantil e feminino, chega a compensar as vantagens da grande empresa e garante a sua permanência como pequeno produtor de mercadorias[16]. É pois, na produção hortigranjeira, nos arredores de São Paulo e do Rio de Janeiro, altamente especializada e trabalho-intensiva, bem como em outros casos similares, como a cultura de vasos da pimenta-

extrema exploração da força de trabalho, é que é necessária para suplementar o salário, isto é, se se trata de camponeses ou de semiproletários rurais.

[15] Possivelmente é raro o caso de parceiros. Via de regra não são responsáveis pela exploração agrícola (independente), não sendo mais que mão de obra em latifúndios. Também devem ser raros posseiros como pequenos produtores de mercadorias, dado o fraco desenvolvimento mercantil das áreas isoladas em que se situam.

[16] A este respeito a argumentação e os dados apresentados por Kautsky parecem-nos válidos e pertinentes. Ver K. Kautsky. A *questão Agrária.* Tradução de C. Iperoig. São Paulo. Editora Flama S.A., s/d, cap. VI (particularmente a secção sobre “Excesso de Trabalho e Insuficiência de Consumo na Pequena Exploração”).

do-reino no Pará, como foi caracterizada por geógrafos[17], onde encontramos no Brasil as situações mais nítidas da pequena produção agrária mercantil.

A *empresa agropecuária capitalista.* Com a agricultura transformada num empreendimento totalmente capitalista, as atividades agropecuárias passam a ser uma área como qualquer outra para a aplicação do capital, devendo o investimento auferir a lucratividade média[18]. No caso da empresa agropecuária capitalista, as formas das relações de produção tendem para as do salariado puro. Do modo como esta empresa está surgindo no Brasil, os empregados permanentes, que tradicionalmente soem guardar pelo menos resquícios de relações não capitalistas, tendem a restringir-se ao mínimo e àquela mão de obra de mais alta qualificação (tratoristas, contador etc.). Processa-se a expulsão de colonos e moradores e cria-se assim um proletariado rural puro (chamados volantes ou bóias-frias, em São Paulo, trabalhadores de fora ou clandestinos, na Zona da Mata nordestina), que se aglomera em novos bairros rurais à beira das estradas ou na periferia das cidades e vilas. A este proletariado recorrem as empresas agrícolas para a maior parte das fainas rurais, utilizando-se do sistema de empreiteiros de turmas[19]. A produção especializa-se, mecanizam-se as tarefas agrícolas, elevando-se, com a completa vigência da lógica do capital, a sua composição orgânica; *pari passu* decresce a produção para autoconsumo, a população residente nas empresas passando a recorrer, para a satisfação de todas as suas necessidades, ao mercado.

[17] Ver Dirceu Lino de Matos *in:* Aroldo de Azevedo. *Brasil: A Terra e o Homem.* Vol. II. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, s/d, p. 447.

[18] Proporciona o lucro médio, além de permitir a dedução da renda da terra, quando, como é a forma apropriada ao capitalismo, ocorre a separação da terra, como meio de produção, da propriedade da terra, ou seja, a separação do empresário capitalista agrário do dono da terra. Como Kautsky sustenta, a separação das categorias do lucro e da renda da terra pode dar-se, além de pelo desenvolvimento do arrendatário capitalista (forma clássica como se deu na Inglaterra), peio sistema hipotecário de terras. Desta forma, pode-se desenvolver, também, a agricultura como campo puro para aplicação de capitais. Ver K. Marx. *The Capital.* Vol. III, cap. 37, Moscou, 1962, e K. Kautsky, *op. cit.,* p. 86-90.

[19] Entre vários trabalhos que analisaram recentemente o desenvolvimento desse proletariado nas áreas rurais paulistas consulte-se o de M. C. D’Incao e Mello. *O “Bóia-Fria” – na Alta Sorocabana.* Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973 (mimeo).

Com o desenvolvimento capitalista no Brasil, alteram-se as formas de organização da produção agrária e a divisão social do trabalho inter-regional e campo-cidade: Cabe-nos, antes das análises da dinâmica da estrutura agrária de dadas regiões, pelo menos esboçar o quadro mais geral. É o que fazemos no capítulo seguinte.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E ESTRUTURA AGRÁRIA

Já durante a etapa primário-exportadora da economia brasileira, até 1930, ocorreu considerável diferenciação da estrutura agrária. Os ciclos econômicos do período colonial (açúcar e ouro) deixaram, com a regressão econômica sobrevinda, áreas extensas de subsistência bastante autárquicas, ao lado de áreas de exportação decadentes. Durante o século XIX, o país independente e de economia escravista inseriu-se com vigor, com o café, no mercado mundial capitalista. Foi, então, a forte expansão deste produto no Planalto Paulista que nos últimos decênios introduziu elementos novos no panorama agrário do país. Nessa região, após a abolição, a introdução do colono imigrante nas áreas novas de café representou passo importante na direção do capitalismo agrário, ao passo que alhures, notadamente nas áreas velhas do café (em zonas fluminenses e mineiras) e no Nordeste, o escravo foi substituído por trabalhadores semisservis, submetidos a laços de estreita dependência e subordinação[20]. O condicionamento desta diferenciação, que não cabe analisar neste trabalho, resultou certamente do próprio ímpeto que assumiu a acumulação agrária no Planalto. Além disso, o movimento contínuo das culturas no espaço (o roteiro do café para Oeste) foi um fator a mais na diversificação dá estrutura agrária, pois com seus rendimentos monetários e a disponibilidade de terras (abandonadas pelo café), o imigrante pôde ter acesso à terra[21]. Outro aspecto da situação agrária do Brasil, a partir do final do século, foi a evolução no sentido mercantil das zonas das antigas colônias de imigrantes no Sul: passaram então a constituir um primeiro setor rural de mercado interno, fornecendo cereais e outras

---

[20] Assinale-se, por exemplo, o grau de monetização de relações no colonato. Os colonos, além de salários em dinheiro, eram freqüentemente donos exclusivos das culturas intercalares e mesmo do café colhido no período de formação das plantações. Além disso, cedo ocorreu a substituição do armazém da fazenda pelas "vendas" independentes das zonas rurais. Confronte-se tal situação com a do morador da zona açucareira nordestina, submetido à condição, ao 'cambão' e dependente dos vales descontados no barracão, todos traços da região que chegam até o presente. Ver Thomas H. Holloway. Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações da Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915, *Estudos Econômicos* 2 (6): 145-180, 1972, e M. C. Andrade, *op. cit.*
[21] Holloway anota que em 1905 por exemplo contavam-se no Estado de São Paulo, 8.412 propriedades rurais de estrangeiros. *Op. cit.,* p. 176.

mercadorias para o mercado em expansão da zona cafeicultora[22]. Em termos da tipologia proposta, constituíram-se assim, desde aquela época, ao lado do latifúndio e da economia camponesa (muito mais fechados que no presente) propriedades agrárias mais capitalistas e pequenos produtores mercantis.

Após 1930, nos anos 30 e 40 mudou o centro de gravidade da acumulação do capital, da empresa agrária para a industrial. Nesta transformação o Estado, com novo conteúdo social, assumiu papel saliente, destruindo as condições favoráveis ao setor agroexportador e criando outras tantas (legislação trabalhista restrita ao setor urbano, novos mecanismos cambiais etc.) que conduziam à industrialização. Deste processo, cumpre salientar dois aspectos importantes para o nosso tema: a) que associou assim, com vínculos estruturais, à acumulação industrial o desenvolvimento extensivo, pouco capitalizado, dos outros setores econômicos, inclusive a agricultura de abastecimento urbano e os serviços[23] e b) que, com a acumulação do capital concentrando-se espacialmente no Centro-Sul, resultou, principalmente nos anos 40 e 50 quando se formou um mercado nacional interligado, num processo de deterioração econômica, tanto agrária como urbana, das regiões periféricas (Nordeste, Extremo-Sul)[24]. Estes

---

[22] Ver P. Singer. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. *Op. cit.*, capitulo sobre "Blumenau".

[23] Esta colocação louva-se no trabalho de F. Oliveira, A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista. *Estudos CEBRAP/2:* 3-82, out. 1972, quanto aos vínculos estruturais entre a indústria moderna e a agricultura primitiva, consistem basicamente, de um lado, na depressão do custo de reprodução do trabalho urbano possibilitada pelos alimentos baratos fornecidos por uma agricultura primitiva (a preços dependentes, em última instância, do baixo custo de reprodução da "mão de obra" rural, seja esta constituída pelos camponeses, seja pelos moradores do latifúndio) e, do outro lado, nas condições propiciadas pelo sistema sociopolítico, dominado pelos setores industriais, para a agricultura continuar "primitiva" (sendo a principal a não extensão da legislação trabalhista ao campo; ou de um modo geral, não interferência ou mesmo reforço do poder local dos proprietários de terra). Esta colocação torna claro (a) tratar-se de vínculos estruturais que por sua natureza são também políticos, dando-se no âmbito das alianças de classe, e (b) constituírem relações que, por serem estruturais, não deixam de ser mutáveis. A extensão da legislação ao campo, nos últimos dez anos, como muitas outras mudanças que debilitam o poder dos setores latifundiários face aos trabalhadores rurais, indicam que esses setores estão sendo relegados a posição secundária, prenunciando alterações substanciais na estrutura agrária. A mudança mais clara, mesmo na Zona da Mata nordestina, em direção à proletarização rural, é uma das mais importantes.

[24] Ver J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento* e *Mudança Social.* Companhia Editora Nacional, 1968, capítulos II e III.

processos redundaram em evoluções e regressões de diferentes partes do setor agrário que aqui podemos apenas esboçar.

A agricultura paulista, após 1930, passou a ser palco de intensas transformações. Continuou a sua marcha para Oeste, mas nessa etapa já em moldes bem distintos. Juntou-se ao movimento das fazendas, o dos pequenos sítios; juntaram-se à cultura do café, a de algodão e a pecuária. Com a crise do café, os fazendeiros às vezes transformavam as suas terras em pastagens, às vezes, ao mesmo tempo que conservavam a parte apropriada para a cafeicultura (o espigão), cediam as várzeas para os sítios de algodão e policultura, constituindo-se assim uma crescente camada de pequenos proprietários e parceiros autônomos, caracterizada – e é isso que cabe sublinhar – por claro sentido mercantil. À raiz dessas mudanças, além da reação à crise, dada a natureza da estrutura agrária anterior (que já se inclinava, como vimos, para formas capitalistas), estava o próprio dinamismo do mercado paulista, sustentado pela intensa acumulação do capital industrial. Importantes componentes da situação foram a relativa escassez de trabalhadores rurais e as forças tendentes à elevação salarial com que se deu a expansão agrícola. Cada vez mais acentuou-se a concorrência, a este respeito, entre o trabalho nas fazendas, o emprego urbano-industrial em expansão (componente que mostra o seu peso pela acentuada queda relativa da população rural do Estado), e a constituição de crescente camada de sitiantes, nas frentes pioneiras. Este movimento de expansão agrícola, associando a fazenda e o sítio, ocupou rapidamente o Estado, para estender-se a seguir ao Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso, Goiás e ao Triângulo Mineiro. Nos anos 50, atrás do café na sua marcha para Oeste, constituíram-se fazendas e sítios dedicados à agricultura comercial de abastecimento da região São Paulo-Rio[25]. Um estudo

---

[25] Processo que, aliás, tendeu a alijar deste mercado, o principal do país, as zonas comerciais do *Sul* (antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina), que passaram a sofrer, muitas vezes, acentuados processos de regressão econômica. Ver P. Singer. A Agricultura na Bacia Paraná-Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 3 (2): 31-164, 1963. Contribuição importante para o estudo da expansão dinâmica da agricultura comercial paulista no século XX e o aparecimento no Estado da pequena e média propriedade é o estudo de Pierre Monbeig. *Pionniers et Planteurs de São Paulo.* Paris, Librairie Armand Colin, 1952. Em momento mais recente estes processos abriram passagem, com a existência já desta camada pequeno-produtora de mercadorias, ao aparecimento robusto da agricultura

quantitativo minucioso de Nicholls, sobre as relações em São Paulo entre as mudanças na agricultura e a evolução urbano-industrial nos anos 40, mostrou estarem, em 1939/40, as zonas próximas de São Paulo bem mais comercializadas que as outras do Estado, mas também que, nestas últimas zonas, entre 40 e 50, era mais intensa a expansão da atividade agropecuária comercial, com a conseqüente diminuição da vantagem relativa das zonas adiantadas de São Paulo[26].

Enquanto a economia rural paulista evoluiu no sentido mercantil e mesmo capitalista, no Nordeste caiu o ritmo de crescimento dos principais produtos comerciais da região, o açúcar e o algodão, com a substituição do mercado externo pelo interno (Centro-Sul), no qual passaram a sofrer a concorrência dos mesmos produtos dessa última região[27]. Mesmo na Zona da Mata, as formas não capitalistas de força de trabalho, apenas lentamente, foram deslocadas do latifúndio. Ademais, a formação de um mercado de trabalho rural, com base no proletário, retardou-se. Nisso tiveram um papel, não só as condições de regulamentação estatal do setor, como a presença na região do campesinato do Agreste. Assinalem-se os avanços e recuos no processo de constituição do proletariado rural, pela expulsão dos moradores, a revolução tecnológica indecisa da agroindústria do açúcar (com a substituição do engenho pela usina) e a extensão do cultivo da cana, tirando terras das roças dos camponeses, extensão também hesitante, dada a posição de produtor marginal ocupada pela região. A estas condições somou-se a utilização na agricultura da cana da migração sazonal dos *corumbas* agrestinos, como outro fator retardador da constituição na região do proletariado rural puro. Este veio a constituir-se na Zona da Mata, com mais vigor, somente na década dos 60 [28].

---

altamente especializada e intensiva do cinturão verde hortigranjeiro de São Paulo e. menos nitidamente, nos arredores do Rio de Janeiro.

[26] W. H. Nicholls. *Industrial-Urban Development and Agriculture in São Paulo, Brazil, 1940-1950.* Tenn. Nashville, edição mimeografada da Vanderbilt University, 1962, p. 219-246.

[27] O regime de quotas do Instituto do Açúcar e do Álcool, no caso do açúcar, protegeu a agroindústria nordestina, ao mesmo tempo que lhe entravou o crescimento. P. Singer. *Desenvolvimento Econômico* e *Evolução Urbana, op. cit.* capítulo sobre “Recife”. Este constitui mais um exemplo das condições institucionais-políticas durante o desenvolvimento industrial, indicativas das alianças de classe aludidas atrás (ver nota 24).

[28] Ver M. C. de Andrade, *op. cit.* O *corumba* é um camponês-proletário, cujo custo de reprodução para a empresa agrária é consideravelmente abaixado justamente pela sua

Por outro lado, em grande parte do sertão quebrou-se nos anos 40 e 50 o isolamento e penetraram os produtos manufaturados nas pequenas cidades e mesmo nas áreas rurais. A conseqüente destruição do artesanato rural acentuou o caráter mais puramente agrário da economia sertaneja e agrestina e tornou-a mais vinculada ao mercado, intensificando particularmente as vendas de excedentes da produção de autoconsumo. Destes excedentes consiste ainda hoje a maior parte do abastecimento urbano da região[29]. Apesar, entretanto, do intenso crescimento urbano das cidades nordestinas, a sua demanda por alimentos não cresceu tão dinamicamente que não pudesse ser atendida pela própria expansão horizontal do campesinato (pequenos proprietários, posseiros e arrendatários em estabelecimentos rurais com produção comercial decadente). Por outro lado, são a própria extensão das atividades de subsistência e o seu caráter (o fato de não crescerem por solicitação do mercado, mas tão-somente na medida em que aumentam a população camponesa e as suas terras), os principais fatores a inibir o aparecimento, na região, de agricultura comercial de abastecimento urbano. A análise de Francisco Sá Jr. a este respeito é esclarecedora. A expansão da economia camponesa tem se dado principalmente sob a forma de minúsculos arrendamentos em latifúndios decadentes, transformando-se o proprietário da terra em puro usufruidor da renda da terra, a cujo papel ajunta-se o de comerciante oligopsônico das sobras das colheitas dos seus rendeiros. Nessas condições, os preços em ascensão na cidade não se transmitem aos pequenos produtores e com esses preços aviltados, a grande agricultura não pode entrar no setor de alimentos. Para Francisco Oliveira, é a concorrência da agricultura comercial de abastecimento urbano de outras regiões o principal fator inibidor do seu desenvolvimento no Nordeste. Nessa situação, reanimam-se a agricultura camponesa e as atividades de

---

condição de camponês no Agreste. Foi este um fator básico para permitir ao empreendimento açucareiro no Nordeste suportar a intensa concorrência paulista. Ao mesmo tempo, porém, ele atuou no sentido de retardar o surgimento do puro assalariado rural (sem parcelas de terra para o seu sustento e o de sua família), e assim de impedir a aceleração da dinâmica do capital agrário (extração de mais-valia relativa, elevação da composição orgânica do capital). De qualquer maneira, a maior distância do mercado era uma desvantagem para a agricultura açucareira nordestina.

[29] Ver Castro, *op. cit.* e Sá Jr .. *op. cit.* Sobre a destruição do artesanato ver J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social. op. cit.,* p. 37-47.

subsistência do latifúndio, pois somente tais produções, como produções comerciais residuais, não são atingidas negativamente pelos produtos mais baratos de outras regiões (intervenção de Francisco Oliveira em seminário). De uma maneira ou de outra, articula-se ao desenvolvimento capitalista do país a reprodução do setor agrário atrasado.

Tendências mais recentes merecem menção[30], como seja a aceleração nos anos 60 da expansão das frentes pioneiras camponesas para Oeste, ocupando com onda contínua o oeste do Maranhão, o norte de Goiás, e entrando agora pelo Pará. É responsável por tal expansão a abertura de estradas pela ação estatal, dadas as vinculações com o mercado que a economia camponesa necessita. Apenas melhoram os transportes, porém, acentuando-se as relações da área com o mercado, e o campesinato é deslocado para frente pela constituição das grandes propriedades, estimulada ademais pela política de incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE (caso, por exemplo, das novas propriedades que surgem no sul do Pará, para exploração madeireira e da pecuária).

Finalmente é de acentuar-se, novamente, o aparecimento, também nos últimos anos, da empresa agropecuária capitalista, com proletariado rural puro, em áreas de São Paulo. Com a expulsão generalizada de colonos das fazendas, surgiram reservas de mão de obra rural, em periferias urbanas (os volantes). Na raiz do processo, parece-nos, está o encarecimento, pelo menos em termos relativos aos outros fatores, da mão de obra. Migrações rural-urbanas intensas,[31] a mobilização rural, a atuação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e mais recentemente a extensão ao campo da legislação trabalhista *tout court,* bem como uma política estatal de subsídios

[30] A acentuação da expansão da fronteira e a extensão da legislação social e trabalhista ao campo, regulamentando o fator trabalho, dependem ambas de políticas estatais e relacionam-se, portanto, com o novo modelo econômico e político inaugurado no pais na última década. Este modelo fundamenta-se em novas bases socioeconômicas, e resulta em nova aliança de setores da classe dominante, segundo a qual ganharam poder as empresas internacionais. grupos militares e tecnocráticos e perderam-no, outros, entre os quais, é o que nos interessa acentuar, os setores agrários tradicionais. Ver a respeito a análise de Fernando Henrique Cardoso. *O Novo Modelo Político Brasileiro.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, principalmente o artigo que leva o título do livro.

[31] Na década dos anos 50, a população rural do Centro-Sul, particularmente a de São Paulo, diminuiu em termos absolutos de quase um quarto. Ver J. R. B. Lopes e N. L. Patarra. Distribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira. *Cadernos CEBRAP/20*, 1974.

à mecanização e a outros *inputs* industriais no setor agrário, são os fatores, de atuação regionalmente diferenciada, relacionados com este encarecimento, ao qual o empresário agrário na área paulista respondeu pela expulsão da sua mão de obra permanente e pela mecanização. A ação daqueles fatores foi, em grande parte do território nacional, neutralizada pela reprodução extensiva da camada camponesa, propiciada pela ampla oferta de terras. Nessa ordem de raciocínio, foi a presença próxima, como já acentuamos, do campesinato agrestino que amorteceu os efeitos da expulsão dos moradores da Zona da Mata nordestina, tornando aí muito mais ambíguo o processo de constituição do proletariado rural. No Sul, mormente em São Paulo, mecanismos como os apontados por Sá para o Nordeste não operaram, em primeiro lugar, pela inexistência mesmo da camada camponesa e, em segundo lugar, pela própria intensidade da procura urbana de produtos agrários que, ademais, assumiu a forma de demanda de novos produtos não pertencentes à cesta de autoconsumo rural e que não pôde assim ser atendida pelas suas sobras.

Dentro do quadro geral delineado, passamos ao exame da estrutura e dinâmica agrárias recentes de regiões e áreas específicas, focalizando para isso Estados e microrregiões. A escolha desses Estados e áreas resultou das informações obtidas do Mapa e quadro constantes de Anexo, os quais possibilitaram tomar Estados mais puros, quanto a inserção de suas populações rurais na divisão social do trabalho, para análise de sua estrutura agrária. No momento em que se fazia este estudo, os dados estatísticos disponíveis para um período recente eram os do Censo agropecuário de 1970 e os do Cadastro do INCRA[32] de 1972, os quais existiam então somente a nível dos Estados (com a exceção de Goiás, Rio Grande do Norte e Espírito Santo para os quais já se dispunha de dados municipais). Além disso, mesmo em censos anteriores, os cruzamentos melhores para análises agrárias existem apenas agregados por Estado. Daí concluirmos ser mais útil a análise de Estados que, pelas informações obtidas a nível de microrregião, parecem representar situações homogêneas ou, ao menos, áreas facilmente divisíveis em duas ou três partes relativamente homogêneas. Escolhemos como aproximações do primeiro caso Piauí e São Paulo e do segundo,

[32] Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Foram publicados até agora dados de dois Cadastros, o de 1965 e o de 1972.

Goiás e Pernambuco. Iniciaremos a nossa análise por estes Estados e, em cada um deles, escolheremos pequenas áreas (municípios ou microrregiões). Ao nível do Estado, usaremos dados dos Censos e dos Cadastros, e para as pequenas áreas, além destas estatísticas, dados retirados de monografias. Dessa maneira pensamos caracterizar, de modo preliminar, estruturas agrárias contrastantes no Brasil de hoje, constituindo situações importantes para a problemática que nos interessa explorar, qual seja a das inter-relações entre o setor agrário e o desenvolvimento.

ESTRUTURA E DINÂMICA AGRÁRIAS DE REGIÕES E ÁREAS ESPECÍFICAS

Piauí

Iniciaremos pela análise do Piauí, para o qual dispomos de melhores dados[33]. A estrutura rural de toda a região é marcada pela grande propriedade dedicada a uma produção comercial pouco vigorosa e voltada, no geral, para mercados extrarregionais. Nessa produção destacam-se a atividade extrativa – babaçu e carnaúba – e a pecuária e o algodão. Tais propriedades caracterizam-se como latifúndios, segundo definimos acima; para compreender-se, porém, a estrutura agrária da qual são elementos básicos, é imprescindível vê-las em sua associação com a economia camponesa. Primeiro, deve-se assinalar que, embora inexista a prestação gratuita de serviços como pagamento da terra, não resta dúvida ser a cessão pelo latifúndio de pequenos tratos de terra a agregados[34] e parceiros, antes de tudo, uma garantia para a obtenção de mão de obra para as produções comerciais[35].

---

[33] Em conexão com outro trabalho, tivemos a possibilidade de obter tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970, a nível de microrregião, para toda a Bacia do Parnaíba, onde está compreendido o Piauí; estes e outros dados estatísticos e monográficos, bem como uma viagem à área, permitiu-nos a realização de um estudo bem satisfatório da Bacia e das suas várias partes componentes. Aqui utilizamo-nos amplamente do relatório final daquele estudo, embora com algumas diferenças de interpretação. Ver J. R. B. Lopes, G. Müller e M. A. I. Gonçalves. *Condições Sociais da Bacia do Parnaíba.* Relatório apresentado à SERETE, São Paulo, CEBRAP, 1974 (mimeo). A Bacia, além de todo o Estado do Piauí, inclui partes do Maranhão e do Ceará, que juntos compreendem pouco mais de 1/3 da população total e cerca de 2/5 da rural. Neste estudo chegou-se não só à caracterização da estrutura agrária da Bacia como um todo, mas também à das cinco sub-regiões em que ela foi subdividida. A utilização desse estudo obrigou-nos neste relatório a apresentar quadros, vez ou outra, para a Bacia do Parnaíba, ao invés de para o Estado do Piauí.

[34] Os agregados pagam, como renda da terra, uma ou duas quartas (33 a 66 quilos) de determinadas produções, por *tarefa* de terra. Dados obtidos em entrevistas em várias partes do Piauí (março de 1974).

[35] Pesquisa realizada com três amostras em áreas da microrregião da cidade de Parnaíba mostrou que a grande maioria dos que trabalham a terra são agregados, altas proporções dos quais (67,5: 62,8 e 43,5% respectivamente) não pagam renda. Os autores do estudo comentam: "A razão deste comportamento supõe-se que seja, principalmente, em virtude do baixo índice de produtividade das terras, e ainda uma maneira de o proprietário reter mão de obra no imóvel para prestação de serviços temporários". *Estudos e Pesquisas da Micro-*

Em segundo lugar, trata-se igualmente de característica básica da área a ampla camada camponesa inserida nos interstícios entre os latifúndios ou frequentemente a eles superposta, quando se quebra, em momentos de declínio conjuntural de preços, a unidade de sua exploração comercial[36]. Na verdade, estabelecem-se entre o latifúndio e a economia camponesa vínculos simbióticos básicos, indicados pela expressão já clássica de binômio latifúndio-minifúndio. Tal expressão, embora mais coloque problemas do que os resolva[37], é útil para sublinhar o fato de fazerem parte, a grande exploração comercial e a pequena de subsistência, da mesma estrutura agrária. Por outro aspecto, tal situação significa a inserção tanto na economia latifundiária como na camponesa de apreciável quantidade de atividades de subsistência, não só

Região I e das Áreas das Lagoas do Buriti e do Cajueiro. Convênio SEPLAN-PI/DNOCS, 1972, vol. II, p. 67 e 72. Estudo da região de Teresina corrobora esta interpretação: o interesse do fazendeiro absenteísta é o gado e o dos que não têm terra a lavoura de subsistência. Esta cresce com o próprio incremento populacional e menos pela vontade do fazendeiro "que nem ajuda, nem facilita o agregado", segundo depoimento de fazendeiro local. *Teresina e seu Espaço Regional (Subsídios ao Planejamento de Área Nordestina).* IBGE, Rio de Janeiro, 1971, p. 32.

[36] Ver adiante referência a "latifúndios de subsistência". Na verdade, em termos da nossa tipologia trata-se de casos, quando a unidade de exploração da grande propriedade tende a desaparecer, em que a economia camponesa constitui-se sobre a mesma e substitui-se ao latifúndio. Para o Brasil, situações como esta foram bem analisadas por Antonio Candido e A. Johnson, *op. cit.* Este último caso parece tratar-se de situação-limite em que a unidade de exploração representada pelo gado é tão tênue que as atividades de subsistência no interior da grande propriedade parecem mais caracterizar a constituição de economia camponesa, do que fazer parte do latifúndio. Ver notas 6, 7, 8 e 10 acima, para informações adicionais pertinentes à questão.

[37] Deve-se notar que cada um dos termos do binômio tem dadas inter-relações com o outro que representam apenas uma das modalidades possíveis de inter-relacionamento. Assim, para o latifúndio os camponeses (minifundistas; rendeiros e parceiros no caso das grandes propriedades decadentes) representam, como já foi apontado, uma espécie de "exército rural de reserva" arcaico, do qual lança mão nos "picos" estacionais ou conjunturais de suas atividades para mercado. Há, é claro, outros exércitos rurais de reserva possíveis. Igualmente, para a economia camponesa o emprego de "sobras" de sua força de trabalho no latifúndio representa apenas uma das alternativas possíveis para os suplementos monetários, básicos hoje para o seu modo de vida; a migração estacional e a maior abertura de sua produção para o mercado são outras tantas "soluções" Pode-se supor, no entanto, que as inter-relações que se estabelecem entre o latifúndio e a economia camponesa constituem uma situação que, sem deixar de conter contradições, nas suas relações com o desenvolvimento global, pode ser constantemente recriada. Nesse processo, a estrutura existente funciona como fator inibidor de sua transformação no sentido capitalista.

agrárias como também de transformação (artesanais) e de serviços (transporte). No caso do Piauí, tendo em vista a fraqueza e instabilidade das produções comerciais, tais atividades de subsistência soem assumir, como veremos, expressão considerável.

A seguir dimensionamos com estatísticas dos Censos e do Cadastro do INCRA os principais aspectos dessa estrutura agrária, primeiro para o Estado (ou a Bacia do Parnaíba) como um todo e, depois, para algumas de suas sub-regiões.

Antes de analisarmos o setor rural isoladamente, será útil, para destacar o seu caráter, examinarmos a estrutura da população economicamente ativa total, urbana e rural separadamente, o que pode ser feito a partir do quadro 1. Neste, na PEA urbana, destacamos a parte correspondente aos nove municípios mais urbanos da Bacia do Parnaíba (aqueles com populações urbanas maiores de 10 mil habitantes em 1970).

Quadro 1
Estrutura da População Economicamente Ativa Rural e Urbana
(9 Municípios Urbanos e Restante da Bacia), Bacia do Parnaíba, 1970

Setores	*Estrutura da População Economicamente Ativa*			
	Bacia	*PEA Rural*	*PEA Urbana*	
			Restante da Bacia	*9 municípios urbanos**
Total PEA (milhares)	749	562	85	102
Primário (% s/total PEA)	75,4	92,8 (11,2)**	40,8 (4,8)	8,1 (1,1)
Secundário + Terciário (milhares)	184	40	50	93
Secundário (% s/Sec. + Terc.)	39,4	52,5 (40,9)	37,9 (22,6)	34,5 (21,1)
Terciário (% s/Sec. + Terc.)	55,0	40,8 (40,7)	57,2 (38,2)	59,9 (39,0)
Atividade não compreendida (% s/Sec. + Terc.)	5,6	6,7 (33,5)	4,9 (48,9)	5,6 (47,5)

FONTE: Tabulação especial do Censo Demográfico de 1970.
* Municípios com população urbana de 10 mil habitantes ou mais em 1970: Teresina, Timon, Parnaíba, Caxias, Floriano, Cratéus, Picos, Campo Maior e Piripiri.
** O número entre parênteses refere-se à proporção de mulheres em cada setor.

Sublinhamos apenas os aspectos mais importantes que podem ser percebidos pelos dados deste quadro. Em primeiro lugar, a alta proporção da população economicamente ativa no setor primário: 75% do total. Mesmo esta estatística dá-nos uma impressão falsa da realidade da Bacia do

Parnaíba. Se não considerarmos os 9 municípios (de mais de 150 da Bacia), que podem ser considerados verdadeiramente urbanos, a proporção no primário sobe a 85%. Notemos, em segundo lugar, que da PEA residente nas zonas rurais, num total de 562 mil pessoas, cerca de 40 mil trabalham nos setores secundário ou terciário. Entre estes avultam os que trabalham em construções (mais de 4.500), nas indústrias têxteis domiciliares (mais de 3.500, quase exclusivamente mulheres) e na confecção e reparação de vestuário (mais de 5.000, também predominantemente mulheres). Considerando os números significativos em transportes e comércio, vê-se claramente tratarem-se de setores não primários (artesanato, serviços) adjuntos da economia rural, constituindo uma espécie de complexo rural, como aquele do qual escreve Rangel[38]. Indicativa do mesmo baixo desenvolvimento da divisão social do trabalho na Bacia do Parnaíba é a alta proporção dos que residem nos pequenos núcleos urbanos (a PEA urbana no restante da Bacia do quadro) que trabalham no setor primário, a grande maioria em produções de subsistência (na situação da Bacia, pode-se considerar como tais a produção de arroz, cana ou outras culturas)[39]. 40 Utilizando informação com certa analogia a esta última, isto é, referente à atividade predominante dos estabelecimentos rurais, classificando-os segundo aquela atividade é comercial ou de subsistência[40], obtém-se o quadro 2, relativo ao Piauí em 1960, com o qual se pode caracterizar melhor a economia rural daquele Estado, parte da estrutura econômica que sobressai do quadro anterior.

---

[38] Ignácio Rangel. Desenvolvimento e Projeto. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* (Minas Gerais) 5 (9): 86.

[39] Mais de 34 mil pessoas de um total de 85 mil da PEA dos pequenos núcleos urbanos da Bacia trabalham no setor primário, dos quais mais de 32 mil em produções tipicamente de subsistência. Foram considerados como em produção comercial apenas aqueles cuja atividade principal situava-se nas classes “algodão”, “frutos e sementes oleaginosas e ceras” e “pecuária”.

[40] Com base em observação local e dos estudos existentes, pode-se assegurar que nas atividades agropecuárias nitidamente comerciais restringem-se no Estado do Piauí ao algodão, babaçu, carnaúba e pecuária. Foram considerados como de subsistência os estabelecimentos cuja atividade predominante eram arroz, milho, feijão, cana e suínos. Caracterizar as culturas como de subsistência ou comerciais, a partir do tipo de produto, não resta dúvida, é apenas uma aproximação e poderia levar a distorções. No caso da Bacia do Parnaíba parece ser, *no geral,* uma boa aproximação.

Quadro 2
Distribuição Percentual * dos Estabelecimentos e suas Áreas pela Atividade Predominante Comercial ou de Subsistência, por Classe de Área, Piauí, 1960

Atividade	*500 ha. +*		*100 a 500 ha.*		*5 a 100 ha.*		*Até 5 ha.*	
predominante	*E***	*A***	*E*	*A*	*E*	*A*	*E*	*A*
Subsistência	25	20	47	44	70	65	93	91
Comercial	67	70	45	47	23	27	5	8

FONTE: Censo Agrícola de 1960.
* O que falta para a soma de 100%, na vertical, corresponde a outras atividades, além das enumeradas no texto.
** E – nº de estabelecimentos; A – área

É fácil notar a completa predominância da produção de subsistência nos pequenos estabelecimentos (até 5 ha); constituem também mais de 2/3 os estabelecimentos com atividade predominantemente de subsistência na classe seguinte de tamanho (de 5 a 100 ha). No outro extremo, na classe dos estabelecimentos rurais maiores (de mais de 500 ha), mais de 2/3 dedicam-se a produções comerciais, principalmente pecuária e carnaúba. Dois fatos devem ser salientados. O mais importante é a indicação, fornecida pelo quadro, das altas proporções de estabelecimentos médios, os de 100 a 500 ha, e mesmo dos grandes, os de mais de 500 ha, cuja atividade predominante são produções de subsistência: quase metade no primeiro caso e 1/4 no segundo. Trata-se no geral de culturas tocadas por agregados e parceiros, constituindo então, segundo a conceituação que adotamos, casos em que, despojada da unidade de exploração fornecida pela produção para o mercado, a grande propriedade apresenta-se fragmentada, formando-se no seu lugar a economia camponesa (da qual é extraída renda-produto). O outro fato a apontar é que mesmo nas grandes propriedades com atividade predominantemente comercial (2/3 dos estabelecimentos com mais de 500 ha), deve haver considerável produção de subsistência. Nelas – os latifúndios propriamente ditos de nossa tipologia – coexiste, ao lado das produções comerciais com pelo menos certa unidade de direção, uma multiplicidade de pequenos tratos de terra explorados pelos trabalhadores e agregados e suas famílias, para a formação de roças de mantimentos. Assim, quanto à produção de bens alimentícios, latifúndio, minifúndio ou grande estabelecimento fragmentado, quase não se distinguem; em todos predominam as pequeníssimas roças, utilizando os mesmos processos e técnicas. Delas se canalizam os excedentes, via pagamento de renda da terra

e/ou venda direta pelos agregados das parcas sobras do seu autoconsumo, às feiras locais da região ou a outras do mercado nordestino.

A distribuição do pessoal ocupado na agropecuária de 1950 a 1970 revela, de outra perspectiva, o peso na estrutura agrária do Piauí das economias latifundiária e camponesa, bem como dá indicações de suas tendências.

Quadro 3
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado no Setor Agropecuário nas Datas dos Censos, Piauí, 1950-1970

Categorias de Pessoal Ocupado	*1950*	*1960*	*1970*
Latifundiários	2,0	6,3	0,4
Pessoal Ocupado nos latifúndios	48,1	31,8	22,7 *
Emp. Permanentes	3,5	2,6	-
Emp. Temporários	34,9	23,3	-
Parceiros	9,7	2,4	-
Outra condição	-	3,5	-
*Camponeses **	49,9	61,9	76,9
Propr. Aut.	13,5	10,1	14,0
Arrendatários	0,6	7,0	9,6
Ocupantes	0,4	1,0	9,5
Fam. Não remunerados	35,4	43,8	43,8
Total (milhares)	206,3	358,3	519,9

FONTE: Censos agrícolas de 1950 e 1960; Sinopse do Censo Agropecuário de 1970.
* Estimativas. Ver nota de rodapé nº 42.

Apesar de partes desta distribuição percentual basearem-se em estimativas[41], essas são bastante seguras e os resultados suficientemente coerentes, para chegarmos a conclusões sobre as dimensões das principais partes da estrutura agrária e as direções de suas tendências de mudança. A parte da camada camponesa ascende consistentemente no período de cerca de metade para mais de 3/4, decaindo correspondentemente a ocupada nos latifúndios (de 48 a 23%). Sobressai igualmente na camada camponesa o crescimento dos arrendatários e, mais recentemente, dos ocupantes.

Quadro 4
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado no Setor Agropecuário por Classes de Área, na Data do Censo, Piauí, 1960

Categorias de Pessoal Ocupado	*De 1000 ha. e +*	*100 a 1000 ha.*	*10 a 100 ha.*	*5 a 10 ha.*	*Até 5 ha.*
Latifundiários	6,4	7,4	6,6	6,3	4,6
Pessoal Ocupado nos latifúndios	70,1	45,5	31,9	26,0	14,7
Emp. Permanentes	9,0	4,7	2,1	1,5	1,0
Emp. Temporários	38,3	30,6	25,2	21,3	11,7
Parceiros	6,1	4,1	2,2	1,6	0,6
Outra condição	16,7	6,1	2,4	1,6	1,4
*Camponeses **	23,5	47,1	61,5	67,7	80,7
Propr. Aut.	2,6	5,7	9,0	11,8	16,6
Arrendatários	1,8	4,0	6,2	8,2	11,5
Ocupantes	0,2	0,6	0,9	1,1	1,6
Fam. Não remunerados	18,9	36,8	45,4	46,6	51,0
Total (milhares)	12,9	86,4	142,6	25,7	90,7

FONTE: Censo agrícolas de 1950.
* Estimativas. Ver nota de rodapé nº 42.

[41] As estimativas de "latifundiários", em 1950 e em 1970, foram obtidas utilizando-se as proporções indicadas para os empregadores do pessoal ocupado no setor "agricultura, pecuária, silvicultura" (tabela dos setores de atividade por posição na ocupação, do Censo Demográfico). Para estimar os camponeses, estes totais foram, a seguir, deduzidos das várias categorias de responsáveis pelos estabelecimentos (proprietários, arrendatários e ocupantes), proporcionalmente aos seus contingentes. (Antes dessa última operação, para 1950, somaram-se os administradores aos proprietários e, para 1970, em que ao contrário dos censos anteriores os parceiros estão entre os responsáveis por estabelecimentos, incluímo-los entre o pessoal dos latifúndios, pois é esta a sua posição em 1950 e 1960). Restava, para completar a estrutura percentual do pessoal ocupado em 1970 (para cujo ano, tínhamos, no momento da análise, para a maioria dos Estados, apenas o total do pessoal ocupado e o número das várias categorias de responsáveis 'pelos estabelecimentos, publicados na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário), estimar os "familiares não remunerados": utilizamo-nos para isso da mesma porcentagem que para essa categoria era do pessoal ocupado no Censo Agrícola de 1960. (Na realidade, este procedimento deve *subestimar* a camada camponesa, pois os familiares não remunerados devem guardar certa proporção com os responsáveis pelos estabelecimentos e estes aumentaram a sua proporção no total do pessoal ocupado em todo o período). Para 1960 adotamos procedimento semelhante, *grosso modo,* porém mais preciso. Foram considerados "latifundiários" número igual ao de estabelecimentos com empregados e como camponeses das várias categorias, números iguais aos das várias categorias de responsáveis menos aqueles que tinham empregados. Na realidade, os diferentes procedimentos não afetam basicamente a comparabilidade da estrutura do pessoal ocupado para as diversas datas, a *não ser quanto* á *proporção de latifundiários* e, relativamente bem menos, à dos camponeses. Calculadas estas duas proporções para 1960, como para os dois outros censos, obtêm-se, respectivamente 0,6 e 67,6%. O modo de estimar-se usado para 1960 é, porém, menos artificioso, baseando-se apenas num único censo, o Agrícola.

O quadro 4, que apresenta a distribuição percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário do Piauí, em 1960[42], segundo as várias classes de área dos estabelecimentos, esclarece alguns outros aspectos da estrutura agrária deste Estado. A estrutura do pessoal ocupado nos estabelecimentos de classes de área extremas é bastante distinta: enquanto nos de mais de 1.000 ha, mais de 3/4 do pessoal ocupado estão nos latifúndios, nos estabelecimentos até 5 ha, 4/5 são constituídos pelo campesinato autônomo. De 40 a 50%, no geral, do total do pessoal ocupado nos latifúndios, nas suas várias categorias, estão em estabelecimentos de mais de 100 ha (que constituem apenas 19% do total dos estabelecimentos). Por outro lado, mais de 50% de todas as categorias de camponeses (exceto os familiares não remunerados) estão em estabelecimentos de até 10 ha, bem mais que a sua proporção no total de estabelecimentos (44%). Entretanto, deve-se apontar que a forma com que se é obrigado a apresentar estas estatísticas deforma, possivelmente, a realidade. Parecem indicar, por exemplo, que entre os estabelecimentos de até 10 ha existem, de um lado, unidades camponesas e, do outro, pequenas unidades agrícolas tocadas pelo dono com a ajuda de empregados e parceiros, e que, entre as maiores propriedades, encontram-se, além dos latifúndios, outros estabelecimentos trabalhados por produtores autônomos com a ajuda de suas famílias, em número tal que o pessoal neles ocupado chega a 1/4 do total nessa classe de área! Tais conclusões são em parte resultado do arranjo que se deu aos dados. O equacionamento dos latifundiários aos estabelecimentos com empregados não implica, necessariamente, na não existência nos demais estabelecimentos de parceiros e trabalhadores de outra condição (moradores e agregados). Igualmente as unidades camponesas (aquelas de produtores autônomos trabalhando as suas terras com seus familiares) podem, noutros momentos, dispor de empregados temporários ocasionais. Os dados do Cadastro de 1972, onde se tabularam separadamente os imóveis rurais com assalariados permanentes e os que não os tinham, ajudam-nos a esclarecer a situação[43].

[42] A estrutura do pessoal ocupado por classe de área não pode ser calculada para 1970, pois no momento o volume do Piauí do Censo Agropecuário ainda não era disponível.

[43] É importante reparar na distinção entre "imóvel rural" (cada propriedade rural distinta), conceito usado pelo Cadastro do INCRA, e "estabelecimento rural" (Censo Agrícola), terreno uno "sujeito a uma única administração", seja do proprietário, do administrador ou de um ocupante, seja de um arrendatário. Um imóvel, por exemplo, onde além da parte sob a administração do dono houvesse dois arrendatários, constituiria, pelo censo, três estabelecimentos. Doutro lado, os arrendatários que pelo censo estão entre os responsáveis por estabelecimentos surgem no Cadastro como parte da força de trabalho dos imóveis, quanto ao quadro 5, onde constam os assalariados permanentes, o numero máximo de assalariados temporários "na época de maiores serviços", o numero de parceiros e arrendatários e o numero de dependentes do proprietário que trabalham no imóvel, note-se que todas as informações, exceto a ultima, referem-se a todo o imóvel e não somente aos que trabalham diretamente para o proprietário. Igualmente, separaram-se os imóveis com assalariados permanentes, trabalhassem esses para o proprietário ou para os parceiros ou arrendatários.

Quadro 5
Força de trabalho de imóveis com e sem assalariados permanentes*, várias classes de área, Piauí, 1972

Força de Trabalho	*Imóveis com 1000 ha. e +*		*Imóveis de 10 a 100 ha.*		*Imóveis até 10 ha.*	
	Com Ass. Permanente	Sem Ass. Permanente	Com Ass. Permanente	Sem Ass. Permanente	Com Ass. Permanente	Sem Ass. Permanente
a) números absolutos						
Ass. perm	900	-	690	-	80	-
Ass. temp. ** (nº máx.)	6568	13071	2979	101989	112	25746
Parc. e arr.	548	2463	69	1470	3	147
Dependentes trabalhando	170	1038	371	52203	21	19655
Nº de Imóveis	162	1596	333	50172	43	23663
b) por imóvel						
Ass. perm	5	-	2	-	2	-
Ass. temp. ** (nº máx.)	41	8	9	2	2,5	1
Parc. e arr.	3	1,5	0,2	0	0,1	0
Dependentes trabalhando	1	0,7	1	1	0,5	0,8

FONTES: Cadastro do INCRA de 1972.
* Ver nota de rodapé nº 44.
** Número máximo de empregados temporários na época de maiores serviços.

No quadro 5 incluímos a força de trabalho destes dois tipos de imóveis para três classes de área: os de 1.000 há, e mais, os de 10 a 100 ha, e os de até 10 ha Para caracterizar melhor os imóveis, nos vários casos, incluíram-se taxas das diferentes categorias da força de trabalho por imóvel. Nota-se pelo quadro que os imóveis de mais de 1.000 ha, *sem* assalariados permanentes,

em geral se não na maioria dos casos, dispõem de ampla mão de obra temporária: 8, em média, na época de maior serviço. Possivelmente inclui-se entre eles, também, bom número de imóveis explorados de forma fragmentada por parceiros e arrendatários (economia camponesa)[44].

Entre os 50 mil imóveis de 10 a 100 ha sem assalariados permanentes, possivelmente é muito mais frequente a situação do produtor autônomo, camponês ou pequeno produtor de mercadorias[45]; empregam, em média, na época de maiores atividades agrícolas, dois assalariados temporários. Já entre as pequenas propriedades (até 10 ha) predomina a situação camponesa. Mesmo os imóveis com assalariados permanentes, que são em muito pequeno número, têm-nos em média poucos e quase nunca empregam assalariados temporários. Os demais imóveis, sem assalariados permanentes, empregam em média um assalariado temporário (no máximo), durante o ano[46].

Examinaremos a seguir, antes de passar para a análise de outro Estado, as variações de estrutura agrária entre algumas das sub-regiões da Bacia do Parnaíba[47]. Embora basicamente as mesmas, as várias partes da estrutura

[44] Há possivelmente enorme subenumeração de parceiros e arrendatários no Cadastro de 1972. Para todo o Brasil o Cadastro conta cerca de meio milhão nessas duas categorias. A *Sinopse Preliminar do* Censo *Agropecuário de 1970,* por seu lado, assinala mais de um milhão de parceiros e arrendatários. Assim, é bem provável que o numero de grandes propriedades exploradas fragmentada mente seja bem maior do que é sugerido pelo quadro.

[45] Há indicações de maior orientação para o mercado entre pequenas e médias propriedades da região de Picos (ver abaixo).

[46] No Censo agrícola de 1960, 5.788 dos estabelecimentos de até 10 ha num total de 38.219 (15%) foram assinalados como tendo empregados permanentes (cerca de 1.300 pessoas no total) ou temporários (num total de mais de 16 mil pessoas). Isto na época do Censo (setembro) que é período das safras. É difícil concluir se houve mudanças na utilização de trabalho assalariado entre 1960 e 1972 ou se as diferenças decorrem da maneira diferente como os dados foram obtidos ou do momento distinto no ano da coleta das informações. O Cadastro foi realizado de abril a maio, período de entressafra.

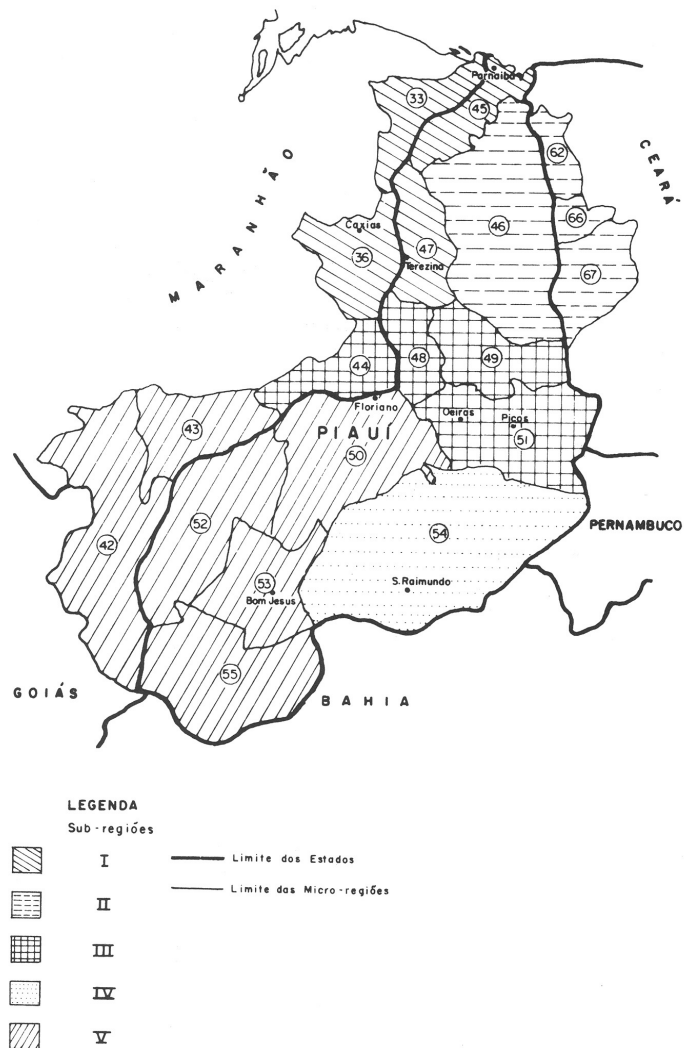
[47] Sobre esta regionalização, veja-se o Anexo A do estudo da Bacia do Parnaíba, a que já nos referimos. Lopes, Müller e Gonçalves, *op. cit.* Concentrou-se, para esta divisão regional, em indicadores rurais, com a ideia de que as cidades maiores (cinco apenas, em 1970, tinham mais de 20 mil habitantes) dependem mais da Bacia como um todo (ou de espaços econômicos ainda mais amplos) do que de regiões localizadas. Os indicadores utilizados, por microrregião, foram os seguintes: rede urbana, densidade rural, proporção de migrantes de origem rural no campo, proporção de migrantes na população urbana, incremento da população rural (1960-70), porcentagem da área total representada pela área dos estabelecimentos com 1.000 ha e mais (1960), porcentagem no total de estabelecimentos

social, a economia camponesa e a latifundiária, particularizam-se diferentemente nas várias partes da Bacia, na dependência do volume e do crescimento, maior ou menor, da economia urbana, do das atividades agrárias mercantis e, em condições diferenciais de disponibilidade de terras e de sua apropriação, pelo movimento próprio e diferenciado da camada camponesa. É esta a tarefa agora: dimensionar, *grosso modo,* as várias partes da estrutura social em três das cinco sub-regiões em que dividimos a Bacia e mostrar algumas das condições particulares em que se concretizam, num e noutro lugar: na sub-região I, aquela onde se situam várias das principais cidades da Bacia (inclusive Teresina e Parnaíba), de ocupação rural bastante densa e onde o extrativismo é alto; na sub-região III (onde se situa Picos), também bastante urbanizada, de densidade rural alta, área agrícola (produtora de alimentos e de algodão) por excelência, de baixa atividade extrativista; na sub-região V, área pouco ocupada (pouquíssimos núcleos urbanos e baixa densidade rural), isolada e estagnada (pecuária extensiva e economia camponesa fechada), já de nítida transição para a região amazônica (ver mapa 1, na página seguinte). Utilizamos para a análise dessas três áreas os quadros 6, 7, 8 e 9, relacionando os seus dados conjuntamente (além de informações monográficas e de outras estatísticas), a fim de obter uma configuração integrada das particularizações de cada sub-região.

representada pelo número dos que têm menos de 5 ha (1960), extrativismo, algodão (arbóreo e herbáceo), gado bovino, arroz, produção *per capita* de cultivos de subsistência (1965) (quando não há indicação contrária os dados são de 1970).

Mapa I
Bacia do Rio Parnaíba
Sub-regiões e Microrregiões

LEGENDA
Sub-regiões

I	Limite dos Estados
II	Limite das Micro-regiões
III	
IV	
V	

Quadro 6
Pessoal ocupado em produção comercial, sub-regiões da Bacia do Parnaíba, 1970

Sub-regiões	P.O. em produção comercial * %	Total do Primário (milhares)
I	17	178
III	16	114
V	9	69

FONTE: Tabulação especial do Censo Demográfico
* Pessoas que trabalhavam na pecuária, no algodão, na coleta de babaçu ou de carnaúba (classes de atividade principal).

Quadro 7
Distribuição percentual das categorias de pessoal agropecuário *, sub-regiões da Bacia do Parnaíba, nas datas dos censos, 1960-1970

Categoria de Pessoal Ocupado	*Sub-região I*		*Sub-região III*		*Sub-região V*	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Latifundiários	0,8	0,4	1,5	0,4	1,0	0,6
Pessoal ocupado nos latifúndios	26,8	16,5	33,0	19,9	27,8	22,0
Empregados permanentes	2,1	-	2,0	-	2,7	-
Empregados temporários	17,4		26,4	-	21,6	-
Outra condição	5,7	-	2,1	-	1,5	-
Camponeses	72,4	83,1	65,5	79,7	71,3	77,4
Proprietários autônomos	4,3	3,5	16,5	17,0	8,8	12,4
Arrendatários	14,2	21,8	3,1	8,5	5,0	4,9
Ocupantes	3,0	8,2	1,3	10,6	2,0	7,5
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N (milhares)	185	415	131	200	85	125

FONTES: Cadastro do INCRA de 1972.
* Ver nota de rodapé nº 44.
** Número máximo de empregados temporários na época de maiores serviços.

Quadro 8

Crescimento dos estabelecimentos (número, área total e área de lavoura), do pessoal ocupado e das várias categorias de responsáveis pelo estabelecimento (número e área), sub-regiões da Bacia do Parnaíba, 1960-1970 (1960 = 100)

Sub-regiões	*Estabelecimentos ***			*Pessoal Ocupado*	*Proprietários ****		*Arrendatários*		*Ocupantes*	
	Nº	*Área*	*Área de lavoura*		*Nº*	*Área*	*Nº*	*Área*	*Nº*	*Área*
I *	336	124	90	231	137	124	345	108	898	190
III	237	118	128	153	139	118	420	61	1213	357
V	191	108	101	148	158	106	146	20	554	308
Bacia	251	115	130	176	146	113	285	66	950	364

FONTES: Censo Agrícola de 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1970.

* Incluíram-se em 1970 dados de alguns municípios de fora da sub-região (Anapurus, Afonso Cunha, Aldeias Altas e Governador Engenho Barros), pois em 1960 faziam parte de municípios da sub-região.

** Do número total de estabelecimentos em 1970 foi deduzido o de parceiros, para tornar os dados comparáveis aos de 1960, pois neste censo os parceiros não foram considerados como responsáveis pelos estabelecimentos.

*** Somados em 1960 os estabelecimentos e respectivas áreas de administradores. Em 1970 foram somadas as áreas dos estabelecimentos em parceria.

Quadro 9

Porcentagens de lavouras nas áreas dos estabelecimentos, tamanho médio dos estabelecimentos e áreas de lavoura por pessoa ocupada, sub-regiões da Bacia do Parnaíba, 1960-1970.

Sub-regiões		*Estabelecimentos (milhares)*			*% das lavouras sobre a área total*	*Tamanho médio dos estabelecimentos*		*Área de lavoura por pessoa ocupada*	
		*Nº ***	*Área (ha.)*	*Área de lavouras (ha.)*		*Nº (ha.)*	*Variação 1960/1970*	*Nº (ha.)*	*Variação 1960/1970*
I *	1960	41,9	3117,6	296,7	9,5	74	-64	1,65	-61
	1970	140,7	3861,2	265,7	6,9	27		0,64	
III	1960	30,7	2459,3	241,4	10,0	80	-50	1,85	-12
	1970	72,8	2909,9	309,1	10,6	40		1,55	
V	1960	13,6	4668,1	85,9	1,8	281	-43	1,02	-31
	1970	31,6	5061,5	86,4	1,7	160		0,69	
Bacia	1960	129,0	14652,1	853,8	5,8	114	-54	1,42	-26
	1970	323,1	16868,1	1113,5	6,6	52		1,05	

FONTES: Censo Agrícola de 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1970.

* e ** Ver notas correspondentes do quadro 8.

Sub-região I. Sobressai nesta região, dentro da camada camponesa, tão ampla quanto nas outras regiões da Bacia, a porcentagem de arrendatários: 14% em 1960 aumentando para 22%, em 1970[48]. Nos latifúndios é também especialmente alta a proporção de agregados (outra condição): quase 6% em 1960 (quadro 7). Trata-se principalmente dos estabelecimentos dedicados ao extrativismo (babaçu, carnaúba), atividade que coexiste com as de subsistência, no seu interior (agregados, empregados permanentes) como nos seus interstícios. Daí o nível alto de fechamento (poucas sobras *per capita* para comercialização) da produção de subsistência em quase todas as microrregiões da sub-região[49]; o suplemento monetário da economia camponesa é aqui obtido principalmente pela atividade estacional do extrativismo[50]. Embora as sobras relativas ao consumo da família sejam poucas, isto não significa seja pequeno o volume total da produção de milho, mandioca e pequena criação, que se dirige ao mercado urbano. Pelo contrário, pequenas sobras por família multiplicam-se aqui pela massa de produtores especialmente densa da sub-região. É preciso também apontar a sazonalidade das atividades de extração vegetal: 67% dos homens e 59% das mulheres, que estavam nestas atividades, trabalharam menos de 9 meses no ano anterior à data do Censo (Censo Demográfico de 1970).

As tendências evolutivas no último decênio estão nesta sub-região acentuando sobremodo a pressão sobre a terra. De fato, aumentaram neste período os estabelecimentos quase três vezes e meia, enquanto a área total aumentou apenas de 24% e a área de lavoura chegou mesmo a diminuir 10%: conseqüentemente caiu o tamanho médio do estabelecimento rural na sub-região de 74 ha para 27 ha (o valor mais baixo das várias partes da Bacia do Parnaíba) e a área de lavoura por pessoa ocupada de 1,65 para

---

[48] Há indicações, porém, de que muitos desses arrendatários são na verdade agregados e não pagam renda. Ver resultados de pesquisa na microrregião 45 (a de Parnaíba) desta sub-região, já citada atrás (nota 36).

[49] Anexo A de Lopes. Müller e Gonçalves. *op. cit.* Ver também nota 48, *supra.*

[50] Sobre o trabalho temporário, nesta como em outras sub-regiões, é oportuno notar que, nas condições da Bacia do Parnaíba, parece tratar-se mais de momentos distintos do ciclo anual da vida camponesa. Empregados temporários podem ser agregados em *um* latifúndio que, temporariamente, em dadas épocas (colheita, etc.) desempenham tarefas remuneradas em outro; ou podem ser minifundiários que, passada a época de sua safra, empregam-se temporariamente nos grandes estabelecimentos.

0,64 ha! Ora, o principal fator responsável por esta minifundização foi a enorme multiplicação dos arrendamentos (existentes já em grande proporção em 1960): eles se multiplicaram três vezes e meia, sem quase aumento de sua área total (apenas 8%), o que resultou numa redução de seu tamanho médio de 10 para 3 ha (quadros 8 e 9)[51]. Ocorre aqui, pois, como em outras sub-regiões da Bacia (mormente na III) a multiplicação da camada camponesa, principalmente pelo arrendamento, impulsionada pelo aumento populacional da camada, que se expande em estreita vinculação com as atividades mercantis, as quais lhe dão a oportunidade de obter o suplemento monetário necessário ao seu modo de vida. Na forma que adota a expansão do extrato camponês na região, é necessário frisar, sobressai a escassez da terra, já quase toda apropriada, e a inexistência de alternativas, juntamente com a disponibilidade de terras para arrendamento, dado o pouco desenvolvimento da agricultura comercial[52].

Sub-região III. Esta é a principal sub-região produtora de alimentos da Bacia do Parnaíba. Nela a proporção alta de camponeses é constituída, antes de tudo, de proprietários e seus familiares não remunerados, ao contrário da sub-região I, onde o peso preponderante é o dos camponeses arrendatários; não deixa, entretanto, de ter parcelas significativas de famílias de posseiros (ocupantes) e também de arrendatários (estes na realidade, com o aumento da pressão sobre a terra, estão crescendo em número; voltaremos ao assunto adiante) (quadro 7). A proporção de pessoal ocupado em produção comercial é alta (16%) (quadro 6); trata-se neste caso principalmente do peso, no total, da microrregião de Picos, onde em propriedades pequenas e médias (mais de metade do total de estabelecimentos têm 5 a 50 ha), dedicadas ao plantio de algodão arbóreo e a outras atividades comerciais, ocupam-se 25% do pessoal do primário. A proporção relativamente alta (26%) constituída por empregados temporários, no caso desta sub-região, deve referir-se, em boa medida, a propriedades médias e não realmente a latifúndios. Na verdade, aqui,

[51] Processo que se dá com particular intensidade na parte maranhense da sub-região. Aí também multiplicam-se os ocupantes, igualmente com queda de sua área média.
[52] Ver análise de Francisco Sá Jr., em artigo já citado, cuja interpretação parece-nos especialmente aplicável aos processos em curso nesta sub-região e, parcialmente, na III.

especialmente na área de Picos, a economia camponesa talvez esteja em transição para a pequena produção de mercadorias[53].

Há indicações claras de pressão sobre a terra, pelo menos em partes da sub-região. Enquanto o número de estabelecimentos de 1960 e 1970 aumentou de quase 2,5 vezes, a sua área elevou-se apenas 18%: houve assim queda de 50% no tamanho médio do estabelecimento, descendo este para 40 ha, o segundo nível mais baixo da Bacia, depois da sub-região I. Esta queda do tamanho médio foi parcialmente contrabalançada por um esforço de maior aproveitamento da área para a produção de alimentos: a área cultivada elevou-se 28%, aumento, porém que não acompanhou o do pessoal ocupado (a área de cultivo por pessoa ocupada caiu 12%)[54] (quadros 8 e 9).

A queda do tamanho médio do estabelecimento deveu-se, em parte, não só a certa fragmentação dos estabelecimentos de proprietários, mas, e principalmente, à multiplicação de arrendamentos (3 mil novos arrendatários para uma área total, de arrendamentos que diminuiu em 67 mil ha), bem como à ocupação de mais de 100 mil ha nas várias microrregiões da sub-região, por cerca de 20 mil novos ocupantes. A pressão sobre a terra expressa-se tanto pelo aumento dos minúsculos arrendamentos, como pela ocupação de terras piores e mais distantes dos mercados urbanos. De qualquer modo, são elevadas em todas as microrregiões da sub-região as sobras comercializáveis dos produtos de subsistência (Anexo A de Lopes, Müller e Gonçalves, *op. cit.;* ver também a nota 48, *supra*).

Sub-região V. Aqui, de fato, encontramos área pouco ocupada, onde se situam grandes estabelecimentos, cuja exploração parece apenas iniciar-

[53] Veja-se a caracterização do trabalho sazonal e de seu volume nas atividades agrícolas da sub-região, mormente em função da cultura algodoeira, em *Picos* e *sua Região* (Rio de Janeiro, IBGE, 1971). Os autores afirmam que “na época da colheita, a população (da área) cresce quase 1,5 vezes” e mais adiante: “Há uma demanda de trabalhadores rurais de outras partes, no período de julho a novembro”. Noutro trecho, o trabalhador sazonal vindo das cidades é sublinhado. *op. cit.,* p, 7, 25, 34 e 39.
[54] O esforço de estender ao máximo o aproveitamento com lavouras, ao intensificar-se a minifundização representada pelos minúsculos arrendamentos. é apontado, em análise feita para todo o Nordeste, por Francisco Sá *(op. cit.),* No caso da sub-região de Picos, deve ter tido influência na extensão do cultivo de alimentos a melhoria recente dos seus transportes rodoviários, tanto na direção de Teresina, como para as outras regiões do Nordeste.

se. Em partes consideráveis da sub-região, são de se esperar para logo, mudanças, com a quebra do isolamento, ao serem atingidas pela rodovia asfaltada que as ligará a Teresina (a estrada ainda com trechos de terra, já alcançou Bom Jesus, no Gurgueia). Mas façamos a. análise dos dados, na ordem em que foi feita para as outras sub-regiões, antes de voltarmos a uma apreciação geral das perspectivas da área.

Encontramos, também nesta sub-região, ampla camada de camponeses, constituída por frações crescentes de proprietários autônomos e de ocupantes, mantendo os arrendatários apenas a sua parcela de 5% (quadro 7). A porcentagem do pessoal ocupado em atividade agropecuária comercial é baixa; a média esconde, porém, proporções mais altas no médio Gurgueia (gado e algodão) e na microrregião de Floriano (gado) (quadro 6). De qualquer forma, há proporções de pessoas ocupadas (empregados permanentes e temporários e, no médio Gurgueia, agregados) em latifúndios de subsistência, isto é, cuja atividade predominante não são produções comerciais[55]. 'As sobras destes produtos de subsistência são baixas, com a indicação clara na maior parte da sub-região V de economia de subsistência bastante fechada (Anexo A de Lopes, Müller e Gonçalves, *op. cit.*).

O número de estabelecimentos quase dobrou no decênio, sem aumento quase de sua área; com isso o tamanho médio do estabelecimento caiu de 281 ha para 160 (– 43%). As restrições impostas pela apropriação da terra à expansão fácil da camada camponesa, mesmo numa área pouco povoada, são claras; a área cultivada total não se modificou, mesmo face à pressão da camada camponesa (o pessoal ocupado nos estabelecimentos elevou-se 50%), o que provocou uma queda da área cultivada por pessoa ocupada de 1 para 0,7 ha, nível pouco acima do índice da sub-região I, muito mais densamente povoada! (quadros 8 e 9). Outras indicações dos

[55] Chega-se a esta conclusão comparando-se a porcentagem de pessoas que trabalham em produções comerciais (quadro 6) com a proporção do pessoal ocupado nos latifúndios (quadro 7) (ambos dados, um do Censo Demográfico e o outro estimado a partir do Agropecuário, para 1970). Chega-se assim a uma indicação da quantidade de pessoas ocupadas em estabelecimentos (latifúndios) não dedicados a atividades comerciais. contendo, portanto, as. propriedades latifundiárias exploradas fragmentariamente. ponderável fração camponesa em economia de subsistência. Estimada esta fração desse modo. as nossas três sub-regiões fornecem os seguintes resultados: sub-região I: 0.5%; sub-região III: 4%; e sub-região V: 13%. (Há, porém, diferenças sensíveis internas a cada sub-região. Ver adiante).

mesmos quadros se processam no mesmo sentido. Houve expansão dos arrendamentos de quase 50% com uma queda de 80% na área que ocupam (o tamanho médio do arrendamento caiu de 35 para 5 ha). De um aumento de 400 mil ha na área dos estabelecimentos entre 1960 e 1970 (que representou um acréscimo de apenas 8% na área total), cerca de 240 mil resultaram do aumento de área das ocupações, a maior parte na parte maranhense da sub-região.

Um exame mais detido mostrou, portanto, não se tratar, pelo menos no momento, apesar de sua baixa densidade de ocupação humana, de região penetrada pelo avanço da frente pioneira (com a exceção, talvez, de sua parte maranhense). Pelo contrário, na sua maior parte a multiplicação de pequenas explorações agrícolas de subsistência, sob a forma de ocupações de terra[56] ou de arrendamentos, enfrenta dificuldades crescentes, ao encontrar a terra já apropriada. As grandes fazendas de pecuária extensiva, gado pé duro criado à solta (os latifúndios), utilizam as chapadas, empurrando a agricultura campesina de subsistência para os cada vez menores lotes nas várzeas. A chegada do asfalto e os programas de colonização e irrigação do DNOCS e do INCRA poderão alterar as linhas evolutivas, que seguem, no entanto, noutro sentido.

Resta, para finalizar a análise da estrutura agrária do Piauí, relacionar a análise destas três sub-regiões com a sua classificação, segundo modos de inserção na divisão social do trabalho (Mapa II, na página 41).

A maior parte das três sub-regiões classifica-se como tipos de área pouco mercantis, exceto a microrregião de Caxias (n° 36), da sub-região I, e a de Picos (n° 51) da sub-região III, que foram consideradas áreas comerciais antigas. Examinemos, porém, cada sub-região separadamente.

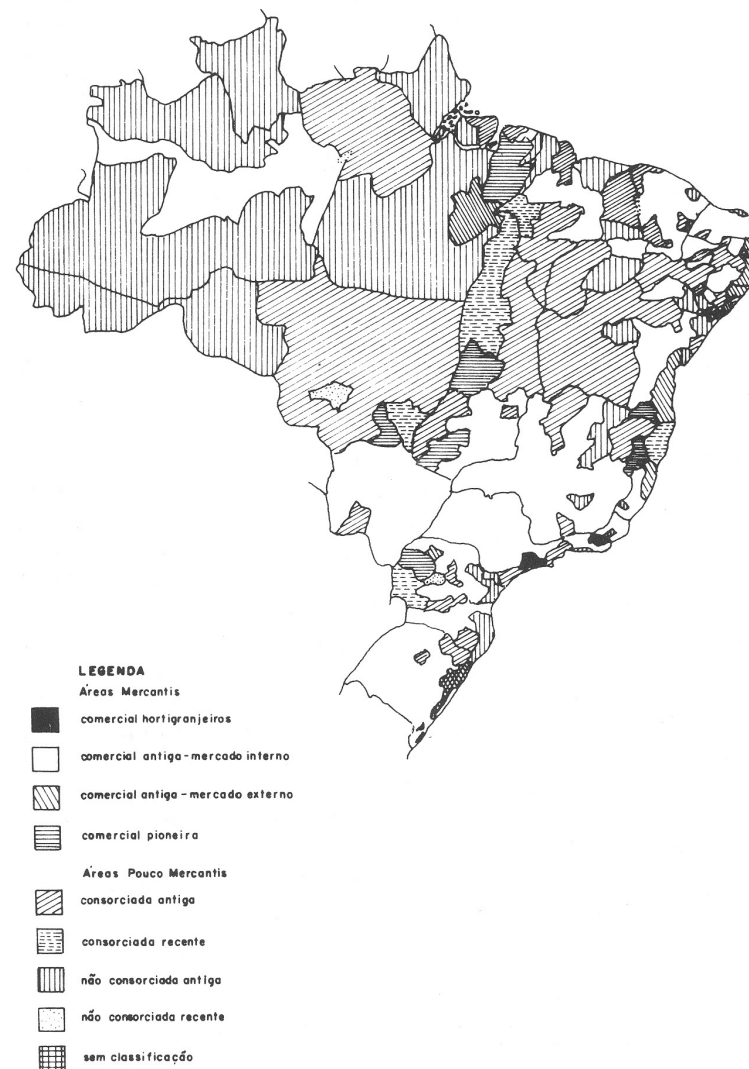
– A sub-região I, na sua parte piauiense (microrregiões 45 e 47), é uma área consorciada antiga e, do lado maranhense, em parte, área de subsistência antiga (microrregião 33) e, em parte, área comercial antiga (a 36);

[56] Além da diminuição do tamanho dos arrendamentos, se omitirmos a microrregião 42 (maranhense), que parece relativamente aberta às ocupações, a área média do ocupante já caiu também para 15 ha (de um nível de 41 ha em 1960).

– A sub-região III teve as suas microrregiões n° 51 (Picos) e 44, classificadas como comerciais antigas e as restantes (48 e 49), como áreas de subsistência antigas; e, finalmente

– A sub-região V, toda, classificou-se como área consorciada antiga.

De modo geral a análise que fizemos, a nível da Bacia do Parnaíba ou de sub-regiões, é consistente com essas classificações segundo a mercantilização, devendo-se notar que para a sub-região I obteve-se um quadro médio dos diferentes graus de mercantilização da economia rural e que, no caso do exame da III, o peso estatístico principal foi o da microrregião 51. Para terminar, acrescentemos, para estas duas sub-regiões mistas, dados referentes a um indicador a nível microrregional. O mais significativo para a questão em pauta é o da proporção do pessoal do setor primário ocupado em produções comerciais (quadro 10). Os dados deste quadro. *grosso modo,* corroboram as classificações feitas. Apontemos dois fatos apenas: as porcentagens bem mais altas de pessoas ocupadas em produção comercial nas áreas classificadas como comerciais antigas (as microrregiões 36 e 51) e as proporções especialmente baixas daquelas classificadas como de subsistência antiga (48 e 49). (Os níveis do indicador são contrários à classificação das áreas nos casos das microrregiões 33 e 44).

Mapa II
Microrregiões segundo modos típicos de inserção na divisão social do trabalho

São Paulo

Assinalamos atrás[57], o aparecimento em São Paulo, com o surto cafeeiro, desde o fim do século XIX, sob o regime do colonato agrícola, de uma agricultura de traços mais nitidamente capitalistas do que em outras partes do Brasil. Foi igualmente apontada a emergência, nos anos 30, durante a crise da cafeicultura, de uma pequena produção agrícola mercantil, da qual o protótipo são os sitiantes japoneses de algodão, nas frentes pioneiras paulistas[58]. Mais tarde, desenvolveu-se nos arredores da metrópole paulistana o cinturão de horticultura intensiva (pequena agricultura familiar, altamente especializada para mercado). Ainda mais recentemente, no fim dos anos 60 e início dos 70 – também já o apontamos ocorre na região paulista intensa substituição do colono pelo proletário rural puro (volante, bóia-fria), processo ainda em curso. Neste item, procuraremos evidenciar no de curso do tempo o caráter mais mercantil, e mesmo capitalista, da agricultura paulista em comparação com a de outros Estados brasileiros, tratando também de dimensionar no presente os principais contornos de sua estrutura agrária, bem como caracterizar o processo atual de constituição do proletariado rural; terminaremos procurando focalizar mais de perto duas áreas do Estado, de organização agrária contrastante, uma onde os processos da empresa rural capitalista estão entre os mais avançados e outra, onde a agricultura arcaica, pouco mercantil, acha-se ainda presente.

[57] Ver o segundo capítulo.
[58] Para cujo processo o estudo clássico é aquele já citado, de P. Monbeig. *Pionniers et Planteurs de São Paulo.*

Quadro 10
Pessoal ocupado em produção comercial, microrregiões das sub-regiões I, III e V, Bacia do Parnaíba, 1970

Sub-regiões e Microrregiões	*P.O. em produção comercial (*) %*	*Total do Primário (milhares)*
33	17	46
36	29	48
45	11	37
47	10	47
Sub-região I	17	178
44	5	11
48	5	20
49	5	20
51	25	63
Sub-região III	16	114
42	3	14
43	8	9
50	10	23
52	9	5
53	18	6
55	7	12
Sub-região V	9	69

FONTES: Tabulação especial do Censo Demográfico
* Pessoas que trabalham em pecuária, no algodão, na coleta de babaçu ou de carnaúba (classes de atividade principal).

Quadro 11
Estrutura da população economicamente ativa e da renda interna segundo principais ramos de atividades, vários Estados do Brasil, 1968-1970

Ramos	*SP*		*RS*		*GO*		*PE*		*PI*		*Brasil*	
	PEA	Renda	PEA	Renda	PEA	Renda	PEA	Renda	PEA	Renda	PEA	Renda
Agricultura etc.	20,4	12,3	46,0	32,7	60,5	56,3	50,8	26,0	71,7	43,3	44,4	17,7
Atividades industriais	31,4	39,5	16,7	16,9	8,9	4,3	13,4	16,8	7,8	5,3	17,9	28,5
Demais atividades	48,2	48,2	37,3	50,4	30,6	39,4	35,8	57,2	20,5	51,4	37,8	53,8
Total (números absolutos) *	6373	27657	2269	6721	867	1506	1505	2658	485	390	29557	78281

FONTE: Censo Demográfico de 1970 e Estimativas da Renda Interna para 1968 do Centro de Contas Nacionais (IBRE-FGV). Para o setor agrícola não foi deduzido, para os Estados, a parcela correspondente ao consumo intermediário. Tampouco foram apropriados, para os outros setores, certos itens, como a construção civil e os transportes aéreos. Estas operações foram feitas para o conjunto do país.
* PEA em milhares e Renda Interna em milhões de cruzeiros.

Quadro 12
Renda interna por pessoa ocupada, vários Estados do Brasil 1968-1970

Estado	*Cruzeiros por pessoa*
São Paulo	4.340
Rio Grande do Sul	2.962
Goiás	1.737
Pernambuco	1.767
Piauí	805
Brasil	2.648

FONTE: Quadro 11.

Para os nossos objetivos, bastam-nos alguns dados comparativos para São Paulo e os outros Estados em que focalizamos a análise. Incluímos o Rio Grande do Sul, por ser um dos Estados onde o desenvolvimento da agricultura comercial deu-se mais cedo, e ser assim importante compará-la hoje com a situação dos outros aqui analisados. Claros indicadores da concentração da acumulação de capital urbano-industrial em São Paulo são os referentes à estrutura setorial da população economicamente ativa e da renda interna, bem como da renda interna por pessoa ocupada (quadros 11 e 12). Basta sublinhar alguns destes dados para o Estado de São Paulo:

– neste Estado a PEA na agricultura caiu já 1/5 do total (nos outros esta proporção não se afasta muito da metade ou permanece em níveis muito mais elevados);

– menos de 1/3 da PEA, a parte engajada nas atividades industriais, produz 2/3 da renda interna (nos outros Estados a PEA industrial não produz muito mais da renda que a sua proporção no total ou, mesmo, bem menos);[59] e

[59] A indústria de São Paulo é nitidamente mais capitalizada e de estrutura distinta da do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, os dois outros Estados entre os que estamos analisando onde a indústria de transformação tem algum peso. Para 1967/70, por exemplo, os ramos onde se concentram as indústrias de bens de produção (metalúrgica, mecânica, material

– a renda interna por pessoa ocupada é a mais elevada do país, ou seja, quase 50% maior que a do Rio Grande do Sul, a segunda mais alta entre os Estados selecionados para comparação[60].

Correspondentemente, a acumulação do capital na agricultura paulista adiantou-se bastante ao processo ocorrido nos outros Estados. No quadro 13, com base em dados censitários, apresenta-se o valor da maquinaria e das despesas com fertilizantes e com salários, por hectare cultivado dos estabelecimentos de 100 hectares e mais, para os vários Estados que estamos analisando (de 1940 a 1960). Destacando-se os estabelecimentos maiores (de 100 hectares e mais) e estudando-se para eles indicadores do comportamento de componentes do capital (constante e variável), pensa-se assim detectar, nestes Estados, aqueles onde o latifúndio, com a acumulação, cede lugar à empresa agrícola capitalista. Por esses indicadores, grosseiros como são, pode-se notar que:

– em 1940, com a exceção da maior mecanização do Rio Grande do Sul, não há grande diferença entre os valores para São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco; as diferenças nítidas verificam-se, na realidade, entre as estatísticas para estes Estados e os demais (representativos dos mais atrasados do país)[61]; e

elétrico e de comunicações, material de transporte, papel, papelão e química) constituíam 42% do pessoal ocupado e 58% do valor da produção dos totais para o Estado de São Paulo; para o Rio Grande do Sul estas proporções eram, respectivamente, 30 e 35% e para Pernambuco, 18 e 22%. Em milhares de cruzeiros, os valores da produção por pessoa ocupada, naqueles ramos e nos demais da indústria de transformação, eram; em São Paulo 65 e 34; no Rio Grande do Sul 42 e 34 e em Pernambuco 39 e 30. Estimativas, que representam cerca de 90% da produção industrial brasileira, feitas pelo Instituto Brasileiro de Estatística; ver *Anuário Estatístico do Brasil,* 1972, p. 178-186.

[60] Para os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro juntos, atual Estado do Rio de Janeiro. a renda interna por pessoa ocupada era de 2.217 cruzeiros (1968).

[61] Calculando-se estes índices para 1960, tomando-se apenas os estabelecimentos de 1.000 hectares e mais, vê-se que não se alteram estas conclusões referentes às posições relativas da agricultura nessa data, desses três Estados.

– quanto aos três índices de capitalização, a agricultura de São Paulo adianta-se sobre a dos outros dois (exceto novamente em termos da mecanização relativamente maior do Rio Grande do Sul)[62].

Quadro 13
Valor da maquinaria, de despesas com fertilizantes e com salários por hectare cultivado;
Estabelecimentos com 100 hectares e mais, vários Estados, 1940 a 1960

*(Valores reais: cruzeiros de 1973 por ha. cultivado) **

Ano	SP	RS	PE	GO	PI
		a) valor da maquinaria **			
1940	97	249	96	44	14
1950	114	308	62	57	41
1960	332	829	133	149	49
		b) despesas com adubos e fertilizantes ***			
1939	10	17	10	0	0
1949	41	25	46	0,3	0,3
1959	86	81	53	3	0,7
		c) despesas com salários			
1939	296	215	254	100	14
1949	389	227	364	108	74
1959	498	225	410	196	104

FONTES: Censos Agrícolas.
* Deflator: índice de custo de vida no Rio de Janeiro
** Em 1940: valor do maquinário; em 1950 e 1960: valor das máquinas e instrumentos agrários mias valor das outras máquinas (ou da maquinaria). (Dados para as datas dos censos.)
*** Em 1939 e 1949: despesas com adubos e fertilizantes; em 1959: despesas com adubos e corretivos (dados para o ano anterior à data do censo).

[62] Talvez haja certa distorção, resultante do modo como o índice foi organizado, que favorece a posição da agricultura do Rio Grande do Sul. Tomamos como denominador os hectares cultivados (soma das lavouras permanentes e temporárias), quando, tanto as máquinas como os trabalhadores (e, em menor medida, os adubos) são utilizados também nas pastagens. O cômputo do índice, deste modo, porém, pareceu-nos mais correto do que se incluíssemos a área de pastagens, a maior parte das quais é constituída de pastos naturais. De qualquer modo, para o Rio Grande do Sul, onde a pecuária pesa sobremaneira, principalmente para as propriedades maiores (e portanto a área de cultivo é proporcionalmente menor), tal escolha de índice pode ter exagerado os seus valores. Ainda sobre a utilidade do indicador "despesas com salários por hectare cultivado" deve-se notar que, segundo as instruções dos censos, devia-se incluir no montante de salários o pagamento em produtos, segundo a avaliação do informante, com base nos preços em vigor. Este fato restringe, para os nossos objetivos (distinção da empresa agrária capitalista do latifúndio), a utilidade desse indicador, embora creiamos que não a elimine totalmente.

Pode-se acompanhar um aspecto desse processo até o presente, com o exame do número de hectares por trator para 1960 e 1970, separadamente para as propriedades de 100 hectares e mais e para as de menos de 10 hectares (quadro 14).

Notemos que:

– nos estabelecimentos maiores, a agricultura paulista, em 1960 com pior índice do que a rio-grandense (quase 40% mais hectares por trator), ultrapassa-a em 1970, indicando a maior rapidez nela da acumulação do capital agrário, concomitantemente com o desenvolvimento da empresa capitalista agropecuária; e

– nos pequenos estabelecimentos, desde o início, o indicador utilizado aponta a situação mais favorável da pequena agricultura paulista e, no decênio, o processo de capitalização das pequenas propriedades paulistas chega a um ritmo tal que elas quase atingem o nível de mecanização das maiores (78 ha por trator comparados com 71, respectivamente). Neste estrato encontramos, parece, o pequeno empreendimento agrícola capitalista lado a lado com a unidade familiar totalmente voltada para o mercado[63].

Quadro 14
Hectares cultivados por trator,
estabelecimentos até 10 ha. e de 100 ha. e mais, vários estados, 1960-1970

Ano	SP	RS	PE	GO	PI
		a) estabelecimentos até 10 ha.			
1960	367	765	6340 *	7130 *	26261 *
1970	78	364	11985 *	778 *	78440 *
		b) estabelecimentos até 100 ha. e mais			
1960	150	109	738	490	3425 *
1970	71	75	477	250	1032 *

FONTES: Censo Agrícola de 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuários de 1970.
* Índices baseados em menos de 100 tratores.

Alguns dados sobre a produção para autoconsumo nas unidades agrícolas servem para esclarecer ainda mais os processos que estamos

[63] Trata-se de dados para todo o Estado que obscurecem situações distintas, pouco mercantis, em pequenas áreas do Estado. Pelo mapa II, na página 41, vemos que é esta a situação (áreas pouco mercantis, antigas, consorciadas ou não) do litoral paulista e do Sul do Estado, cuja diferenciação desaparece na média. Adiante, analisaremos uma destas áreas.

analisando. O Censo Agrícola de 1960 registrou a produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos no ano de 1959, entendendo esta produção como a obtida pelos empregados, colonos, etc. *para a sua subsistência,* em *terras do estabelecimento cedidas gratuitamente* (nossos grifos). Registrou igualmente os animais dos vários tipos pertencentes ao pessoal residente. Infelizmente não temos o número total de pessoas residentes. Índices, porém, daquelas produções e daqueles animais, aprovados pelo pessoal residente ocupado nos estabelecimentos (empregados, mais pessoal de outra condição), servem como indicadores da existência do latifúndio (cessão gratuita da terra como retribuição da mão de obra) ou da empresa agropecuária capitalista. Trata-se de indicadores grosseiros, ainda mais quando se precisa, para obtê-los, somar quantidades heterogêneas (pesos de diferentes produtos ou unidades de diferentes animais), mas servem para os nossos propósitos. O quadro 15 arrola os dados pertinentes.

Quadro 15
Produção agrícola e animais pertencentes ao pessoal residente (empregados, moradores, etc.), nos estabelecimentos, por pessoa ocupada residente, vários Estados, 1959.

Estados	*Índices per capita (P. O. Residente)*				
	*Mantimentos * (quilos)*	*Banana (cachos)*	*Aves ** (nº)*	*Pequenos animais (nº) ****	*Animais de grande porte (nº) *****
SP	354	0,3	5,2	0,7	0,3
RS	227	0,1	1,3	0,5	0,4
PE	279	1,8	1,5	0,4	0,1
GO	1375	3,4	11,6	2,1	1,2
PI	679	0,6	9,6	6,6	1,5

FONTE: Censo Agrícola de 1960.
* Aipim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, fava, feijão, inhame, mandioca, milho.
** Galinhas e “outras”.
*** Suínos, ovinos e caprinos.
*** Bovinos, equinos, asininos e muares.

Notam-se facilmente vários pontos:

– os estabelecimentos maiores (pois é destes que se trata: os estabelecimentos que têm pessoal residente) de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco sempre apresentam menos indicações de prevalência do latifúndio do que Goiás ou o Piauí; entretanto,

– os indicadores para São Paulo não são mais baixos que os do Rio Grande do Sul e Pernambuco; pelo contrário frequentemente são mais elevados (note-se principalmente o número de quilos de mantimentos e o número de pequenos animais por pessoa ocupada residente).

Mesmo que se considere que tais indicadores podem não refletir diretamente a prevalência da *cessão de terras* como modo de obtenção da mão de obra dos estabelecimentos, decorrendo também da *produtividade* das atividades agrárias do pessoal residente (além dos problemas resultantes das diferentes cestas de consumo nos vários Estados), são, pelo menos, uma indicação de que não era tão claro, naquela data, o desaparecimento do latifúndio na agricultura paulista[64].

O Cadastro do INCRA de 1972 fornece-nos dados que apontam claramente a mudança havida. Trata-se de estatística referente à parcela do valor total da produção que foi perdida, *consumida* ou estocada. No quadro 16 apresentamo-la, em porcentagem do valor total da produção, separadamente para os pequenos imóveis (de até 10 ha) e para os imóveis de 100 ha e mais. Para os imóveis maiores, a proporção de autoconsumo é mais baixa para o Estado de São Paulo[65], com a exceção da referente a Pernambuco, onde, talvez, esta estatística reflita principalmente a expulsão da produção de alimentos – isto é, dos moradores – das grandes propriedades canavieiras[66]. (As proporções de autoconsumo para as propriedades de Goiás e do Piauí são bem mais elevadas, indicando a prevalência do latifúndio nessas regiões).

---

[64] Seria necessário, por outro lado, mais análises, para diferentes áreas do Estado e distintos tipos de propriedade. Mais adiante, examinaremos duas áreas específicas bastante contrastantes.
[65] Consideramos a proporção da produção “perdida, *consumida* ou estocada” nas condições da agricultura brasileira, como um indicador do autoconsumo, e a produção perdida ou estocada como supostas quantidades de menor importância e basicamente constantes de Estado para Estado. Esta suposição é falha principalmente para os Estados de agricultura mais avançada, que dispõem de infraestrutura de estocagem, isto é, São Paulo e Rio Grande do Sul, para os quais as proporções de produção autoconsumida seriam ainda inferiores às indicadas pelo quadro 16.
[66] O cálculo desta proporção para os imóveis de 1.000 ha e mais dá resultados similares. As proporções mudam pouco e a posição dos Estados quanto ao autoconsumo mantém-se a mesma. É interessante notar que para Pernambuco a proporção abaixa para 15,4%.

Quadro 16
Proporção do valor total da produção que foi perdida, consumida ou estocada, imóveis de 100 ha. e mais e imóveis até 10 ha., vários Estados, 1972

Estados	*Imóveis de 100 ha. e mais*	*Imóveis até 10 ha.*
SP	20,3%	12,5%
RS	33,3%	40,1%
PE	17,1%	71,2%
GO	41,3%	51,8%
PI	50,4%	62,9%

FONTES: Cadastro do INCRA, 1972.

Mas, de extremo interesse é ó exame desta proporção do valor da produção autoconsumida para os pequenos imóveis. Para o Estado de São Paulo este índice, no caso dos imóveis até 10 ha, alcança apenas 12,5%, enquanto para os outros Estados é sempre superior a 40% (atingindo mesmo mais de 70% no caso de Pernambuco). Note-se ainda que São Paulo é o único caso em que esta proporção de autoconsumo é menor para as propriedades menores do que para as maiores. Indica-se assim o caráter de pequena produção mercantil que essas unidades agrárias possuem, ao invés de constituírem um campesinato[67]. Este dado é coerente com a penetração da mecanização na pequena unidade agrária em São Paulo, que apontamos acima com base nos dados do Censo Agropecuário de 1970.

Muitos dados e informações indicam que esta intensificação do caráter mercantil e da capitalização da agricultura paulista tem se processado com muito mais rapidez nos últimos cinco anos. Vamos registrar algumas das evidências disponíveis, principalmente no sentido do aumento do capital constante, a indicar o caráter nitidamente capitalista que vem assumindo essa agricultura (vejam-se os quadros 17, 18 e 19). O primeiro apresenta-nos o consumo de fertilizantes (por tipo e por hectare arável), em 1970, para grandes regiões brasileiras e para São Paulo. Dos dois outros constam os aumentos da produção de tratores no Brasil e do consumo de defensivos agrícolas, no Centro-Sul, nos últimos anos.

[67] Para a cidade do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, onde temos a concentração numa pequena área rural de grande número de pequenas unidades agrárias, altamente especializadas no abastecimento da área metropolitana do Rio de Janeiro, de produtos hortigranjeiros, a proporção de autoconsumo dos imóveis até 10 ha é de apenas 9,9%. A mercantilização da área do cinturão verde de São Paulo é, com certeza, ainda maior.

O quadro 17 assinala o nível muito mais alto em São Paulo, atualmente, de consumo de fertilizantes por hectare arável, do que em qualquer outra região brasileira. É, na realidade, no total de nutrientes, de mais de 50% mais elevado do que o consumo da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), a segunda mais tecnificada do país.

Quadro 17
Fertilizantes: consumo por nutriente e por hectare arável *, Regiões do Brasil e São Paulo, 1970

Regiões	*N*	*P_2O_5*	*K_2O*	*Total*
Brasil	8,0	12,2	9,0	29,2
Norte[1]	2,6	0,3	2,7	5,6
Centro[2]	11,4	13,5	11,5	34,4
Sul[3]	8,1	25,6	12,9	46,6
São Paulo	22,7	27,1	23,0	72,8

FONTE: Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo, “Fertilizers: An Anual Review of World Production Consumption, Trade Prices”, *apud* R. M. Paiva, S. Schattan e C. F. T. de Freitas, *Setor agrícola do Brasil*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973, página 73.
* Relação entre o consumo de fertilizantes e a área cultivada com as 20 principais culturas, exclusive a pastagem.
1. Do Amazonas até a Bahia.
2. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santos, Paraná, Mato Grosso e Goiás.
3. Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No quadro 18 podemos acompanhar o enorme crescimento recente da produção de tratores no Brasil, sendo a grande maioria deles utilizada na região de São Paulo para o Sul (ver quadro 14). Calculando-se médias de três em três anos e, em seguida números índices, obtêm-se os seguintes resultados: 1960/62: 100 (3.764 unidades em média); 1963/65: 311; 1966/68: 313 e 1969/71: 472. Nesse último triênio tivemos um crescimento de mais de 50% em relação ao anterior. Refletem esses dados, principalmente, a tecnificação no período recente da agricultura de amplas áreas do Estado de São Paulo e de outras partes das regiões Sul e Centro-Sul.

Quadro 18
Número de tratores produzidos, segundo os tipos, Brasil, 1960-1972

Ano	*Micro*	*Cultivadores motorizados*	*Leve*[1]	*Médio*[2]	*Pesado*[3]	*Esteira*	*Total*
1960	-	-	-	37	-	-	37
1961	-	751	25	1574	80	-	2430
1962	-	1240	1984	4779	823	-	8826
1963	-	1110	3990	4179	1739	-	11018
1964	-	1710	1329	7947	2261	-	13247
1965	280	2403	241	5810	2070	-	10804
1966	291	3178	96	6668	2305	13	12538
1967	72	2159	57	4077	2089	73	8527
1968	147	2465	32	6625	5014	106	14283
1969	334	1877	22	3117	5656	91	11098
1970	409	2065	-	4666	9383	185	16710
1971	366	2190	-	7000	15122	770	25448
1972	840	3000	-	9120	20530	1310	34800

FONTE: ANFAVEA *apud* Paiva, Schattan e Freitas, *op. cit.,* pág. 77.
1. Leve – até 35 HP na barra.
2. Médio – 36 a 45 HP na barra
3. Pesado – 46 HP na barra
4. Estimado.

Indicações mais impressionantes ainda da penetração maciça do capital na agricultura do Centro-Sul são-nos dadas por aspectos mais refinados da transformação tecnológica desse setor, quais sejam o uso cada vez mais extenso de defensivos agrícolas (inseticidas, fungicidas e herbicidas). Estimam Paiva, Schattan e Freitas[68] que 90% dos inseticidas e 80% dos fungicidas e herbicidas consumidos no país o são pelos Estados de São Paulo, Paraná, Goiás (Sul), Minas Gerais e Rio de Janeiro. As estatísticas do quadro 19 referem-se a estas áreas. Em apenas dois anos os incrementos do consumo desses produtos foi notável: 15% o dos inseticidas, 140% o dos fungicidas e 100% o dos herbicidas.

[68] *Op. cit*., p. 78.

Quadro 19
Defensivos: importação e produção nacional, Centro-Sul, 1970-1972
(toneladas)

Defensivos	*1970*	*1971*	*1972*
Inseticidas			
Importação	17200	19700	20000
Produção nacional	13100	13130	14850
Total	30300	32830	34850
Fungicidas			
Importação	6000	8600	16000
Produção nacional	2380	2940	4250
Total	8380	11540	20250
Herbicidas			
Importação	3500	5000	7000

FONTE: Sindicato de matérias-primas para fertilizantes e inseticidas do Estado de São Paulo *apud* Paiva, Schattan e Freitas, *op. cit.,* pág. 78.

Em São Paulo, esta capitalização está se dando concomitantemente com profunda transformação na força de trabalho agrícola, pela qual o colonato é substituído pelo proletário rural puro, processo já mencionado acima[69].

Dados sobre o mesmo são poucos, mormente porque o volume do Censo Agrícola de 1970 para São Paulo ainda não foi publicado. As estatísticas disponíveis para documentar a mudança do sistema antigo de colonato para o de volantes e empreiteiros são os levantamentos realizados pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, do número de trabalhadores rurais, em 1955 e 1960, e, em 1969, do número de famílias e do número total de pessoas (pelos quais podem ser estimados os trabalhadores). Os resultados constam do quadro 20.

Quadro 20
Força de trabalho rural, Estado de São Paulo, 1955-1969 (em milhares)

Especificação	*1955*	*1960*	*1969*
Proprietários	362	378	454
Arrendatários	216	230	83
Parceiros	226	288	254
Colonos	288	229	32

FONTE: Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola *apud* Paiva, Schattan e Freitas, *op. cit.,* pág. 219.

[69] Ver segundo capítulo.

A estrutura dessa força de trabalho mudou bastante no período, principalmente nos anos 60. Em 1955, os colonos constituíam 26% do total; em 1960, 20%; para cair em 1969 para cerca de 4%. (Em relação ao número de proprietários, os colonos caíram de 0,8 em 1955, para 0,6 em 1960 e 0,07% em 1969!) Também os arrendatários e parceiros tiveram a sua participação no total diminuída (principalmente devido à diminuição dos primeiros). Com a diminuição dos trabalhadores permanentes, cresce a utilização, com o sistema de empreitada, da mão de obra volante recrutada nos bairros rurais e periferias urbanas que se formaram com a expulsão dos antigos colonos. Também este processo acha-se documentado pelos levantamentos do Instituto de Economia Agrícola do Estado, que nos dão os seguintes números (em milhares): 1964: 226; 1965: 265; 1966: 260 (em março); 1967: 200; 1968: 200; 1969: 310 e 1970: 300 mil[70]. O aumento dessa mão de obra rural é especialmente notável nos anos posteriores a 1968. Embora a motivação imediata para a substituição dos empregados permanentes pelos diaristas (<<volantes), como se observa reiteradamente nas entrevistas, seja a evasão dos direitos trabalhistas, deve-se assinalar que a mudança possibilita, independentemente daquele fator, a economia e a racionalização pelo empreendimento agropecuário do uso da força de trabalho, bem como da terra. Nesse sentido, é coerente com a plena realização da lógica capitalista. A proletarização mais radical da força de trabalho e o aumento do capital constante são processos concomitantes e ambos inauguram a plena vigência do capitalismo agrário na região de São Paulo[71].

---

[70] Paiva, Schattan e Freitas, *op. cit.,* p. 220. Com a exceção assinalada, todos os outros dados reterem-se a levantamentos realizados em janeiro.

[71] Na região do café, anteriormente, a criação da Caderneta Agrícola (1907) instituocionalizara para os fazendeiros do café, na fase quando o escravismo não estava muito para trás. a obtenção de sua mão de obra, conservando na sua retribuição, porém, elementos não monetários. Mais que isso, o contrato significava a incorporação pelo empreendimento cafeeiro, pela cessão do uso da terra, de parte do custo de reprodução da força de trabalho, além de divisão social do trabalho não completamente desenvolvi da. Escreve Carone: "A Caderneta é um Contrato: o trabalhador obriga-se a morar um ano agrícola na propriedade onde trabalha, e dar um certo número de dias de serviço para a conserva de estrada; estipula quanto ganha pelo trato de mil pés de café e pela colheita, quanto ganha por dia de serviço e quais são as suas regalias". Como parte destas regalias estava o direito a plantar culturas intercalares para sua subsistência (E. Carone. *A República Velha.* São Paulo, Difel, 1970, p. 245). O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) introduziu para o trabalhador rural vários direitos antes restritos aos trabalhadores

Para finalizar esta análise da agricultura em São Paulo, falta-nos utilizar os dados censitários, a fim de dimensionar alguns aspectos desta estrutura agrária, cuja natureza já caracterizamos. O quadro 21 apresenta-nos a distribuição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por classes de área, em 1960. Como se vê, a grande maioria dos estabelecimentos rurais pequenos (até 10 ha) são de produtores autônomos (arrendatários e proprietários), que, com o trabalho de seus familiares, tocam os seus sítios para, como vimos, produzir mercadorias agrícolas. Entre as unidades rurais maiores (de mais de 1.000 ha) passa-se o inverso: 88% das mesmas na data do Censo possuíam empregados (permanentes e/ou temporários), o que não significa que as restantes (cerca de 300) não tivessem mão de obra temporária noutros momentos do ano.

---

urbanos (salário-mínimo, jornada de oito horas, aviso prévio e outros, assim como a sindicalização). Mais recentemente (1970), a equalização ao trabalhador urbano tornou-se total, aplicando-se a todos a Consolidação das Leis do Trabalho. A situação legal como realidade social efetiva diferencia-se nas várias partes do país. No Centro-Sul, mormente em São Paulo (como também na zona canavieira do Nordeste), a legislação passou a valer de fato, no correr dos anos 60. A rápida substituição do colono pelo volante e a constituição de "exércitos rurais de reserva" em bairros rurais e na periferia das cidades são fenômenos aos quais se relaciona a transformação legal. Na consciência do empreendedor agrário a passagem para o sistema dos "empreiteiros" de mão de obra (que podem mais facilmente burlar a lei) surge como um expediente para evitar os encargos trabalhistas. De fato, como apontamos no texto, representa antes de tudo importante passo para a realização da lógica capitalista, pela expulsão total do interior do empreendimento de qualquer elemento de custo de reprodução da força de trabalho. Aliás, a tendência a mais longo prazo será para a empresa assumir os encargos trabalhistas de sua mão de obra. Assim, algumas das fazendas mais modernas de partes do Estado de São Paulo principiam a registrar como empregados os volantes de que se utilizam (entrevistas na região de Assis). Devemos fazer alguns comentários sobre a evolução dos salários rurais no Estado de São Paulo. Estudo recente mostra como subiu nos anos 60 a relação porcentual entre o salário do diarista-residente e o salário-mínimo da capital: de 73,3% em 1952/54, obtêm-se as sucessivas médias trienais: 55,7% (1955/57); 58,0% (1958/60); 52,3% (1961/63); 83,0% (1964/66) e 82,7% (1967/69). Em termos de nível de vida do trabalhador, de fato não houve, provavelmente, melhoria (como apontam os autores), pois ao mesmo tempo que o Estatuto do Trabalhador Rural equiparava-o ao urbano para efeito do recebimento de salário-mínimo, permitia ao proprietário o desconto do aluguel da casa, alimento, lenha etc. (Ademais, nos dois últimos triênios assinalados, o salário real urbano sofreu clara queda). Entretanto, o sentido mais claro de transformação da unidade produtiva agrária em puramente capitalista não deve ser perdido de vista, mormente quando vemos aquela mudança como parte de todas as outras em curso (diminuição do pessoal residente, urbanização, capitalização das atividades agrárias etc.). (Ver Paiva, Schattan e Freitas, *op. cit.,* p. 91 a 93).

Quadro 21

Distribuição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, na data do censo, por classes de área, Estado de São Paulo, 1960

Categorias de Pessoal Ocupado	*Total*	*De 1000 ha. e mais*	*100 a 1000 ha.*	*10 a 100 ha.*	*Até 10 ha.*
*Empregadores agrários **	5,0	1,1	4,5	7,0	4,3
Pessoal Ocupado nos estabelecimentos	51,4	95,6	82,6	40,3	12,9
Emp. Permanentes	24,3	51,8	43,7	15,3	3,8
Emp. Temporários	16,9	34,0	23,2	14,0	6,4
Parceiros	8,1	7,2	13,2	8,9	1,3
Outra condição	2,1	2,6	2,5	2,1	1,4
*Produtores anônimos **	43,6	3,3	12,9	52,7	82,8
Proprietários.	7,2	0,1	1,1	7,3	17,0
Arrendatários	5,8	0,1	0,9	6,0	14,0
Ocupantes	0,4	0,0	0,1	0,4	1,0
Fam. Não remunerados	30,2	3,1	10,8	39,0	50,8
Total (milhares)	1727,3	194,6	458,9	673,2	400,6
Nº de estabelecimentos (milhares)	317,4	2,5	30,1	139,0	145,8
% de estabelecimentos sem empregados	73%	12%	32%	66%	88%

FONTE: Censo Agrícola de 1960.
* Estimativas. Ver nota de rodapé 42.

Entre as classes de áreas intermediárias (10 a 100 ha e 100 a 1.000 ha) apresentam-se proporções substanciais de produtores autônomos e de unidades agrárias com empregados. O corte parece situar-se, de fato, entre aqueles dois estratos (isto é, separados pelo tamanho de 100 ha): dois terços do primeiro são de produtores autônomos, enquanto pouco mais desta proporção, no estrato seguinte, é de estabelecimentos com empregados. As estatísticas cadastrais do INCRA, para 1972, nos permitem analisar um pouco mais a fundo a natureza dos imóveis rurais segundo o seu tamanho.

Antes, porém, observemos pelo quadro 22 as indicações quanto à evolução dos produtores autônomos e dos estabelecimentos com empregados. Duas merecem menção (mesmo considerando-se a precariedade das estimativas feitas):

– a tendência para aumento, em termos relativos, dos produtores autônomos no total do pessoal ocupado; e

– a tendência para diminuição do pessoal permanente dos estabelecimentos e aumento do temporário, já perceptível nos anos 50.

Quadro 22

Distribuição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, nas datas dos censos, Estado de São Paulo, 1950-1970.

Categorias de pessoal ocupado	*1950*	*1960*	*1970*
Empregadores agrários *	2,2	5,0	2,2
Pessoal ocupado nos estabelecimentos (Latifúndios ou empresas)	60,4	51,4	51,1
Empregados permanentes	34,0	24,3	-
Empregados temporários	11,1	16,9	-
Parceiros	15,3	8,1	-
Outra condição	-	2,1	-
Produtores autônomos	37,4	43,6	46,7
Proprietários autônomos	9,0	7,2	12,4
Arrendatários	2,9	5,8	3,0
Ocupantes	0,4	0,4	1,1
Familiares não remunerados	25,1	30,2	30,2
Totais (milhares)	1531,7	1727,3	1475,3

FONTE: Censos Agrícolas de e 1950 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1970.
* Estimativas. Em 1950

Enquanto essas tendências não representam qualquer indício de desconcentração da propriedade ou do capital agrário (pelo contrário, todos os dados já apresentados indicam a intensificação do processo de acumulação e de concentração do capital), significam, isso sim, a multiplicação das unidades de pequenos produtores familiares (mercantis, como vimos) e a transformação das unidades maiores no sentido da empresa capitalista. De 1950 a 1970, o número dos estabelecimentos de menos de 10 ha em São Paulo foi superior ao dobro, enquanto a sua área aumentava 80% (o seu tamanho médio diminuiu de 5,7 para 5,2 ha)[72]. As propriedades maiores que 100 ha (aquelas que, como vimos, em grande proporção têm empregados, são as que possuem mais de 100 ha), aumentaram no mesmo período 11% sem quase aumento de área; seu tamanho médio tem portanto diminuído (730 em 1950, 694 em 1960 e 661 ha em 1970). Este fato tem sido um reflexo mesmo do aumento da racionalidade capitalista tanto no uso da força de trabalho como da terra, isto é, no emprego do capital.

[72] Entre 1950 e 1970 o número de estabelecimentos aumentou de 48% (de 222 mil para 327) e a área por eles ocupada apenas 8% (de 19 milhões para 20,6 milhões de ha).

Finalmente, os dados do quadro 23, referentes aos imóveis rurais cadastrados em 1972, permitem-nos caracterizar melhor os limites entre a unidade agrária familiar (a pequena produção de mercadorias), a pequena empresa agropecuária capitalista e a grande empresa capitalista (utilizando-nos de corte inevitavelmente arbitrário para esta última separação).

Quadro 23
Força de trabalho de imóveis com e sem assalariados permanentes, por classes de área, Estado de São Paulo, 1972

Força de trabalho	*Imóveis com 1000 ha. e mais*		*Imóveis de 100 a 1000 ha.*		*Imóveis de 10 a 100 ha.*		*Imóveis de até 10 ha.*	
	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes
a) números absolutos								
Assalariados permanentes	64052	-	117632	-	54289	-	9622	-
Assalariados temporários (número máximo)	80167	7474	214537	80606	101016	238268	7863	40239
Parceiros e arrendatários	4406	553	10900	12445	3730	32917	360	3853
Dependentes trabalhando	1863	455	11153	18640	13587	153950	3092	53524
Número de imóveis	2018	465	16387	16791	19302	133675	4380	75171
Área (mil ha.)	4637	1294	5073	3548	846	4361	23	359
b) Por imóvel								
Assalariados permanentes	32	-	7	-	3	-	2	-
Assalariados temporários (número máximo)	40	16	13	5	5	2	2	0,5
Parceiros e arrendatários	2	1	0,7	0,7	0,2	0,2	0,1	0,1
Dependentes trabalhando	0,9	1	0,7	1	0,7	1	0,7	0,7

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.

Assim, os 75 mil imóveis de até 10 ha que não têm assalariados permanentes (e, mesmo na época de pico, não chegam a empregar, em média, um assalariado temporário durante o ano), adicionados aos imóveis de 10 a 100 ha em número de 134 mil, que também não possuem assalariados permanentes (e, quanto aos temporários, empregam no máximo dois durante o ano), somam 209 mil pequenas unidades produtoras de mercadorias (78% do total de imóveis; com 23% do total de área). No outro extremo, para estimar as grandes unidades agropecuárias capitalistas, consideramos todas com 1.000 ha e mais (quando não possuem assalariados permanentes, chegam na época de maior trabalho agrícola a empregar, em média, 16 assalariados temporários) e a elas adicionamos as de 100 a 1.000 ha com assalariados permanentes (chegam a ter 20 assalariados, contando os permanentes e os temporários, nas épocas de maior trabalho): alcançam 7% do total dos imóveis e possuem 55% da área. Restam, como pequenas empresas agropecuárias, aquelas cujos assalariados, permanentes e temporários, não atingem (em média) 10: são 15% do total e possuem 22% da área. O quadro 24 sumaria esta informação.

A caracterização da estrutura agrária paulista que sobressai destes dados é, embora simplificada, *grosso modo* correta. No entanto, a transformação do latifúndio em empresa agropecuária capitalista no Estado não está terminada e, tampouco, todos os pequenos produtores são unidades completamente mercantis.

Quadro 24
Estrutura agrária de São Paulo, 1972

Unidades agrárias	*% dos imóveis*	*% da área*	*Nº assalariados * máximo*
Grandes empresas capitalistas	7	55	16 – 72
Pequenas empresas capitalistas	15	22	4 – 8
Pequenos produtores de mercadorias	78	23	0,5 – 2
Totais (milhares)	268,2	20141	-

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.
* Amplitudes de variação das médias de assalariados permanentes e temporários.

Na parte final do presente item procuraremos analisar, de modo sumário, duas pequenas regiões do Estado de São Paulo, a primeira, a de Apiaí, uma das mais isoladas e atrasadas do Estado, situada no Alto Ribeira

e, a segunda, a de Assis, onde o processo de penetração do capital no campo está entre os mais adiantados do país.

O Ato Ribeira, como o Litoral Sul de São Paulo, ficou à margem da expansão da cafeicultura. Até recentemente o acesso para a maior parte da região era extremamente difícil. Duas estradas asfaltadas atravessam-na, dirigindo-se aos Estados do Sul: a Raposo Tavares, passando por Apiaí, e a BR-116, atravessando parte do município de Barra do Turvo, mas, a partir da qual as estradas de terra que se dirigem para a sede deste município e para Iporanga são precárias. Em grande parte desses municípios existem terras devolutas e em extensa área de Barra do Turvo o Estado mantém uma reserva florestal. Em partes consideráveis da microrregião, principalmente em Iporanga e Barra do Turvo, a posse da terra é precária, havendo problemas de grilagem e dificuldades com a obtenção de títulos de posse. As propriedades, muitas vezes de grandes extensões, não estão economicamente ocupadas, e têm delimitação incerta. De modo geral, a comercialização da produção, exceto em Apiaí e em menor medida e mais recentemente em partes de Ribeira, é processo incipiente e de hoje. Muitas pequenas e grandes propriedades da região permanecem em boa medida fechadas para o mercado. Com as exceções das produções de tomate, em Apiaí, e de mamão, em Ribeira, a comercialização que é feita, é dos produtos de subsistência (feijão, milho, etc.), dos quais a área permanece um fornecedor marginal de São Paulo e das cidades sulinas. Formas não mercantis de obtenção de força de trabalho nas épocas de maior necessidade, tais como o *mutirão* e a *troca de dias,* embora tendam a desaparecer, ainda encontram-se em muitas partes da área, principalmente nas mais isoladas[73].

Os quadros 25 a 27 permitem-nos dimensionar alguns aspectos da estrutura agrária da área. Note-se inicialmente a elevada proporção (mais de 1/3) da produção em valor, que é no presente consumida nos próprios estabelecimentos agrícolas, qualquer que seja o seu tamanho – proporção bem maior que a correspondente a Assis, onde a capitalização agrícola avançou enormemente, e à Baixada do Ribeira, microrregião bastante atrasada como a de Apiaí, mas onde se desenvolveu bastante a cultura da banana e do chá.

[73] Esta caracterização geral, além de basear-se nos dados estatísticos, baseia-se em observações e entrevistas feitas na região, em julho de 1974, pelo autor e por Geraldo Müller.

Quadro 25
Proporção do valor total da produção que foi perdida, consumida ou estocada, por classe de área, três microrregiões do Estado de São Paulo, 1972

Microrregiões	*Todos os imóveis*	*Imóveis até 10 ha.*
Apiaí	35,0%	37,0%
Baixada do Ribeira	16,8%	15,8%
Alta Sorocabana de Assis	22,3%	16,3%
Estado	18,1%	12,1%

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.

Quadro 26
Distribuição percentual das categorias de pessoal ocupado no setor agropecuário *, nas datas dos censos, sub-áreas de microrregiões de Apiaí **, 1960-1970

Categorias de pessoal ocupado	*Município de Apiaí*		*Municípios: Barra do Turvo, Iporanga, Jacupiranga e Ribeira*		*Microrregião Apiaí*	
	1960	*1970*	*1960*	*1970*	*1960*	*1970*
*Latifundiários **	8,3	8,3	4,8	4,8	6,8	5,9
Pessoal ocupado nos latifúndios	64,2	58,5	31,4	32,3	49,9	40,7
Empregados permanentes	2,5	-	5,4	-	3,8	-
Empregados temporários	57,7	-	15,9	-	39,4	-
Parceiros	1,0	-	0,3	-	0,7	-
Outra condição	3,0	-	9,8	-	6,0	-
Pequenos produtores	27,5	33,2	63,8	62,9	43,3	53,4
Proprietários autônomos	5,1	9,9	15,1	14,2	9,4	12,8
Arrendatários	1,1	1,3	1,0	0,3	1,1	0,6
Ocupantes	0,5	1,2	2,8	3,5	1,5	2,8
Familiares não remunerados	20,8	20,8	44,9	44,9	31,3	37,2
Total (milhares)	11,8	4,9	9,1	10,4	20,9	15,3

FONTE: Censos Agrícolas de 1960 e 1970.
* Estimativas. Ver nota de rodapé nº 42. Além das pressuposições assinaladas naquela nota, fomos obrigados a supor, para 1970, porcentagem de latifundiários, em cada parte da microrregião, igual à sua proporção em 1960.
** Para tornar comparáveis os dados de 1960 e 1970, acrescentou-se à microrregião os dados do município de Jacupiranga, uma vez que entre as duas datas foi criado o município de Barra do Turvo, formado por distrito de Iporanga e mais partes desmembradas de Jacupiranga.

Um exame mais detido da microrregião de Apiaí revela, porém, diferenciação interna mesmo num período anterior, em 1960, diferenciação

que recentemente deve ter-se acentuado ainda mais. O município de Apiaí, melhor servido de transporte para São Paulo (estrada Raposo Tavares) e onde hoje se desenvolve a cultura do tomate para abastecer a metrópole paulistana, já em 1960 apresentava estrutura agrária bem distinta do resto da microrregião. Nesse município, naquela época, 55% dos estabelecimentos tinham empregados (permanentes ou temporários), enquanto nos outros esta proporção era de 20%. Conseqüentemente, quase 3/4 do pessoal ocupado na agricultura estava em tais estabelecimentos, enquanto nos outros municípios quase 2/3 era constituído de produtores autônomos e de seus familiares não remunerados (quadro 26). Por este mesmo quadro podem-se perceber movimentos distintos das duas partes da microrregião: na sua maior parte, nos municípios de Barra do Turvo, Iporanga, Jacupiranga e Ribeira, onde a comercialização da produção é precária, parece ter havido pouca mudança na estrutura agrária, basicamente constituída por produtores autônomos, englobando alta proporção do pessoal ocupado, juntamente com certa proporção de latifúndios tocados por pequeno número de empregados e moradores[74]. Na parte onde principia, de modo mais significativo, a comercialização das atividades agrícolas, no município de Apiaí, a diminuição da proporção de pessoal ocupado nos latifúndios e o aumento correspondente dos produtores autônomos talvez sejam indicativos de início de mudança dos grandes estabelecimentos rurais (de latifúndio para empresa). Aí, na realidade, o pessoal ocupado diminuiu de 1960 para 1970, de quase 12 mil pessoas para 5 mil; o decréscimo, porém, do pessoal ocupado nos latifúndios foi muito mais pronunciado do que o dos produtores autônomos (-62% para a primeira categoria e -24% para a segunda), a indicar talvez certa expulsão de empregados permanentes

[74] Os latifúndios destes municípios ocupavam em média, na época do censo de’ 1960, 4,4 empregados permanentes e temporários e 2 moradores e agregados (“outra condição”); para os do município de Apiaí, os dados correspondentes eram 7,2 empregados e menos de 0,5 moradores ou agregados, Havia alguma diferenciação quanto à capitalização dos trabalhos agrários nestas duas partes da microrregião: 2/3 dos estabelecimentos rurais de Apiaí utilizavam apenas a força humana nos seus trabalhos agrários (e como estamos tratando agora, note-se bem, de *todos* os estabelecimentos, certamente no restante terço que utilizava força animal ou mecânica eram preponderantes aqueles que tinham empregados, latifúndios pelo nosso critério); para os outros municípios, quase a totalidade dos estabelecimentos (98%) empregava apenas força humana nas suas atividades agrícolas.

e agregados, na procura de economia de força de trabalho[75]. (Repare-se que, para os outros municípios, o pessoal ocupado ao invés de diminuir aumentou na década de mais de mil trabalhadores).

Os dados do Cadastro do INCRA de 1972 (quadro 27) adicionam mais alguns elementos sobre o caráter da estrutura agrária da microrregião, em larga medida constituída por produtores autônomos com baixa mercantilização de sua produção (hesita-se em falar, para uma área de São Paulo, em campesinato, mas é disto que parece se tratar): quase 95% dos imóveis rurais da microrregião estariam nesta categoria, isto é, tanto os 410 imóveis até 10 ha, como aqueles maiores (de 10 a 500 ha), em número de 2.282, que não empregam assalariados permanentes; tanto uns como outros empregam muito poucos assalariados temporários, menos de um por imóvel, em média, nas épocas de maior trabalho. Apenas 60 imóveis (21 com mais de 500 ha e 39 com menos), que possuem assalariados permanentes, isto é, 2% do total, utilizam também trabalhadores temporários em quantidades apreciáveis para justificar a sua colocação entre latifúndios ou empresas capitalistas, grandes ou pequenas, quanto aos 68 imóveis de mais de 500 ha que não têm assalariados permanentes e empregam apenas dois temporários, em média, nas épocas de maior trabalho, possivelmente trata-se daquelas situações em que, nas condições de títulos precários prevalecentes na área, está se procurando assegurar a posse da terra, sem haver ainda exploração efetiva[76].

[75] A diferença de datas de referência em que foram realizados os dois censos, em setembro o de 1960 e em dezembro o de 1970, dificulta a interpretação. Note-se que a diminuição do pessoal ocupado deve ter se dado principalmente na parte referente aos empregados temporários, pois de inicio os permanentes, parceiros e agregados (“outra condição”) eram poucos.

[76] Não dispomos, infelizmente, dos dados do Cadastro por município, que nos permitissem verificar diferenças da estrutura agrária em 1972, no município de Apiaí, decorrentes de sua transformação hoje em parte integrante do cinturão hortigranjeiro de São Paulo.

Quadro 27
Força de trabalho de imóveis com e sem assalariados permanentes, por classes de áreas, microrregião de Apiaí, São Paulo, 1972

Força de trabalho	*Imóveis com 500 ha. e mais*		*Imóveis de 10 a 500 ha.*		*Imóveis de até 10 ha.*	
	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes
a) números absolutos						
Assalariados permanentes	83	-	310	-	-	-
Assalariados temporários (número máximo)	229	149	143	1912	-	69
Parceiros e arrendatários	242	6	9	52	-	1
Dependentes trabalhando	11	22	38	2683	-	399
Número de imóveis	21	68	39	2282	0	410
Área (mil ha.)	48	126	8	149	-	2
b) Por imóvel						
Assalariados permanentes	4	-	8	-	-	-
Assalariados temporários (número máximo)	11	2	4	0,8	-	0,2
Parceiros e arrendatários	12	0,1	0,2	0,0	-	0,0
Dependentes trabalhando	0,5	0,3	0,9	1	-	1
Tamanho aproximado médio do imóvel (ha.)	2300	1900	200	65	-	5

FONTE: Cadastro do INCRA de 1972.

Caracterizemos agora, de maneira grosseira e em rápido esboço, área totalmente distinta do Estado de São Paulo, a de Assis, na qual o capital penetra decisivamente a atividade agrária, e *pari passu* se transforma a natureza do grande estabelecimento rural em empresa capitalista, pela expulsão dos colonos e a sua metamorfose num puro proletariado rural[77].

[77] Esta análise baseia-se tanto em dados secundários como em breve visita à região feita pelo autor junto com Geraldo Müller, em julho de 1974. Veja-se o trabalho de G. Müller. "Relações de Produção em Duas Áreas Agrícolas do Brasil", apresentado no Seminário sobre Inter-relações entre a Dinâmica Demográfica e a Estrutura e o Desenvolvimento Agrícola, realizado em Cuernavaca, México, 25 a 30 de novembro de 1974 (mimeo).

Quadro 28
Variação da área de lavouras permanentes e temporárias, municípios da microrregião de Assis *, 1960-1970

Municípios	*Lavouras Permanentes (ha.)*		*Lavouras Temporárias (ha.)*		*Variação de área, 1960-70 (%)*	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Quatá	4835	2236	9299	8457	– 54	– 9
Lutécia	3818	1478	4271	3453	– 61	– 19
Oscar Bressane	1860	828	6751	3339	– 55	– 51
Echaporã	2979	1835	5085	4033	– 38	– 21
Platina	1124	360	1890	3359	– 68	+ 78
Campos Novos Paulista	1014	340	2547	3952	– 66	+ 55
Boiá, Paraguaçu Paulista, Maracaí e Cruzália	10306	2090	35306	39755	– 80	+ 13
Florínea e Assis	6182	1870	16312	24302	– 70	+ 48
Cândido Mota	10533	7428	12381	17440	– 29	+ 41
Palmital e Ibirarema	13166	8351	17745	21952	– 37	+ 24
Total	55817	26817	108587	130042	– 52	+ 20

FONTE: Censo Agrícola de 1960 e 1970.
* Alguns municípios foram agrupados para obter-se áreas comparáveis nas duas datas.

Juntemos alguns dados que nos permitam descrever o processo de mudança e a estrutura agrária resultante. Primeiro anotemos o fato de que na área, em 1960, nos grandes estabelecimentos rurais, aqueles que possuíam pessoal residente (empregados e moradores), esses trabalhadores, quase como no resto do Estado de São Paulo, possuíam produção agrícola própria, em terras cedidas pelo proprietário, em nível elevado, bem como animais: comparem-se os seguintes índices per capita para a área de Assis, com os dos vários Estados constantes do quadro 15: 285 quilos de mantimentos, 0,2 cachos de banana, 4,7 aves, 0,6 pequenos animais e 0,3 animais de grande porte. Em 1972, a produção para consumo interno nas unidades agrícolas atingiu, em valor, 22% e 16% do total, respectivamente, para todos os imóveis e para aqueles de até 10 ha (quadro 25; cf. os dados para vários Estados, no quadro 16), níveis, comparativamente à de outras áreas do país, bastante baixos. No meio tempo, generalizou-se a expulsão do colono, na região, e a adoção do sistema de empreitada de mão de obra para os trabalhos agrícolas (o empreiteiro de força de trabalho, o gato, puxando bóias-frias das cidades ou bairros rurais, onde os ex-colonos se

aglomeram, para as fazendas). É geral a menção, nas entrevistas, dos anos de 1966/68 para assinalar a intensificação deste processo. Os dados estatísticos constantes dos quadros 28 e 29 configuram aspectos importantes da transformação em curso na região. No primeiro, pode-se perceber o declínio entre 1960 e 1970 das lavouras permanentes em todos os municípios da microrregião de Assis e, em parte deles, o aumento das temporárias. Trata-se, antes de tudo, da passagem do café para outras culturas. Assinale-se que o plantio da soja e do trigo, que se dá juntamente com grandes investimentos em maquinaria agrícola, realmente se intensificou nos anos posteriores a 1970. O declínio do café e a sua substituição pelo trigo, soja e cana são respostas de empresas, já pautadas completamente pela racionalidade capitalista, às condições do mercado, em busca de maiores lucros.

> Nesse processo, emerge de maneira mais nítida a necessidade do comportamento capitalisticamente racional, o que implica pensar nos custos de produção, quer dizer, um melhor aproveitamento' dos meios de produção. A expansão das forças produtivas, nesse contexto, implica em erradicar o peso das 'antigas' relações de produção, nucleadas no colonato[78].

No quadro 29 podemos ver, de maneira geral, na microrregião de Assis, o aumento da composição técnica a indicar a elevação da composição orgânica do capital nas empresas agrícolas: ao passo que aumenta o número de tratores, diminuindo conseqüentemente a área cultivada por trator (-56%), diminui também o pessoal ocupado (-23%).

[78] Müller, G. *op. cit.*, p. 30. Nesse trabalho o autor, utilizando-se de estatísticas de área cultivada e de valor dos vários tipos de produção, documenta bem claramente o processo de substituição de culturas na região de Assis.

Quadro 29

Variação de tratores, número de hectares cultivados por trator * e do pessoal ocupado, municípios da microrregião de Assis **, 1960-1970.

Municípios	*Lavouras Permanentes (ha.)*			*Lavouras Temporárias (ha.)*			*Variação de área, 1960-70 (%)*		
	1960	1970	Variação 1960/70 (%)	1960	1970	Variação 1960/70 (%)	1960	1970	Variação 1960/70 (%)
Quatá	54	68	+ 26	262	157	– 40	3441	2486	– 27
Lutécia	36	87	+ 142	225	57	– 75	2645	1547	– 42
Oscar Bressane	41	70	+ 71	210	60	– 71	2708	1433	– 47
Echaporã	13	48	+ 269	620	122	– 80	4012	2626	– 35
Platina	9	52	+ 477	335	72	– 79	1234	879	– 29
Campos Novos Paulista	12	46	+ 283	297	93	– 69	1134	1405	+ 24
Boiá, Paraguaçu Paulista, Maracaí e Cruzália	347	793	+ 128	131	53	– 60	13150	9146	– 30
Florínea e Assis	163	333	+ 104	138	79	– 43	8287	6089	– 27
Cândido Mota	82	175	+ 113	279	142	– 49	5548	6288	+ 13
Palmital e Ibirarema	91	206	+ 126	307	147	– 52	7307	6284	– 14
Total	848	1878	+ 121	194	84	– 56	49466	38183	– 23

FONTE: Censo Agrícola de 1960 e 1970.

* Soma da área de lavouras permanentes e temporárias dividida pelo número de tratores.

** Alguns municípios foram agrupados para obter-se áreas comparáveis nas duas datas.

De novo recorremos ao trabalho já citado para caracterizar o movimento estrutural. Após mencionar a relativamente recente aplicação da legislação do trabalho no campo e os conseqüentes conflitos trabalhistas, crescentes no fim dos anos 60, o trabalho comenta: Se o café e o algodão já exigiam adubos, pesticidas etc., os outros produtos (trigo e soja) não só elevam essa exigência como levam os implementos e máquinas ao campo. Pelas informações colhidas, a expulsão da mão de obra do interior das fazendas ocorreu (emprego de insumos industriais, aproveitamento de toda a área agricultural, necessidade sazonal de trabalho) quando se iniciou o emprego de máquinas; as oportunidades de mercado exigiam as máquinas; a legislação veio acelerar o seu emprego. O colono e sua família que dispunham de terras intercaladas às filas do cafezal, agora tendem a serem expulsos das fazendas, engrossando as fileiras do novo exército rural de

reserva, lotado em pequenas cidades, os bairros rurais, e na periferia dos núcleos urbanos maiores... E, noutro trecho,

> a legislação acelerou (e acelera) um processo em curso, tomando como premissa o resultado real (bóia-fria) da penetração do capital na produção agrícola e, ao tomá-lo como resultado, legaliza uma das premissas da acumulação na agricultura[79].

Para finalizar a análise dessa área, procuremos dimensionar algumas facetas da estrutura agrária (quadros 30 e 31). Em 1960, os estabelecimentos com empregados (permanentes ou temporários) eram 30% do total de dez mil estabelecimentos e incluíam mais da metade do pessoal ocupado (54%). Em 1970, as nossas estimativas indicam que os estabelecimentos com empregados representavam apenas 20% do total (11,5 mil) e incluíam apenas 44% do pessoal ocupado. A queda de pessoal empregado havia sido drástica (de 23,6 mil para 14,5 mil: – 38%)[80], e todas as indicações, como vimos, apontam no sentido de muito maior concentração de capital nessas empresas. (Dos 11,5 mil estabelecimentos assinalados pelo censo de 1970, 1.435 tinham tratores, num total de 1.878 unidades; com toda a probabilidade eram aqueles estabelecimentos que tinham empregados, que estimamos em 2,4 mil). Note-se ainda que na data do censo de 1960, havia nos estabelecimentos com empregados mais empregados permanentes que temporários; muito possivelmente essa situação se invertera em 1970, o que é indicado pela queda do pessoal empregado, mas não podemos realmente constatar o fato na base apenas da publicação dos resultados preliminares do Censo Agropecuário. Finalmente, pelo quadro 30, pode-se ver que os produtores autônomos, na região com o caráter cada vez mais nítido de pequenos produtores de mercadorias, não diminuem, pelo contrário, aumentam em termos relativos ao total.

[79] *Idem.* p. 40.
[80] O total do pessoal ocupado caiu apenas 23%.

Quadro 30
Distribuição percentual das categorias de pessoal agropecuário *, nas datas dos censos, microrregião de Assis **, 1960-1970

Categorias de pessoal ocupado	*1960*	*1970*
Empregadores	6,2	6,2
Pessoal ocupado nos latifúndios ou empresas	47,6	38,0
Empregados permanentes	25,6	-
Empregados temporários	16,0	-
Parceiros	4,5	-
Outra condição	1,5	-
Pequenos produtores	46,2	55,8
Proprietários autônomos	8,8	18,0
Arrendatários	5,3	4,2
Ocupantes	0,3	1,8
Familiares não remunerados	31,8	31,8
Total (milhares)	49,5	38,2

FONTE: Censos Agrícolas de 1960 e 1970.
* Estimativas. Ver nota do Quadro nº 26.
** Para 1960, conjunto de municípios equivalente à microrregião de Assis como definida em 1970.

O quadro 31 permite-nos aquilatar outros aspectos da estrutura. Baseando-nos nesses dados, e adotando critérios *grosso modo* semelhantes aos utilizados para o preparo do quadro 24, podemos sumariar a estrutura agrária da região de Assis, com os elementos do quadro 32. Por ele podemos verificar a semelhança, quanto à distribuição percentual do número de imóveis, com a estrutura agrária do Estado de São Paulo todo (quadro 24). As diferenças ocorrem no tamanho médio menor, em área e em número de assalariados, das grandes empresas capitalistas, indicativas, ao contrário do que se poderia pensar numa primeira impressão, das transformações internas por que passaram, no sentido da sua mais completa penetração pelo capital.

Quadro 31
Força de trabalho de imóveis com e sem assalariados permanentes por classes de área, microrregião de Assis, São Paulo, 1972

Força de trabalho	*Imóveis com 1000 ha. e mais*		*Imóveis de 100 a 1000 ha.*		*Imóveis de 10 a 100 ha.*		*Imóveis de até 10 ha.*	
	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes
a) números absolutos								
Assalariados permanentes	1181	-	1980	-	908	-	90	-
Assalariados temporários (número máximo)	2133	40	3942	1767	1494	8591	34	723
Parceiros e arrendatários	77	1	257	423	51	1007	2	40
Dependentes trabalhando	69	51	167	837	268	5245	35	758
Número de imóveis	72	10	431	640	357	4966	33	1120
Área (mil ha.)	137	22	144	125	17	169	0	7
b) por imóvel								
Assalariados permanentes	16	-	5	-	3	-	3	-
Assalariados temporários (número máximo)	30	4	9	3	4	2	1	0,6
Parceiros e arrendatários	1	0	0,6	0,7	0,1	0,2	0,1	0
Dependentes trabalhando	1	5	0,4	1,3	0,8	1	1	0,7
Tamanho médio dos imóveis (ha.) (aprox.)	1900	2200	300	200	50	53		6

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.

Quadro 32
Estrutura agrária da microrregião de Assis, 1972

Unidades agrárias	*% dos imóveis*	*% da área*	*Nº assalariados máximo **
Grandes empresas capitalistas	7	45	14 – 46
Pequenas empresas capitalistas	14	23	3 – 7
Pequenos produtores de mercadorias	79	28	0,6 – 2
Não classificadas **	< 0,1	4	4
Totais (milhares)	7,6	621	

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.
* Amplitudes de variação das médias de assalariados permanentes e temporários.
** 10 imóveis com tamanho médio de 2000 ha., sem assalariados permanentes e com 4, em média, assalariados temporários, na época de maiores trabalhos.

Antes de passarmos para a análise de outros Estados, faz-se mister apresentar alguns poucos dados para outra das áreas de São Paulo, que apresenta a sua especificidade: o cinturão hortigranjeiro dos arredores da metrópole. Vimos como, no Estado em geral, a pequena propriedade acha-se tecnificada e mergulhada nas relações mercantis (ver os quadros 14 e 16). Muito mais que em outras áreas isto ocorreu no chamado cinturão verde, onde ao lado do pequeno produtor de mercadorias, encontramos a pequena empresa bastante capitalizada[81]. Juntamos, no quadro 33, alguns dados estatísticos, do Cadastro do INCRA de 1965, para dois municípios dos arredores da capital paulistana, São Roque e Jundiaí, que ilustram a predominância aí da pequena produção de mercadorias e da pequena empresa. São Roque, pode-se dizer, tinha então 70% das suas unidades agrícolas, sob a forma de pequenos produtores familiares mercantis e cerca de 1/4 mais de pequenas empresas capitalistas; para Jundiaí estas proporções eram respectivamente 50 e 44%. Grande porcentagem da área de ambos os municípios era constituída por pequeno número de imóveis maiores (com mais de 100 ha): 36 imóveis em São Roque e 37 em Jundiaí (apenas 3 imóveis em cada município possuíam mais de 1.000 ha).

[81] Veja-se acima a argumentação referente à permanência, em certos ramos da agricultura, notadamente na horticultura, da pequena exploração e da pequena empresa, face à concorrência capitalista (introdução).

Quadro 33
Estrutura agrária de São Roque e Jundiaí, Estado de São Paulo, 1965

Classes de área (ha.)	*Estrutura fundiária*		*Proporção dos imóveis com assalariados permanentes*	*Mão de obra por imóvel com assalariados*		*Valor da maquinaria por imóvel Cr$*
	% do número de imóveis	*% da área*		*Assalariados permanentes*	*Assalariados temporários (nº máximo)*	
São Roque						
Até 10	70	9	12,9	1,1	2,2	75
10 – 100	28	30	29,9	2	3,9	381
100 – 1000	2	15	47,1	5,3	10,9	906
1000 e mais	0,1	47	50	5	5	13250
Total (mil ha.)	1,9	49,5	18,3	1,7	3,4	190
Jundiaí						
Até 10	50,5	6	17	1,5	2,2	581
10 – 100	44	35	33,7	4,3	5,4	1390
100 – 1000	5	39	64,7	6	11,4	1776
1000 e mais	0,5	20	100	43	58,3	5000
Total (mil ha.)	0,7	24,6	27	4,2	5,9	1016

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.

Goiás e Pernambuco

Na parte final deste trabalho procuraremos caracterizar a estrutura agrária de dois Estados, cujas várias partes sub-regionais são bastante heterogêneas, como aliás nos indicam os dados sobre a inserção na divisão social de trabalho de suas microrregiões (ver Anexo). Fazemo-lo de uma forma muito mais sucinta do que para o Piauí e São Paulo, pois a maneira uniforme pela qual viemos organizando os dados censitários e cadastrais possibilita-nos agora tal brevidade na sua apresentação[82].

[82] Observe-se que nos quadros 11 a 16 apresentaram-se, juntamente com os referentes para os outros Estados analisados, dados para Goiás e Pernambuco.

Iniciemos com o Estado de Goiás, procurando dividi-lo em partes mais homogêneas. O Mapa II, na página 41, indica-nos a preponderância de áreas mercantis no Sul do Estado e de áreas pouco mercantis no Norte. Na realidade, duas microrregiões da metade sul[83], as da parte mais a oeste (números 353 e 356), foram classificadas naquele mapa como áreas pouco mercantis, consorciadas, recentes, e uma logo ao norte da nossa linha divisória, a 350, como comercial pioneira. Um exame detido de indicadores mais recentes, baseados no Censo de 1970 (veja-se o quadro 34), convenceu-nos a continuar a análise das duas metades, como acima foram definidas, chamando-as Goiás superior e Goiás inferior[84].

[83] "Sul" e "Norte" do Estado estamos chamando as partes divididas pela linha correspondente aproximadamente à parte superior de Minas Gerais. Mais precisamente, a parte Sul inclui as microrregiões 353 a 360, como foram enumeradas pelo IBGE.

[84] Cf. J. R. B. Lopes. Desenvolvimento e Migrações. *Estudos CEBRAP/6,* 1973. No quadro 34, note-se, praticamente não há superposição dos índices para as duas partes do Estado. Estes são apenas os mais significativos entre muitos outros que foram examinados.

Quadro 34
Vários indicadores da estrutura agrária, microrregiões de Goiás, 1970

Microrregiões	*Porcentagem sobre o total de estabelecimentos*					*Valor da produção por estabelecimento (Cr$)*
	% de ocupantes	% com uso de força não humana	% com tratores	% com adubação	% sem pessoal contratado	
Goiás Superior	36,3	3,5	0,3	0,3	81	4050
345	43,9	0,7	0,1	0,1	88,5	3201
346	37,1	2,2	0,2	0,3	86,9	4693
347	71,1	6,5	0	0,1	83,7	2083
348	43,1	2,7	0,2	0,3	76	4212
349	41,2	3,1	0	0,5	78,9	3299
350	16	7,5	0,7	0,7	77,8	6796
351	23,9	1,1	0,5	0,6	78,6	3172
352	9	1,3	0,5	0,2	81,2	2550
Goiás Inferior	6,9	43,2	5	9	55,9	9362
353	8,5	11,2	1,5	0,8	66,2	7141
354	6,6	49,9	3,6	8,4	56	8354
355	8,3	13,9	1,4	4,9	69,6	4860
356	7,5	6,8	1,6	1,4	49,5	9064
357	9,5	55	9,7	11,5	48,1	15918
358	6,5	46,8	6,1	12,8	57	8187
359	5,5	44,1	2	16,3	55,3	6806
360	5,3	63,4	13,9	9,5	45,9	16375
Estado	18,4	27,7	3,2	5,6	65,7	7351

FONTE: Censo Agrícola de 1970 (dados definitivos).

O quadro 35 permite-nos apreciar a diferenciação das estruturas agrárias destas duas partes em 1970. Enquanto o Goiás inferior – área mercantil, girando na órbita da economia do Centro-Sul do país, com clara tendência para uma agricultura capitalista – prolongamento da de São Paulo – apresenta quase 20% dos estabelecimentos com empregados, com cerca de 45% do pessoal ocupado, o Goiás superior – formado como parte da expansão da economia camponês-latifundiária do Norte e do Nordeste[85] – possui apenas 11% dos estabelecimentos com empregados com menos de 16% do pessoal ocupado da área. (É também aparente neste quadro a importância da camada de posseiros, com seus familiares, nesta parte do Estado).

[85] Veja-se o estudo de Otávio Guilherme Velho. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* São Paulo, Zahar, 1972.

Quadro 35
Distribuição percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário *, na data do censo, Goiás Superior e Inferior, 1970

Categorias de pessoal ocupado	*Goiás Superior ** *	*Goiás Inferior ** *
Empregadores	2,9	5,3
Pessoal ocupado nas empresas e latifúndios	13	40,1
Empregados permanentes	5,7	9
Empregados temporários	5	16,4
Parceiros	1,7	13,5
Outra condição	0,6	1,2
Produtores autônomos	84,1	54,6
Proprietários	14	19,1
Arrendatários	0,5	1,2
Ocupantes	8,3	1,5
Familiares não remunerados	61,3	32,8
Total (milhares)	221,1	326,5

FONTE: Censo Agropecuário de Goiás, 1970.
* Estimativas. Ver nota de rodapé 42. Para Goiás dispomos do Censo de 1970 e a proporção de "empregadores" é a de estabelecimentos com empregadores permanentes.
** Goiás Superior: microrregiões 345 a 352; Goiás Inferior: microrregiões 353 a 360.

Os dados apresentados acima, no quadro 13, fornecem-nos uma indicação do momento em que, sobre a estrutura tradicional, diferencia-se, na parte sul do Estado, uma agricultura mais capitalista: deve ter sido nos anos 50. A partir deste momento, os índices de capitalização dos estabelecimentos do Estado – valor da maquinaria, despesas com fertilizantes e com salários, por hectare cultivado –, que antes não se diferenciavam muito dos valores para o Piauí, passam a subir apreciavelmente. Tal fato não deve ser estranho às melhores ligações com transportes que por aqueles anos estabeleceram-se entre o Sul de Goiás e o Centro-Sul, além, possivelmente, dos efeitos da criação de Brasília como mercado.

Os níveis de autoconsumo, nas propriedades do Estado, ainda são, em 1972, sobremaneira altos, tanto nas de menor como nas de maior tamanho (quadro 16), o que vem mostrar que o trânsito do latifúndio para a empresa capitalista, em boa parte do Estado, está longe de completar-se. Dados para 1970 (Censo Agrícola), porém, com os quais as duas partes do Estado podem ser novamente separadas, mostram que, embora a produção particular do pessoal residente, em terras cedidas pelo proprietário, seja muito menor no Goiás inferior que no superior, não baixou, de modo algum, nem ao nível de

São Paulo para 1960: 676 e 2.325 quilos de mantimentos *per capita,* respectivamente, para aquelas duas partes do Estado[86].

Os quadros seguintes nos possibilitam verificar mudanças na estrutura agrária do Estado, entre 1960 e 1970, e dimensioná-la em 1970 como fizemos para São Paulo. Notemos antes, que em 1970, mais do que em 1960[87], as propriedades menores de 100 ha são de produtores autônomos (camponeses no Norte, pequenos produtores mercantis no Sul), enquanto as de mais de 1.000 ha, em grande proporção, possuem empregados (quadro 36).

Quadro 36
Proporção de estabelecimentos com empregados, segundo o tamanho, Goiás, 1960-1970 *

Classe de área (ha.)	*1960 (%)*	*1970 (%)*
Até 10	14	4
10 100	21	8
100 – 1000	28	25
1000 e mais	56	60
Total	27	16

FONTE: Censos Agrícolas de 1960 e 1970.
* Em 1960: proporção com empregadores permanentes ou temporários; em 1970: proporção com empregados permanentes.

O quadro 37 mostra-nos algumas mudanças nas proporções do pessoal ocupado nestes dois estratos extremos de tamanho, certamente refletindo movimentos distintos das duas partes de Goiás, que, entretanto, não podemos detectar: aumentam tanto em termos absolutos como relativos, os produtores autônomos de estabelecimentos de até 100 ha (de cerca de 189 mil para 217 mil pessoas), ao passo que diminui o pessoal empregado em estabelecimentos de mais de 1.000 ha (em latifúndios ou empresas; predominantemente ainda do primeiro tipo), de 30,5 mil para 26.3. Em coerência com o caráter predominantemente latifundiário destes estabelecimentos, com a exceção talvez de algumas pequenas áreas no Sul do Estado, a proporção de empregados permanentes relativos aos temporários não diminuiu, mas aumentou (de 8 mil para 12,5 mil nestas duas categorias passou para 10 e 9,5 mil, respectivamente).

[86] Os produtos incluídos no indicador foram arroz, batata-doce, cana, fava, feijão, inhame. mandioca e milho, grosso *modo* os mesmos que serviram de base para os índices do quadro 15.
[87] Em parte devido a diferentes critérios; ver nota do quadro 36.

Quadro 37
Distribuição percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário *, nas datas dos censos, por classe de área, Goiás, 1960-1970

Categorias de pessoal ocupado	*1960*					*1970*				
	Até 10 ha.	*10 a 100 ha.*	*100 a 1000 ha.*	*1000 ha.*	*Total*	*Até 10 ha.*	*10 a 100 ha.*	*100 a 1000 ha.*	*1000 ha.*	*Total*
Empregadores	4,7	5,4	6,6	6,2	5,9	1,6	2,4	5,7	8,8	4,3
Pessoal ocupado nas empresas e latifúndios	14,3	21,8	39,6	63,7	32,1	10,5	19,4	36,1	63,4	29,2
Empregados permanentes	1,8	3,7	8,7	16,9	6,7	2,1	3,6	9,9	24,1	7,7
Empregados temporários	10,6	12,5	16,5	26,1	15,2	5,8	8,8	13,7	22,8	11,8
Parceiros	0,9	4,1	11,7	17,3	8,1	2	6,2	11,4	14,7	8,7
Outra condição	1	1,5	2,7	3,4	2,1	0,6	0,8	1,1	1,8	1
Produtores autônomos	81	72,8	53,8	30,1	62	87,9	78,2	58,2	27,8	66,5
Proprietários	21,2	14,9	12,2	3,6	11,9	27,6	20,6	12,6	4,4	16,5
Arrendatários	2,4	1,6	1,4	0,4	1,3	2	1,6	0,9	0,4	1,2
Ocupantes	5,6	4	3,2	0,9	3,2	7,5	5,6	3,4	1,2	4,5
Familiares não remunerados	51,8	52,3	37	25,8	45,6	50,8	50,4	41,3	21,8	44,3
Total (milhares)	47,4	206,4	197,6	47,8	499,2	42,1	229,7	233,9	41,9	547,6

FONTE: Censos Agrícolas de 1960 e 1970.
* Estimativas. Ver nota do Quadro 35.

De novo baseados nos dados do Cadastro de 1972 (quadro 38), podemos tentar dimensionar a estrutura agrária, chegando a resultados muito mais grosseiros que antes, devido à heterogeneidade da economia (pecuária ou agricultura) das duas partes do Estado. O máximo que podemos dizer é que cerca da metade dos imóveis, com aproximadamente 6% da área total (os imóveis das três últimas colunas do quadro 38), são de produtores independentes, em grande número camponeses, e que, no outro extremo, cerca de 3 mil imóveis, aqueles que contam com assalariados permanentes e mais de 1.000 ha, com pouco menos de 1/4 da área total, são latifúndios.

Quadro 38
Força de trabalho com e sem assalariados permanentes
por classes de Área, Goiás, 1972

Força de trabalho	*Imóveis com 1000 ha. e mais*		*Imóveis de 100 a 1000 ha.*		*Imóveis de 10 a 100 ha.*		*Imóveis até 10 ha.*	
	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes
a) números absolutos								
Assalariados permanentes	11891	-	19166	-	5552	-	325	-
Assalariados temporários (número máximo)	46932	21815	79623	192465	17201	181113	567	17121
Parceiros e arrendatários	1220	1253	2715	7433	327	4091	4	194
Dependentes trabalhando	2458	4480	7342	52388	2058	52894	115	5826
Número de imóveis	3029	4505	9353	43732	3091	54958	247	12283
Área (mil ha.)	10362	12944	3564	12867	176	2564	2	60
b) por imóvel								
Assalariados permanentes	4	-	2	-	2	-	1	-
Assalariados temporários (número máximo)	15	5	9	4	6	3	2	1
Parceiros e arrendatários	0,4	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0	0
Dependentes trabalhando	0,8	1	0,8	1	0,7	1	0,5	0,5
Tamanho médio dos imóveis (ha.) (aprox.)	3400	2900	400	300	60	50	8	5

FONTE: Cadastro do INCRA, 1972.

Mas, passemos à análise da estrutura agrária de Pernambuco, outro Estado cujas características de suas várias partes são bastante heterogêneas[88].

Primeiro temos a região da Mata úmida, uma faixa estreita de 20 a 30 quilômetros de largura, onde desenvolveram-se as grandes plantações açucareiras, empregando ainda no presente o trabalho do *morador condiceiro,* lado a lado com os c*orumbas* (trabalhadores sazonais do Agreste), embora cada vez mais tenda ele, o morador, a ser expulso, substituído pela força de trabalho temporária do trabalhador de rua[89]. Atrás da Zona da Mata, situa-se o Agreste, região intermediária entre aquela e a Caatinga, onde pequenas e médias propriedades são particularmente numerosas (lado a lado com os latifúndios), combinando a pequena produção de algodão com as culturas de subsistência, abrindo-se, mesmo estas, crescente mente para o mercado. Em terceiro lugar, o Sertão sem i-árido, zona de grandes propriedades onde a pecuária extensiva combina-se com a cultura do algodão mocó (arbóreo) e o cultivo de subsistência.

Quadro 39
Estrutura fundiária, sub-regiões de Pernambuco *, 1960, em porcentagem

Sub-regiões	*Até 10 ha.*		*10 a 100 ha.*		*100 a 1000 ha.*		*1000 ha. e mais*		*Total*			
									Estabelecimento		Área	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Nº **	%	Nº **	%
Mata	83,2	5,4	9,3	6,1	16,9	66	0,6	22,5	25,3	100	10009,5	100
Agreste	87,2	27,3	11,7	35,5	1,1	32,2	0,02	5	157	100	1333,6	100
Sertão	53	4,7	38,7	26,9	7,8	41,9	0,5	26,5	77,5	100	3581,4	100
Estado	76,7	9,9	19,4	25,3	3,7	43,8	0,2	21,0	259,7	100	5924,6	100

Fonte: Censo Agrícola de 1960.
* Ver nota de rodapé nº 91.
** Em milhares.

[88] Duas obras são bastante úteis para caracterizar a estrutura agrária das várias regiões de Pernambuco: a de Manoel Correa de Andrade, *Terra e Homem no Nordeste,* já citada, e a de C. Furtado, *Dialética do Desenvolvimento,* Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S.A., 1964, 2. parte, capítulo 3.
[89] Ver M. Palmeira e outros. Emprego Mudança Sócio-Econômica no Nordeste, manuscrito.

A nossa análise deve portanto iniciar-se pela divisão do Estado nessas três sub-regiões. Note-se, antes de mais nada, que o mapa, segundo os modos de inserção das microrregiões na divisão social do trabalho (mapa II, na página 41), *grosso modo* inclui a Zona da Mata e o Agreste entre as áreas comerciais antigas (inclusive a microrregião 106, parte do Sertão), enquanto quase todo o Sertão é classificado como área pouco mercantil, consorciada antiga.

Nos primeiros quatro quadros que se seguem, o primeiro para 1960 e os outros para mudanças no decênio 1960-70, dividimos as nossas estatísticas segundo aquelas três sub-regiões: a Mata, o Agreste e o Sertão[90]. Primeiro temos a estrutura fundiária em 1960 (quadro 39), revelando que:

– na Mata, prevalece o latifúndio (as propriedades de mais de 1.000 ha, cerca de 0,5% do total, ocupando mais de 1/5 da área), mas também pequena parte da área (5%) é ocupada por inúmeros minifúndios (83% do total dos estabelecimentos com menos de 10 ha.; tamanho médio: 2,6 ha);

– no Agreste, por seu lado, predomina o minifúndio e a pequena propriedade: 99% dos estabelecimentos têm menos de 100 ha.; mais de 1/4 da área é ocupada por propriedades de menos de 10 ha (tamanho médio: 2,7 ha) e mais 1/3 por aquelas de 10 a 100 ha (tamanho médio: 26 ha); e, finalmente, que

– no Sertão, a estrutura fundiária aproxima-se mais da Mata, com a sua concentração em latifúndios (as propriedades com mais de 1.000 ha, 0,5% do total ocupam mais de 1/4 da área), embora sem a prevalência, no mesmo grau, do minifúndio (pouco mais da metade dos estabelecimentos têm menos de 10 ha.; o tamanho médio é pouco maior: 4 ha).

A estrutura do pessoal ocupado, para estas sub-regiões, apresentada no quadro 40, adiciona novos elementos para a apreciação da diferenciação

[90] Trata-se obviamente de agrupamentos, em 1960, de zonas fisiográficas e, em 1970, de microrregiões. O agrupamento é o seguinte:

Zonas fisiográficas	*1960*	*1970 (microrregiões)*
Mata	Zona do Litoral e Mata	110-111-112
Agreste	Zona do Agreste	107-108-109
Sertão	Demais zonas fisiográficas	101 até 106

A correspondência de área, entre 1960 e 1970, é apenas aproximada. As diferenças, na realidade pequenas, não alteram porém as conclusões.

de suas estruturas agrárias. Para 1960, o mesmo ano para o qual analisamos a estrutura fundiária, percebem-se bem as diferenças entre a estrutura agrária, concentrada no latifúndio, da Mata e a do Sertão[91]: enquanto na primeira sub-região os latifúndios englobam quase 3/4 do total do pessoal ocupado, na segunda, o Sertão, esta proporção pouco passa de 2/5, refletindo esta diferença não tanto a proporção dos estabelecimentos que têm empregados (31 e 27%, respectivamente), mas antes de tudo a exigência de mão de obra distinta por parte de atividades diferentes, quais sejam a monocultura da cana e a pecuária extensiva. No Agreste, por sua vez, mais de 2/3 do pessoal é constituído de produtores autônomos e de força de trabalho familiar.

Quadro 40
Distribuição percentual do pessoal ocupado do setor agropecuário *, nas datas dos censos, sub-regiões de Pernambuco **, 1960-1970

Categorias de pessoal ocupado	Estado		Mata		Agreste		Sertão	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Empregadores	4,6	4,6	2,9	2,9	4,8	4,8	5,3	5,3
Pessoal ocupado nas empresas e latifúndios	37,5	28,7	69,1	62,9	24,6	17,5	36	26,7
Empregados permanentes	7,8	-	25,6	-	3,3	-	2,7	-
Empregados temporários	26,5	-	37,7	-	19,5	-	29,5	-
Parceiros	1	-	0,3	-	0,3	-	2,5	-
Outra condição	2,2	-	5,5	-	1,5	-	1,3	-
Produtores autônomos	57,9	66,7	28	34,2	70,6	77,7	58,7	68
Proprietários	11,2	15,4	3,1	6,3	15,2	17	10,6	18,1
Arrendatários	4,5	4,3	3,4	4,3	6	6,2	3	1,4
Ocupantes	0,3	4,3	032	2,3	0,3	5,4	0,4	3,8
Familiares não remunerados	41,9	42,7	21,3	21,3	49,1	49,1	44,7	44,7
Total (milhares)	1263,1	1157,0	263,9	211	597,9	579,2	401,3	368,8

FONTE: Censo Agrícola de 1960 e 1970.
* Estimativas. Ver nota de rodapé 42.
** Esta divisão em sub-regiões seguiu a divisão em zonas fisiográficas e microrregiões, como aparecem nos Censos (agrupadas). Ver nota de rodapé 91.

[91] Um único município, Vitória de Santo Antão, situado no limite entre a Mata e o Agreste, altera sensivelmente os resultados da Mata. Retirando-o da primeira sub-região e colocando-o na segunda, as proporções das três partes da estrutura do pessoal ocupado (empregadores, pessoal ocupado nos latifúndios e produtores autônomos) ficariam as seguintes: Mata: 3%, 79% e 18%; e Agreste: 5%. 24% e 71%. Acentuar-se-ia portanto a concentração do pessoal ocupado dentro dos latifúndios na Zona da Mata (dados de 1960).

A evolução das proporções nos três principais segmentos do pessoal ocupado, entre 1960 e 1970, segue, nas três sub-regiões, o mesmo sentido: diminuição relativa da proporção empregada nos latifúndios e aumento da dos camponeses; note-se também que o total de pessoal ocupado cai, em termos absolutos, em toda a área (quadro 40). Os ritmos pelos quais se dão estes decréscimos, nas várias partes, são diferentes e convém examiná-los. Fazemo-lo, computando as variações dos contingentes de pessoal ocupado de vários tipos nas várias sub-regiões, apresentadas no quadro 41.

Quadro 41
Variações das categorias de pessoal ocupado, sub-regiões de Pernambuco *, 1960-1970

*Categorias de pessoal ocupado ** *	*Variações entre 1960/70 (%)*			
	Estado	*Mata*	*Agreste*	*Sertão*
Pessoal ocupado nos latifúndios	– 30	– 27	– 31	– 32
Produtores Autônomos	+ 5	– 2	+ 7	+ 6
Proprietários	+ 26	+ 63	+ 9	+ 55
Arrendatários	– 12	+ 2	0	– 58
Ocupantes	+ 1169	+ 1010	+ 1579	+ 747
Total	– 8	– 20	– 3	– 9

FONTE: Dados do Quadro 40.
* Sobre a não completa comparabilidade da divisão sub-regional em 1960 e em 1970 ver nota 91.
** Não colocamos as variações para os empregadores e familiares não remunerados, pois as pressuposições que fizemos para as suas estimativas em 1970 significam que caem na mesma proporção do total de pessoal ocupado.

Os fatos que sobressaem deste quadro são, em suma, os seguintes:

– a queda pronunciada do pessoal ocupado na Zona da Mata; e

– as quedas, mais ou menos da mesma magnitude (1/4 a 1/3), em todas as três sub-regiões, do pessoal empregado nos latifúndios, quedas que contrastam com decréscimo bem menor dos produtores autônomos (Mata) ou mesmo pequenos aumentos (Agreste e Sertão).

Na Zona da Mata, tais tendências estão a prenunciar a transformação do latifúndio açucareiro em empresa agropecuária capitalista, movimento reconhecidamente lento e ambíguo[92]. A natureza clara de latifúndio da grande propriedade na Zona da Mata – a parte do Estado onde as relações de produção mais progrediram e a que mais se mecanizou[93] – é mostrada pelos dados do quadro 42, onde sobressaem os níveis altos, em termos relativos, dos índices da Zona da Mata, não em termos das outras sub-regiões (em relação às quais as diferenças de condições mesológicas tornam os índices incomparáveis), mas principalmente em relação aos valores dos índices para outros Estados de grande lavoura, como o Rio Grande do Sul e São Paulo (ver quadro 15). Infelizmente não podemos acompanhar o processo de expulsão de moradores, mesmo através da diminuição da sua produção particular em terras cedidas, durante o decênio, que tal processo está ocorrendo, com todos os seus percalços, transparece nas taxas de decréscimo do pessoal empregado nos latifúndios.

Quadro 42
Produção agrícola e animais pertencentes ao pessoal residente (empregados, moradores, etc.) nos estabelecimentos, por pessoa ocupada residente, sub-regiões de Pernambuco, 1960

Sub-regiões	*Índices per capita (Pessoal ocupado residente)*				
	Mantimentos * (quilos)	Bananas (cachos)	Aves ** Nº	Pequenos animais *** Nº	Animais de grande porte **** Nº
Mata	499	4,5	1,9	0,3	0,1
Agreste	111	0,2	1,2	0,1	0
Sertão	161	0	1,4	0,7	0,1
Estado	279	1,8	1,5	0,4	0,1

FONTE: Censo Agrícola de 1960.
* Aipim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, fava, feijão, inhame, mandioca, milho.
** Galinhas e "outras".
*** Suínos, ovinos e caprinos.
**** Bovinos, equinos, asininos, muares.

Para finalizar, dimensionemos a estrutura agrária do Estado, com base nos quadros 43 e 44. O primeiro fornece-nos a distribuição do pessoal ocupado segundo classes de área. Facilitará o relacionamento com as três sub-regiões, se notarmos que 2/3 dos estabelecimentos com mais de 100 ha

---

[92] Um fator no retardamento do processo talvez seja o que apontamos acima: a formação do exército rural de reserva e do proletariado rural, na Mata, é entravada pela existência de amplo campesinato no Agreste e o recurso a ele pelas propriedades açucareiras para a obtenção de mão de obra sazonal (*corumbas*).

[93] Em 1970, apresentava 714 hectares cultivados por trator, comparados com um valor deste indicador para todo o Estado de Pernambuco de 1.683 ha./trator. (Veja também os valores deste índice para vários Estados, para estabelecimentos de diferentes estratos de área, no quadro 14).

estão no Sertão e outro 1/5, na Mata; por outro lado, 70% dos com menos de 10 ha estão no Agreste. Vislumbra-se assim a concentração do campesinato no Agreste: apenas 15% dos estabelecimentos de até 10 ha têm empregados (permanentes ou temporários), os demais incluem 80% do pessoal total, nessa classe de área. No outro extremo, entre os estabelecimentos de mais de 1.000 ha, 2/3 têm empregados e incluem 95% do pessoal ocupado. Com toda a probabilidade, como vimos, os estabelecimentos maiores da Mata, em maior proporção que os do Sertão, possuem empregados e incluem maior porcentagem do pessoal ocupado.

Quadro 43
Distribuição percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário, na data do censo, por classes de área, Pernambuco, 1960

Categoria de pessoal ocupado	*Estado (total)*	*1000 ha. e mais*	*100 a 1000 ha.*	*10 a 100 ha.*	*Até 10 ha.*
Empregadores	4,6	1,4	2,8	6,5	4,3
Pessoal ocupado nos latifúndios e empresas	37,5	93,6	85,4	45,2	16,6
Empregados permanentes	7,8	36	26,4	5,3	1,9
Empregados temporários	26,5	49,2	51,5	36,3	13,1
Parceiros	1	1,8	2	1,5	0,5
Outra condição	2,2	6,6	5,5	2,1	1,1
Produtores autônomos	57,9	5	11,8	48,3	79,1
Proprietários	11,2	0,5	1	6,4	17,1
Arrendatários	4,5	0,2	0,4	2,6	6,8
Ocupantes	0,3	0	0	0,1	0,6
Familiares não remunerados	41,9	4,3	10,4	39,2	692,5
Totais (milhares)	1263,1	26,4	220,8	323,4	692,5

FONTE: Censo Agrícola de 1960.
* Estimativas. Ver nota de rodapé 42.

Os dados do quadro 44 fornecem-nos, bem como para os outros Estados, elementos para sumariar os grandes traços da estrutura agrária, indicados no quadro 45. Além da concentração da terra e capital (indicado apenas pelo seu componente força de trabalho), transparece também deste quadro o extenso campesinato[94].

[94] Quando chamamos de tipo "kulak" o estrato médio, com relativamente pequenos estabelecimentos (portanto não devendo tratar-se de estabelecimentos de pecuária extensiva), empregando já alguma força de trabalho, temos simplesmente o intuito de levantar problemas.

Quadro 44
Força de trabalho com e sem assalariados permanentes por classes de área, Pernambuco, 1972

Força de trabalho	*Imóveis com 1000 ha. e mais*		*Imóveis de 100 a 1000 ha.*		*Imóveis de 10 a 100 ha.*		*Imóveis até 10 ha.*	
	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes	Com Assalariados Permanentes	Sem Assalariados Permanentes
a) números absolutos								
Assalariados permanentes	39213	-	23518	-	7048	-	1425	-
Assalariados temporários (número máximo)	20600	4192	34980	31837	12721	99577	1415	41944
Parceiros e arrendatários	1598	423	2768	3935	241	3988	10	1140
Dependentes trabalhando	216	546	1475	13425	2386	78584	523	85096
Número de imóveis	234	305	2110	8832	2702	52245	852	72547
Área (mil ha.)	651	550	663	2022	110	1606	4	299
b) por imóvel								
Assalariados permanentes	168	-	11	-	3	-	2	-
Assalariados temporários (número máximo)	88	14	17	4	5	2	2	0,6
Parceiros e arrendatários	7	1	1	0,4	0,1	0,1	0	0
Dependentes trabalhando	0,9	2	0,7	1,5	0,9	1,5	0,6	1
Tamanho médio dos imóveis (ha.) (aprox.)	2800	1900	300	200	40	30	5	4

FONTE: Cadastro do INCRA de 1972.

Quadro 45
Estrutura agrária de Pernambuco, 1972

Unidades agrárias	*% dos imóveis*	*% da área*	*Tamanho médio (ha.)*	*Nº de assalariados máximo **
Latifúndios	2	32	707	14 – 256
Campesinato maior (tipo "kulak")	9	36	172	4 – 8
Campesinato	89	32	15	0,6 – 2
Totais (milhares)	139,8	5,9	–	–

FONTE: Cadastro do INCRA de 1972.
* Amplitudes de variação das médias de assalariados permanentes e temporários.

Terminemos o estudo colocando dados, como o fizemos no caso de São Paulo, para dois municípios, da Zona da Mata e do Agreste, Ribeirão e Garanhuns, respectivamente.

Quadro 46
Estrutura agrária de Ribeirão e Garanhuns, Pernambuco, 1965

Classes de área (ha.)	*Estrutura fundiária*		*Proporções dos imóveis com assalariados permanentes*	*Mão de obra por imóvel com assalariados*		*Valor da maquinaria por imóvel (Cr$)*
	% de imóveis	*% da área*		*Assalariados permanentes*	*Assalariados temporários (Nº máximo)*	
Ribeirão						
Até 10	8	0,1	67%	0,5	2,5	17
10 – 100	19	2	57%	5,8	9,6	-
100 – 1000	67	52	90%	70,7	100,8	9113
1000 e mais	6	46	100%	136	178	488
Total *	72	38,3	82%	61,5	87	6104
Garanhuns						
Até 10	69	18	29%	0,8	3,5	7
10 – 100	29	48	56%	1,7	7	72
100 – 1000	2	31	84%	6	16,5	2276
1000 e mais	0	3	100%	1	20	1000
Total *	2306	38,7	38%	1,4	5,6	75

FONTE: Cadastro do INCRA de 1972.
* Para área: 1000 ha.; para imóveis: unidades.

As diferenças entre as duas estruturas agrárias são drásticas: a preponderância camponesa no município do Agreste (98% dos imóveis, com 66% da área, têm menos de 100 ha; 2/3 dos até 10 ha e quase metade dos de 10 a 100 ha não têm nenhum assalariado permanente; dos que os têm, contam em média, com menos de 2 assalariados permanentes e, na

época de máximo trabalho, com até 7 assalariados temporários) e o peso dos latifúndios em Rebeirão, na Zona da Mata (52 propriedades com mais de 100 ha representam 98% da área e têm mais de 70 assalariados permanentes por imóvel. em média). A maior capitalização no município da Zona da Mata também é clara, principalmente nos imóveis de 100 a 1.000 ha, onde o valor médio da maquinaria em cruzeiros correntes atingia, em 1965, mais de 9 mil cruzeiros; para a mesma classe de área, em Garanhuns, este valor era menos de 2.300 cruzeiros. Em Ribeirão, notemos, para finalizar, a expulsão do morador é processo quase terminado; a utilização dos *corumbas* agrestinos é importante na safra, junto ao emprego do novo proletário rural (o trabalhador de fora)[95].

[95] Ver Maria Teresa S. de Meio Suarez. *Cassacos* e *Corumbas. São Paulo,* Editora Ática, 1977.

Anexos

Relacionamento das duas tipologias

Para apresentar breves comentários sobre as inter-relações das duas tipologias apresentadas na introdução – a de áreas (modos de inserção na divisão social do trabalho) com a de formas de organização da produção das unidades agrárias – iniciemos por esquematizar, a título hipotético, tais relações. (Ver Esquema).

Esquema
Relacionamento das formas de organização da produção agrária com áreas rurais vinculadas com o mercado de modos típicos (modos de inserção na divisão social do trabalho)

Formas de organização da produção	*Inserção na Divisão Social do Trabalho*						
	Áreas rurais mercantis			*Áreas rurais pouco mercantis*			
Empresa agropecuária capitalista	X	X					
Latifúndio		X	X	X	X		
Unidade familiar produtora de mercadorias	X	X					
Unidade camponesa			X	X	X	X	X

X Ocorrência possível
* Consórcio de atividades de subsistência com produtos comerciais.

A justificativa deste esquema de coexistência de formas de organização da produção rural exige uma compreensão teórica do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista no Brasil desdobra-se nas transformações rurais, e este é assunto sobre o qual pudemos avançar no segundo capítulo apenas umas poucas indicações. Neste passo, devemos acrescentar ao esquema algumas explicações adicionais. A empresa agropecuária capitalista e as unidades familiares produtoras de mercadoria exigem, como não é difícil de se entender, desenvolvimento amplo da mercantilização. Daí a pressuposição de ocorrerem *apenas* nas áreas hortigranjeiras e nas áreas comerciais antigas. Como vimos, nas primeiras é de esperar-se que os pequenos produtores mercantis, com a possibilidade de superexploração do trabalho familiar e subconsumo, consigam enfrentar a grande unidade agrícola, seja o latifúndio, seja a empresa capitalista. Nem esta última nem os pequenos produtores mercantis, é a nossa expectativa, seriam frequentes nas áreas comerciais pioneiras, dadas a distância dos mercados e a inexistência de uma reserva de mão de obra. Empreendimentos agrários modernos podem aí surgir, com investimentos de capitais mesmo vultosos; tendem a empregar, porém, formas de trabalho com fortes elementos de compulsão (servidão de dívida, por exemplo), devido à escassez de trabalhadores e ao fato da presença próxima de terras livres. O latifúndio, portanto, é forma típica, pela qual produções mercantis são levadas a efeito em áreas pioneiras, bem como naquelas áreas pouco mercantis onde é possível o consórcio dessas produções com atividades de subsistência[96]. Não deixaria, porém, de existir mesmo nas áreas, comerciais antigas, onde apenas em subáreas determinadas (na região sob a influência intensa do processo de capitalização concentrado no Centro-Sul) está-se hoje ingressando numa fase de transição para a empresa agropecuária capitalista. Pela caracterização que demos às áreas de subsistência (sem consórcio com produção comercial) e ao latifúndio, resulta, por assim dizer por definição, não poder ser este encontrado naquelas áreas. Com a ausência de produção comercial ou a sua decadência nessas áreas, a grande propriedade rural não chega a surgir ou deixa desfazer-se a exploração unificada, surgindo sobre ela o campesinato. Este, por sua vez, além de encontrar-se nestas áreas de subsistência, insere-se nos interstícios do latifúndio, com o qual se associa simbioticamente, nas áreas pouco mercantis consorciadas e, inclusive de forma rala, nas comerciais pioneiras. O grau de mercantilização das atividades, rurais e urbanas, nas áreas comerciais torna pouco provável a existência nelas de campesinato no sentido em que utilizamos o termo. Em seu lugar, aparece o pequeno produtor mercantil.

Um pressuposto básico de todas essas considerações é o de que as áreas, de que se trata, estejam submetidas a condições homogêneas de atuação das forças de demanda, crédito, capitalização, de mercado de trabalho rural, e de vinculação com o mercado. Na medida em que se trate de regiões demasiadamente extensas para que seja válida essa pressuposição, nem se pode dizer que sejam áreas de inserção típica na divisão social do trabalho, nem serão simples as combinações de formas de organização da produção agrária como as que constam do esquema supra. Neste trabalho os dados disponíveis para o estudo da estrutura agrária[97]

[96] Esta formulação, é claro, é apenas descritiva e não explicativa.
[97] Utilizamos esta expressão em todo este trabalho para designar as combinações de formas de organização da produção agrária que podem ser encontradas em cada área típica' (segundo a sua vinculação com o mercado). Assim, a estrutura agrária de áreas consorciadas

muitas vezes não puderam ser desagregados para unidades territoriais inferiores ao Estado, limitando sobremaneira a análise, que teve nesses casos, de restringir-se a uns poucos Estados cujas condições econômicas gerais são mais homogêneas.

Classificação das microrregiões brasileiras segundo modos típicos de inserção na divisão social do trabalho

Passamos agora à análise dos dados disponíveis a fim de caracterizar áreas do Brasil com a utilização da tipologia que desenvolvemos. O primeiro passo foi delinear um esboço do território nacional dividido em pequenas áreas – microrregiões homogêneas[98] –, classificadas segundo os tipos de áreas mercantis e de áreas pouco mercantis, isto é, segundo o papel que têm na divisão social do trabalho do país. Lançamos mão para tanto de caracterizações feitas por geógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia das 360 microrregiões homogêneas em que se divide o Brasil, bem como dos estudos preliminares que serviram de subsídios a esta regionalização em áreas homogêneas (na parte daqueles estudos que diz respeito às regiões rurais), caracterizações e estudos que constam de duas publicações daquele Instituto: os *Subsídios à Regionalização,* e *a Divisão do Brasil* em *Microrregiões Homogêneas,* 1968[99]. Esta última, além da divisão microrregional propriamente dita, contém uma caracterização qualitativa minuciosa de cada pequena área (dados de geografia física, demografia, economia, dados referentes às aglomerações urbanas), bem como dados estatísticos econômicos para 1965 (produção agrícola, pecuária, indústria, etc.). Os *Subsídios à Regionalização,* um volume de publicação anterior, contém no capítulo sobre regiões rurais, áreas em geral mais amplas que as microrregiões, caracterização mais precisa e detalhada da forma de organização econômica de cada uma das regiões. (A verificação para saber a qual região rural pertence cada microrregião homogênea, de modo a

antigas designa as combinações de latifúndio e campesinato, que podem ser encontradas em áreas com aquela inserção na divisão social de trabalho.

[98] Espaços homogêneos definidos como formas de organização em torno à produção, expressos por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos.

[99] *Subsídios à Regionalização.* Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1968, e *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas* 1968. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1970.

possibilitar o uso simultâneo de informações de ambas as fontes, pôde ser feita consultando-se a composição municipal de ambas as classificações). Com a utilização dessas fontes, pois, classificaram-se as microrregiões homogêneas segundo a tipologia exposta na Introdução supra, tomando-se os cuidados cabíveis no caso para minimizarem-se elementos de subjetividade[100]. As classificações das microrregiões em tipos foram a seguir transpostas para o mapa II, na página 41. O resultado do exame deste mapa parece bastante válido, tanto quanto a sua consistência com outras informações de história econômica e geográfica como, internamente, no que diz respeito à contigüidade de áreas e a passagem, gradual, esperada de um para outro tipo. Assim, por exemplo, as áreas comerciais antigas formam três amplas manchas contínuas: a) a primeira ocupa todo o Rio Grande do Sul (exceto algumas microrregiões na sua parte nordeste), prolonga-se pelo oeste de Santa Catarina e penetra pelo sul do Paraná; b) a segunda mancha, a maior, ocupa quase todo o Estado de São Paulo, com a exceção do litoral e do Vale do Ribeira, e espalha-se amplamente pelo sul do Mato Grosso, sudeste de Goiás, a maior parte de Minas Gerais (exceto o seu norte), do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; e c) a terceira ocupa uma faixa dos Estados nordestinos, que se alarga ou estreita em dados trechos, vinda desde o Ceará e o Rio Grande do Norte (onde inclui praticamente os dois Estados) e a Bahia, até a microrregião de Itabuna. Esta última mancha é a mais irregular, apresentando um estrangulamento na altura do Sergipe (chegando mesmo a apresentar aí certa descontinuidade) e espécie de prolongamento irregular para o interior, a partir do Rio Grande do Norte, tomando o leste da Paraíba, sul do Ceará e penetrando o Piauí pela região de Picos e dirigindo-se, após certa interrupção, pelas regiões de ocupação mais antiga do Maranhão.

Note-se que estas três manchas apresentam, entre uma e outra, claras soluções de continuidade. Separam-nas áreas pouco mercantis (de subsistência, simplesmente, ou consorciada a produtos comerciais de fraca expressão): entre a primeira e a segunda, uma fieira de microrregiões que vai da região da Ribeira (São Paulo) e segue para oeste até a microrregião

[100] Esta classificação foi feita conjuntamente por dois economistas, após largas discussões sobre os tipos de classificação. Das 360 microrregiões do Brasil chegou-se a classificar, com esforço laborioso e lento, 300; as restantes 60 foram debatidas em um grupo de quatro pessoas, sobrando deste segundo esforço apenas quatro sem classificação. Sempre que possível, procurou-se eliminar ambigüidades das descrições com exame cuidadoso dos dados estatísticos.

de Cascavel (no Paraná) e, entre a segunda e a terceira, enormes áreas que se estendem do sul da Bahia, partes do norte de Minas Gerais e todo o sertão baiano e pernambucano. As manchas de agricultura comercial antiga são, pois, regiões econômicas contínuas que refletem ainda, é irrecusável a conclusão, as áreas de mercado externo do nosso passado econômico; formaram-se a partir de tais áreas, pela sua transformação e expansão. A primeira, a partir da região cafeicultora, no Centro-Sul, o principal setor de mercado externo do país; a segunda, no Sul, área que cedo converteu-se em setor de mercado interno, de abastecimento de produtos agropecuários para a região de economia de exportação Rio-São Paulo[101]; e a terceira, a partir dos antigos setores de mercado externo da zona litorânea do Nordeste (açúcar, cacau, fumo) e seus prolongamentos. Note-se que outro estudo feito por nós, em que delineamos as áreas urbanizadas do país (definidas como aquelas submetidas às influências urbano-industriais mais intensas), para o que utilizamos vários indicadores a partir das populações urbanas de 1950 e 1960 por zonas fisiográficas, chegou a mapa, *grosso modo,* similar, delineando-se nele também três áreas (no Centro-Sul, no Sul e na parte litorânea do Nordeste) e assinalamos

> que as três áreas urbanizadas (refletiam) as principais regiões brasileiras onde a constituição do mercado interno serviu de suporte à industrialização[102].

[101] Ver P. Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Op. cit.,* capítulos sobre "Porto Alegre" e "Blumenau". Note-se, entretanto, que partes das antigas zonas coloniais de Santa Catarina, que no passado também fizeram parte daquele setor de mercado interno (por exemplo, a área rural de Blumenau), foram classificadas como áreas pouco mercantis.

[102] J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social. Op. cit.,* capitulo IV (a citação é da p. 69). A industrialização referida é a que ocorreu a partir do fim do século passado, induzida pelo setor externo, em cidades como Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Voltando ao nosso mapa, o delineamento da área comercial antiga no Amazonas (onde avulta a produção de jutal de grande extensão territorial resulta, artificialmente, dos tamanhos das microrregiões nesse Estado. Trata-se de área agrária comercial muito menor, ao longo do rio Amazonas, compreendendo o trecho onde se situa Manaus. Ver mapa em Uno de Mattos, *op. cit.,* p. 444. Em outros pontos, alguns resultados estranhos podem ser devidos à precariedade dos dados utilizados. Tal é o caso de ser o Rio Grande do Norte constituído, quase todo, de áreas comerciais antigas (Ver Mapa II e quadro 47).

É claro que não se trata de coincidência: as áreas agrárias comerciais surgiram onde as influências do *mercado* urbano-industrial fazem-se sentir com mais força.

Pode-se notar, também, no nosso mapa de áreas rurais segundo a sua vinculação ao mercado, a localização das áreas hortigranjeiras: apenas duas, uma extensa nos arredores de São Paulo (cinturão verde) e outra, menor, perto do Rio de Janeiro. Sobre tais áreas vale a pena assinalar o seu não aparecimento nas proximidades de metrópoles como Recife ou Salvador. É de se supor que a produtividade das áreas hortigranjeiras do Centro-Sul, principalmente a de São Paulo, surgida primeiro, com grande dinamismo, inibiu, com a interligação rodoviária das várias regiões, o aparecimento de áreas do mesmo tipo em outras partes, quando o mercado urbano para tais produtos atingiu dadas dimensões. O consumo de verduras, legumes, lacticínios e outros produtos granjeiros, nas demais metrópoles brasileiras, dada a concentração da renda, não se estende muito mais para baixo que para as suas classes médias[103] e tal consumo tende a ser atendido ou por sobras da economia camponesa local ou por importações de São Paulo, não dando margem à formação de unidades agrárias especializadas nessa produção, que constituíssem uma verdadeira área hortigranjeira comercial.

Quanto às áreas comerciais pioneiras, elas também se localizam no nosso mapa de modo coerente: indicam, principalmente, expansão das atividades agropecuárias da área comercial antiga centrada em São Paulo: no Sul como prolongamento da região do norte do Paraná na direção de Umuarama; no Oeste, em áreas do centro de Mato Grosso em direção a Rondonópolis e em áreas do sul e centro de Goiás, nas direções respectivamente de Jataí e Uruaçu; e em Minas Gerais, a Leste, perto da Bahia, nos arredores de Nanuque. É de se notar igualmente no Pará, como continuação do prolongamento da área comercial antiga que corta o Piauí e o Maranhão, a área comercial pioneira da região de Paragominas, Capitão Poço e Tomé-Açu.

[103] Veja-se, por exemplo, o estudo de P. Singer, sobre "A Repartição da Renda na Área Metropolitana de Salvador" onde se indica que as pessoas ocupadas na prestação de serviços e na indústria e construção civil (que constituem 50% da população) tinham rendas médias, em 1971, de Cr$ 108 e Cr$ 367 respectivamente, São Paulo, CEBRAP, mimeo, s/d, quadro 4.V.

Com base nesse mapa, organizamos o quadro 47 abaixo, no qual se apresenta a distribuição da população rural em 1970 segundo o tipo de área em que se localiza (segundo os modos de sua vinculação ao mercado), agrupando os Estados em três categorias: a) aqueles em que há clara preponderância da população situada em áreas comerciais antigas e hortigranjeiras; b) os Estados nos quais há proporções altas de populações rurais naqueles tipos de áreas (de 50 a 75%) mas também são expressivas as proporções de população em áreas comerciais pioneiras e nas pouco mercantis; e c) os Estados com proporções substanciais (pelo menos cerca de um quarto) da população em áreas pouco mercantis não consorciadas (sem produção comercial expressiva). No primeiro grupo caem os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntamente com o Espírito Santo e o Rio Grande do Norte (sobre este último, ver nota de rodapé 103), e no terceiro grupo, o outro caso extremo, todos os Estados da Região Norte e mais o Maranhão, Piauí, Sergipe e Santa Catarina. Os demais Estados brasileiros estão no grupo intermediário, em que as populações rurais estão inseridas numa variedade grande de áreas, segundo a vinculação com o mercado.

Quadro 47
Distribuição percentual da população rural, segundo modos de inserção na Divisão Social do Trabalho, por Estado, Brasil, 1970*

Estados	*População rural (milhares)*	*Mercantil*				*Pouco mercantil*					*Micros. não classificadas*
							Consorciada		*Não consorciada*		
		Nº micros	*Hortigranjeiras*	*Comercial Antiga %*	*Pioneira*	*Nº micros*	*Antiga %*	*Recente*	*Antiga %*	*Recente*	
I. Predominância de áreas comerciais antigas											
RN	812,9	9	-	97	-	1	-	-	3	-	-
ES	877,4	6	-	85	-	2	7	-	8	-	-
RJ	1088,7	10	6	81	-	3	3	-	10	-	-
SP	3495,7	38	8	86	-	5	5	-	1	-	-
RS	3111,9	20	-	84	-	2	6	-	-	-	10
II. Alta proporção de áreas comerciais antigas											
PE	2349,8	7	-	70	-	5	30	-	-	-	-
PB	1380,5	7	-	69	-	4	25	-	-	-	6
AL	956,4	5	-	62	-	3	38	-	-	-	-
MG	5427,1	36	-	76	2	11	13	-	9	-	-
PR	4425,5	14	-	48	21	10	4	22	3	2	-
BA	4408,0	12	-	50	2	14	33	7	8	-	-
MT	913,0	7	-	57	9	6	25	5	-	4	-
GO	1701,6	7	-	54	12	9	18	16	-	-	-
CE	2581,5	16	-	77	-	7	19	-	4	-	-
III. Proporção alta de áreas pouco mercantis não consorciadas											
SC	156,0	-	-	-	-	2	-	-	100	-	-
AM	549,4	2	-	56	-	5	-	-	44	-	-
PA	1145,1	4	-	16	15	11	30	-	39	-	-
AP	51,9	-	-	-	-	2	-	-	100	-	-
MA	2240,7	5	-	43	-	11	30	5	22	-	-
PI	1444,0	1	-	16	-	10	61	-	23	-	-
SE	485,3	1	-	10	-	7	25	-	65	-	-
RO	51,5	-	-	-	-	1	-	-	100	-	-
SC	1655,7	6	-	57	-	10	5	-	38	-	-
RR	23,4	-	-	-	-	1	-	-	100	-	-

FONTE: Ver nota de rodapé nº 101.

* Não se inclui o antigo Estado da Guanabara e o Distrito Federal; sobre o Rio Grande do Note, ver nota de rodapé nº 103.